



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ROBSON JOSÉ DE OLIVEIRA BRITO

**VIVER A UNIVERSIDADE EM TEMPOS NEOCONSERVADORES:**  
o currículo político-cultural do Núcleo LGBT e as experiências de estudantes  
LGBTQIAPN+ no Agreste de Pernambuco

Recife

2024

ROBSON JOSÉ DE OLIVEIRA BRITO

**VIVER A UNIVERSIDADE EM TEMPOS NEOCONSERVADORES:**  
o currículo político-cultural do Núcleo LGBT e as experiências de estudantes  
LGBTQIAPN+ no Agreste de Pernambuco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Educação. **Área de concentração:** Educação.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Anna Luiza Martins de Oliveira.

Recife

2024

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Danilo Leão CRB-4/2213

B862v Brito, Robson José de Oliveira  
Viver a universidade em tempos neoconservadores: o currículo político-cultural do Núcleo LGBT e as experiências de estudantes LGBTQIAPN+ no Agreste de Pernambuco / Robson José de Oliveira Brito. –2024.  
131 f.

Orientação de: Anna Luiza Martins de Oliveira.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, 2024.  
Inclui Referências.

1. Neoconservadorismo. 2. Ensino Superior. 3. Currículo. I. Oliveira, Anna Luiza Martins de (Orientação). II. Título.

370 (23. ed.) UFPE (CE2024-028)

ROBSON JOSÉ DE OLIVEIRA BRITO

**VIVER A UNIVERSIDADE EM TEMPOS NEOCONSERVADORES:**  
o currículo político-cultural do Núcleo LGBT e as experiências de estudantes  
LGBTQIAPN+ no Agreste de Pernambuco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação.

Aprovado em: 30/01/2024.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Anna Luiza A. R. Martins de Oliveira (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

---

Prof. Dr. Karina Mirian da Cruz Valença Alves (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

---

Prof. Dr. Tania Maria Goretti Donato Bazante (Examinador Externo)  
Centro Acadêmico do Agreste – CAA/UFPE

Dedico este trabalho a todas as pessoas LGBTQIAPN+ que seguem ocupando o meio acadêmico, sejam discentes, docentes ou técnicas/os.

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Profa. Dra. Anna Luiza Oliveira, por ter acreditado em mim e estar ao meu lado em todo meu percurso acadêmico, me apoiando e indicando os melhores caminhos a seguir.

À Universidade Federal de Pernambuco por oportunizar uma formação acadêmica de qualidade e que rendeu e continua rendendo bons frutos.

À FACEPE pelo suporte extremamente necessário para o fazimento da pesquisa através do concedimento da bolsa.

Aos professores Anna Luiza Oliveira, Gustavo Oliveira e Karina Valença por oferecem o tempo e dedicação das suas aulas e das aprendizagens conjuntas que elas oportunizaram mesmo em meio a pandemia.

À minha companheira de mestrado, Raquel, que compartilhou comigo várias experiências, ansiedades e risadas.

A todas/os colegas de curso e de grupo de pesquisa que de alguma forma direta e indiretamente contribuíram com comentários relevantes e partilhas essenciais.

À minha mãe, em especial, que tanto me ouviu falar sobre ânsias, dúvidas, medos e dificuldades, mas que com carinho soube me aconselhar e acalmar o coração.

Às minhas amigas: Leticia e Jéssica que caminham comigo nesta jornada maravilhosa chamada vida e pelas quais tenho um forte apreço.

À Amanda Regina da Silva Rodrigues (in memoriam), pelo exemplo de inteligência, criatividade e de benevolência com as pessoas e cuja saudade ainda me é grande.

Ao Núcleo de Políticas LGBT por apoiar esta pesquisa e pelo fato de simplesmente existir e possibilitar que sujeitos como eu acreditem na ideia de Universidade Pública.

À todas/os/es interlocutores LGBTQIAPN+ que toparam participar deste estudo, cujos relatos são a base para qualquer prática de pesquisa.

Olhos cor de avelã, da cor da fome de uma onça. Cabelos negros sedosos, brilhosos num escuro capaz de incendiar uma alma desatenta. Um sorriso sem precedentes, fatal e deitado em lábios vermelhos vivos. Como se fosse um vampiro recém alimentado com as gotas de sangue a pintar a boca. Uma pele lisa, ainda carregando a frescura da tenra idade de uma criatura vil e inconsequente que me fisgou os sentidos. Um jogo de sedução, um vai e vem de olhares que deslizam numa ligação penetrante, algo profundo e superficial ao mesmo tempo. Essa confusão contemporânea, mole, fria e sem causa. A mesma coisa que ir ao mercado, escolher uma maçã doce, verde e amarga no bolso. Mais ruim ainda no coração que se desfaz em água. O sangue pulsa, mas só espalha essa matéria rala que preenche as cavidades vazias do restante do corpo. Falta feijão, se não cuidar logo pode causar leucemia. Será se estou doente outra vez? Sensação estranha essa de frio na barriga, o suor, a pupila dilatando, a respiração acelerando e a mente parando de trabalhar. E não cessa mesmo de seguir adiante. Termina uma paixão, escolhe outra e mais outras e por aí vai num mar infinito de opções em algum mercado de esquina da multinacional vida ltda. Não hoje, agora e aqui. Ele me mira, como se fosse me atirar com uma espingarda. Estica os seus braços fininhos para a frente. Um leve “tchau”. Eu repito o gesto com os meus, ele tem brinco na orelha e eu também, somos muito semelhantes. Eita, sou o alvo e não dá tempo. As luzes se apagam. Estamos num festival e existem tantas pessoas por aqui, o mercado está lotado. Cada qual vendendo o seu peixe. Eu não, por enquanto a minha mercearia está bem fechada. Mas não adianta em nada as minhas fracas certezas. Alí me encontro sozinho mais uma vez na multidão, enfeitiçado por outro ser diabólico. O desejo de querer ter querer parece que venceu. Me entrego, me arrepio de propósito da cabeça aos pés. Penso que vai ser só mais um, apenas uma coisa rápida. Bem que fosse. Minha cabeça começa maquinalmente a planejar o bote. Cobra criada que sou, já aconteceu antes, ela sabe muito bem ser mafiosa. Vomita em mim ó Mnemosyne, faz brotar palavras mais leves e acende as lâmpadas da clarividência! O show começa. Uma banda se apresenta, uma aproximação aqui, outra banda se apresenta, uma encostada acolá. Até que a penúltima atração começa. Como se fossem duas bocas de fogão prestes a acender, ficamos lado a lado. Os olhos se encostam e nossos lábios conversam entre si lentamente. A cantora até comemora: “Viva o amor! O amor é livre! Toda forma de amor é válida...”. O valor mesmo foi durante o último show. “Você mora onde?” “Na Várzea, vamos pra minha casa?”. Convite feito, evento desfeito. Mas não foi o que aconteceu nesse círculo. Descemos do uber numa rua sem asfaltamento, parece que não era bem o bairro, era algum lugar próximo ou algo assim. Não importa, ultrapassamos um portão. Uma mão boba na cintura, uma vibração dentro da roupa. É meu celular que toca. Minha amiga está preocupada, deixei minhas coisas na casa dela. “Amanhã de manhã eu passo ai fica tranquila cheguei aqui na cs do carinha e logo cedo eu chego ai bj” “Ok se cuida e usa camisinha”. Óbvio, não quero ter filhos nem tão cedo. Mais vibrações acontecem nos toques de pele e de pelos ao subirmos as escadas à luz da lua cheia. Adentramos uma sala de estar escura com as mãos pelas paredes, de tal modo que o corredor nos carrega de colo até o quarto. Num colchão ao chão, nos entregamos um ao outro. Nem sei seu nome, não importa. O amor não precisa de nome nos tempos atuais. Mas mesmo assim ainda há esperança, no meio de uma multidão surgiu um encontro entre nós dois, tenho certeza disso. Não é só mais uma ficada inocente. Alguém

já imaginou que isso poderia acontecer mais de uma vez na vida? Eu jamais pensaria. Aconteceu. Nos entreolhamos por acaso e isso acendeu uma faísca fogaosa no cérebro. Uma química mágica. A alquimia dos deuses. Dentro de poucas horas nos amamos intensamente. Descobrimos o prazer, antes coberto por preconceitos de ambos os lados. O deleite da carne, o amor que nasce dali, horas de conversa jogadas para o nada. Apenas pela beleza de abrir a boca e falar. Abrir o ouvido e ouvir. Uma troca, uma entrega e uma felicidade em descobrir a felicidade. Mas como tudo nessa vida é passageiro, eu tive que ser passageiro no raiar da manhã. No momento em que entrei na casa onde estive hospedado no dia anterior e na pontinha do pé para não acordar ninguém, me vem uma outra ideia na cabeça: mandar uma mensagem para o meu objeto de amor aligeirado. Pego o celular e não vejo o número salvo no aplicativo de conversas. Não é possível. Decido ligar, aguardo poucos minutos, e uma senhora me atende no meio de uma missa de domingo. Meu mundo desabou. A madrugada não foi tão maravilhosa assim para ele. Momentos depois só me restou dispensar uma carona gratuita da minha amiga. Escolho pegar um ônibus intermunicipal para minha cidade, melhor do que um carro, pois dessa forma posso afogar os sons noturnos em pensamentos e reflexões numa poltrona confortável. Ouvindo músicas tristes, vendo paisagens desertas e secas. Todo um futuro planejado perdido em segundos de puro delírio. Para sempre me lembrarei do que vislumbrei daquela janela durante o percurso de retorno pela estrada. Uma ponte. Alta, imponente e quase turística. Uma ponte que vence a depressão montanhosa. Toda e qualquer elevação se abaixa perante ela. Pois cria laços, vínculos, novos caminhos. Às vezes vence até as correntezas. Uma passagem sobre o abismo que provoca vida sob a morte certa. Ela é o renascer da esperança, desafiando a sentença fatal e cruel do fim que ousar se antecipar. Uma direção a ser tomada, indo e vindo. Mas não apenas isso. Ela é a alvorada de um dia chuvoso, a proteção contra o calor, o atalho dos trabalhadores e viajantes, o lar dos desabrigados, a moradia improvisada de subalternas formas de ser. Não é perfeita, ela perde para a força imperiosa da natureza. Com suas águas e tremores. A humanidade pensa, em sua inocência soberba, que as inventou de uma vez por todas e as destrói com suas guerras. Daí em diante é um passo para o distanciamento entre lados. O oposto que se faz no próprio ato de demarcar diferenças imaginadas e fantasiadas na loucura e no horror de batalhas sangrentas. Depois desses momentos de catarse, ao descer os degraus do ônibus, caminhei por alguns minutos sob o sol quente à beira da BR, derretendo minha mente e tentando esquecer o mais rápido possível o que se passou ontem. Até que apareça uma nova oportunidade e me apaixone outras vezes na liquidez de um tempo e nos lugares em movimento. O importante é acreditar, uma hora ou outra me levanto deste toco no qual estive sentado. Esperando para não cansar. Acho que ele pode sim ser substituído pela tampa da panela. Falta saber se vai durar, se não vai molhar e estragar do mesmo jeito. Assim como as águas do rio passam pelas colinas e inclinações sinuosas correndo na direção do mar, eu fui me aproximando do caminho de casa. Completamente tomado por uma vergonha interior e extasiado por seguir em frente. Ao chegar bem na porta, escorreguei no tapete e desmoronei num sofá de realidade. Vil e inconsequente sou eu, ele era apenas ele, somente mais uma relação. Eu pensava que aconteceria o mesmo comigo e na verdade me autossabotei. Olhei um ideal de mim projetado nele e me apaixonei perdidamente. Ainda assim, assumo

minha parte de responsabilidade ao cair em uma ilusão amorosa. Por isso me concentro no meu mantra “o agora já é passado”. Tão estúpido e tão lúcido, chego a feliz conclusão de que a paisagem da ponte me tocando na alma é toda a poesia das pontes que eu precisava para construir quem eu estou sendo. (Oliveira, 2023).

## RESUMO

Significativas políticas de inclusão social foram postas em ação no ensino superior brasileiro nas últimas duas décadas. Nesse contexto, a UFPE expandiu suas atividades, implantando dois campi no interior de Pernambuco. A maioria dos/das estudantes dessas regiões é proveniente de classes populares e necessita de auxílios para permanência e conclusão dos cursos. Quando se trata de jovens LGBTQIAPN+, outros aspectos de vulnerabilidade associam-se a questões econômicas, especialmente, o preconceito e a discriminação. A criação da Diretoria LGBT na universidade, atualmente denominado Núcleo LGBT, foi importante para conquista de direitos, visibilidade, inserção e permanência desse grupo na instituição, mas, com o avanço de políticas neoliberais no país, atos antidemocráticos autoritários contra o estado de bem-estar social e pautados em lógicas neoconservadoras se tornaram comuns, alimentando o ódio e o desejo de eliminar experiências bem-sucedidas de/com populações tradicionalmente excluídas de contextos universitários. Este estudo teve como objetivo conhecer os espaços-tempos curriculares do Núcleo LGBT da UFPE e as experiências de estudantes LGBTQIAPN+ no agreste pernambucano frente à emergência de discursos neoconservadores. Englobou dois corpora. O primeiro consistiu em elementos textuais capturados das redes sociais do Núcleo e entrevistas com pessoas que lá trabalham ou trabalharam. O segundo foi composto por transcrições de conversas com estudantes LGBTQIAPN+ do Centro Acadêmico do Agreste. Percebeu-se que o Núcleo tem construído um currículo político-cultural para a UFPE forçando a Universidade a produzir e negociar sentidos sobre si mesma, a sociedade e os sujeitos, num processo híbrido, contingente e multideterminado. A criação desse currículo, entretanto, se dá num contexto de sucessivos tensionamentos e resulta de processos articulatórios entre demandas de diferentes segmentos sociais em meio a poderosos processos de reiteração normativa que tentam conter elementos perturbadores dos sistemas já estabelecidos. Tais processos, por sua vez, são atravessados e atravessam as dinâmicas de subjetivação dos/as estudantes num movimento ontológico de mútua constituição.

Palavras-chave: neoconservadorismo; discurso; currículo; ensino superior; subjetividades.

## ABSTRACT

Significant social inclusion policies have been put into action in Brazilian higher education in the last two decades. In this context, UFPE expanded its activities, establishing two campuses in the interior of Pernambuco. The majority of students in these regions come from popular classes and need assistance to stay and complete their courses. When it comes to LGBTQIAPN+ young people, other aspects of vulnerability are associated with economic issues, especially prejudice and discrimination. The creation of the LGBT Directorate at the university, currently called the LGBT Center, was important for gaining rights, visibility, insertion and permanence of this group in the institution, but, with the advancement of neoliberal policies in the country, authoritarian anti-democratic acts against the welfare state being social and based on neoconservative logics have become common, fueling hatred and the desire to eliminate successful experiences of/with populations traditionally excluded from university contexts. This study aimed to understand the curricular space-times of the UFPE LGBT Center and the experiences of LGBTQIAPN+ students in rural Pernambuco in the face of the emergence of neoconservative discourses. It encompassed two corpora. The first consisted of textual elements captured from the Center's social networks and interviews with people who work or have worked there. The second was composed of transcripts of conversations with LGBTQIAPN+ students from the Agreste Academic Center. It was noticed that the Center has built a political-cultural curriculum for UFPE, forcing the University to produce and negotiate meanings about itself, society and subjects, in a hybrid, contingent and multidetermined process. The creation of this curriculum, however, takes place in a context of successive tensions and results from articulatory processes between demands from different social segments amid powerful processes of normative reiteration that attempt to contain disturbing elements of already established systems. Such processes, in turn, are crossed and cross the dynamics of subjectivation of students in an ontological movement of mutual constitution.

KeyWords: neoconservatism; discourse; curriculum; university education; subjectivities.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	– Logo da Diretoria LGBT, criado em 2016.	53
<b>Figura 2</b>	– Logo do Núcleo LGBT, criado em 2021.	53
<b>Figura 3</b>	– Foto de uma das primeiras formações da Diretoria no ano de 2018.	58
<b>Figura 4</b>	– Primeira foto de perfil da página do Facebook do Núcleo LGBT.	60
<b>Figura 5</b>	– Aula pública sobre gênero e sexualidade realizada no ano de 2018.	67
<b>Figura 6</b>	– Card de divulgação de curso para servidoras e servidores da UFPE.	67
<b>Figura 7</b>	– Card de divulgação de mesa redonda com presença do Núcleo LGBT.	70
<b>Figura 8</b>	– Card do “Manas e Monas”, realizado em 2017.	71
<b>Figura 9</b>	– Foto do 1º Queimonas do Núcleo de Educação Física.	71
<b>Figura 10</b>	– Postagem com informações detalhadas para solicitar o nome social	74
<b>Figura 11</b>	– Campanha de boas-vindas – 2018 e 2019.	75
<b>Figura 12</b>	– Projeto Vivências LGBT na UFPE.	76
<b>Figura 13</b>	– Cards referentes ao “Dia de luta contra a LGBTfobia” e à campanha “Na UFPE cabe tudo menos preconceito”.	77
<b>Figura 14</b>	– Capa da página do Facebook do Núcleo LGBT no ano de 2017.	85
<b>Figura 15</b>	– Capa da página do Facebook do Núcleo LGBT no ano de 2018.	85
<b>Figura 16</b>	– Carta com ameaças a pessoas LGBT e/ou pesquisadoras/es de gênero e sexualidade.	87
<b>Figura 17</b>	– Logo do Centro Acadêmico do Agreste	92

## LISTA DE DESENHOS

<b>Desenho 1</b> – Mar-campo pós-estruturalista	47
<b>Desenho 2</b> – Flor LGBT de mandacaru	116

## LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** – Pesquisas localizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) que se aproximam da temática da dissertação. 32
- Quadro 2** – Participantes da pesquisa que atuam ou atuaram no Núcleo de Políticas LGBT da UFPE. 44
- Quadro 3** – Participantes da pesquisa que possuíam vínculo de estudante na graduação e/ou pós-graduação da UFPE entre 2018 e 2023. 45

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.
BNCC	Base Nacional Comum Curricular.
CAA	Centro Acadêmico do Agreste.
CD	Cargo de Direção.
CECINE	Coordenadoria do Ensino de Ciências do Nordeste.
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
DA	Diretório Acadêmico.
DCE	Diretório Central Estudantil.
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio.
ERER	Núcleo de Políticas e Educação Étnico-Raciais.
FG	Função Gratificada.
GLBT	Gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.
GLS	Gays, lésbicas e simpatizantes.
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior.
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros.
LGBTI	Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais.
LGBTQIAPN+	Lésbicas; Gays; Bissexuais; Transgêneros e Travestis; Queer; Intersexo; Assexuais, Agênero e Arromânticos; Pansexuais e Polisssexuais; Não-binários e outras identidades de gênero e orientações sexuais.
NACE	Núcleo de Acessibilidade.
PNE	Plano Nacional de Educação.
PROAES	Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis.
PROGEPE	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida.
SIGA	Sistema de informações e gestão acadêmica.
TD	Teoria do Discurso.
TVU	Televisão Universitária.
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	17
1.1	CURRÍCULO COMO ENUNCIÇÃO	19
1.2	O JOGO POLÍTICO MORALISTA-NEOLIBERAL	24
1.3	OBJETIVOS DO ESTUDO	29
1.4	CURRÍCULO E SUBJETIVIDADE	29
1.5	PESQUISAS QUE SE APROXIMAM DO NOSSO ESTUDO	32
1.6	CENAS DOS PRÓXIMOS CAPÍTULOS	38
<b>2</b>	<b>COMO, O QUÊ E A PARTIR DE QUE ATRAVESSAR: EXPERIMENTAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS</b>	39
<b>3</b>	<b>TRAVES(TI)SIAS E ARCOS: O CURRÍCULO POLÍTICO-CULTURAL DO NÚCLEO LGBT E AS EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES LGBTQIAPN+ NO CAA</b>	51
3.1	UM POUCO DA HISTÓRIA DO NÚCLEO DE POLÍTICAS LGBT	52
<b>3.1.1</b>	<b>Contextos políticos e mudanças simbólicas: de Diretoria para Núcleo</b>	53
<b>3.1.2</b>	<b>A jornada por um espaço físico e as estruturas internas</b>	56
<b>3.1.3</b>	<b>As demandas trans na construção da Diretoria/Núcleo LGBT</b>	60
3.2	ARCOS DESENHADOS: AÇÕES E PROJETOS DO NÚCLEO LGBT	64
<b>3.2.1</b>	<b>Ações e projetos de formação e pesquisa</b>	66
<b>3.2.2</b>	<b>Ações e projetos culturais e acadêmicos</b>	69
<b>3.2.3</b>	<b>Ações e projetos de sensibilização e informação</b>	74
3.3	AS PEDRAS NO MEIO DO CAMINHO: DISCURSOS NEOCONSERVADORES/NEOLIBERAIS QUE ATRAVESSAM AS AÇÕES E PROJETOS DO NÚCLEO	78
<b>3.3.1</b>	<b>O golpe de 2016</b>	79
<b>3.3.2</b>	<b>A eleição presidencial de 2018 ou um elefante na sala</b>	84
<b>3.3.3</b>	<b>A pandemia (do ódio) de 2020</b>	89

3.4	DOIS LADOS: A PRECARIIDADE DA UNIVERSIDADE E A SIGNIFICAÇÃO DO NÚCLEO LGBT SOB A ÓTICA DE ESTUDANTES LGBTQIAPN+	92
3.5	A(PONTE)AMENTOS NO CONTEXTO DO BOLSONARISMO: EXPERIÊNCIAS E SUBJETIVIDADES DE ESTUDANTES LGBTQIAPN+	99
3.5.1	<b>Recortes de experiências de estudantes LGBTQIAPN+ durante o curso universitário</b>	100
3.5.2	<b>O bolsonarismo e a universidade: subjetividades, currículos e medos</b>	102
3.5.3	<b>As (im)possibilidades das interpelações subjetivas LGBTQIAPN+ no currículo/universidade</b>	107
4	<b>NO LIMIAR DOS ATRAVESSAMENTOS: CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	117
5	<b>REFERÊNCIAS</b>	123

## 1 INTRODUÇÃO

Nestes *atravessamentos introdutórios*, estamos em meio ao desafio de falar sobre algo que ainda não se encerrou e nem é possível dizer ou mesmo imaginar o que irá acontecer. Assim como não sabemos com precisão exata quando estes movimentos começaram. Se trata de uma tentativa de analisar os discursos em disputa hegemônica na Educação, em especial na produção curricular da Universidade e sua interrelação com subjetividades LGBTQIAPN+<sup>1</sup>. Uma pesquisa que não tem a pretensão de qualquer conclusão definitiva e que se consolida em um momento político-cultural transitório, um ano após o início do terceiro governo do Presidente Lula, mas dedica atenção especial ao período de descaso e retrocesso na área da educação, ocorrido entre os anos de 2016 e 2022, durante as gestões dos presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Estudos nessa área (Oliveira; Oliveira, 2018a; Miguel, 2021; Silva, 2023) destacam o fortalecimento, nos últimos anos, da extrema-direita no país e seu investimento em discursos neoconservadores que exaltam a manutenção das hierarquias sociais (de gênero, raça, classe social, etnia) através da violência e da mobilização de uma dinâmica de identificação coletiva em torno da fantasia de que as crianças e a “família tradicional” — diga-se cisheteronormativa — estariam ameaçadas por uma suposta “ideologia de gênero” ensinada em escolas e universidades.

Pôs-se em ação, na segunda década desse século, uma agenda moralista que teve como marco o cancelamento do Projeto “Escola sem homofobia”; a retirada de todos os termos referentes ao gênero e à sexualidade do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); o recrudescimento da legislação, através de propostas de leis baseadas no “Programa Escola sem Partido” (Miguel, 2016; Silva, 2023); em tentativas de controle disciplinar nas escolas e universidades; na criminalização dos movimentos sociais, especialmente de grupos LGBTQIAPN+ (Leite, 2018; Oliveira; Oliveira, 2018b; Miguel, 2016) e na suspensão de políticas públicas que garantiam direitos a populações historicamente subalternizadas, inclusive no ensino superior.

---

<sup>1</sup> Lésbicas; Gays; Bissexuais; Transgêneros e Travestis; Queer; Intersexo; Assexuais, Agênero e Arromânticos; Pansexuais e Polisssexuais; Não-binários e outras identidades de gênero e orientações sexuais.

Não podemos esquecer que, nos primeiros quinze anos do século XXI, significativas políticas foram implementadas nessa área, entre as quais: o processo de interiorização das Instituições Federais de Ensino Superior — IFES, a Lei Federal de Cotas e o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM (Brotto, 2013; Castro, 2018; Arruda, 2018). Dentre as instituições contempladas, está a Universidade Federal de Pernambuco — UFPE, que teve sua expansão para os municípios de Caruaru e Vitória de Santo Antão, através da fundação de dois *campi*. Em relação à comunidade LGBTQIAPN+, pode-se destacar de maneira geral o avanço pelos direitos de união estável, casamento e adoção; geração de benefícios pelo INSS; liberdade de expressão; ampliação e fortalecimento dos estudos acadêmicos na área de gênero e sexualidade; enfrentamento à lgbtqiapn+fobia; garantia do direito de mudar o nome e a identidade de gênero, para pessoas transgêneras; além de outras conquistas no campo da saúde e desporto. Quando se trata de jovens estudantes universitários LGBTQIAPN+, tais políticas se tornam ainda mais relevantes, tendo em vista o contexto de maior vulnerabilidade que experienciam, especialmente, o sentimento de rejeição e a experiência do preconceito e da exclusão. Estudos nessa área ressaltam, por exemplo, que o ativismo em movimentos sociais, as redes de solidariedade, a constituição de identidades coletivas e a identificação com o curso são fatores que contribuem para superação desses obstáculos (Santos, 2018; Oliveira; Santos, 2018; Souza, 2015; Brito, 2019).

Na UFPE, especificamente, a criação da então “Diretoria LGBT”, agora denominado “Núcleo LGBT” foi um importante passo para o acolhimento, inserção e permanência desse segmento, tendo destaque ações como os projetos “Vai ter trans na UFPE, sim!” e “No mundo do trabalho cabem todas as cores”; o mapeamento da LGBTQIfobia na universidade; a implantação da ouvidoria da diversidade; a criação do espaço de apoio e acolhimento de pessoas trans no Hospital das Clínicas; o lançamento de editais de pesquisa e extensão para a população LGBTQIAPN+; a criação do prêmio Márcia Áran — Estudos de gênero e sexualidade na UFPE; além da realização de congressos e seminários sobre o tema.

Esse espaço discursivo, ganha especial importância, entre os anos de 2018 e 2022, quando as universidades públicas brasileiras sofreram fortes ataques de políticos da extrema-direita que se materializaram em corte de verbas; na diminuição do número de bolsas de pesquisa para docentes e estudantes; em movimentos anticiência; na ofensiva à liberdade de expressão e na criminalização dos movimentos estudantis. Atos

antidemocráticos autoritários, contra o estado de bem-estar social e pautados em lógicas neoliberais (Brown, 2019) se tornaram comuns, alimentando o ódio e o desejo de eliminar as experiências bem-sucedidas de/com populações tradicionalmente excluídas de contextos universitários — pessoas pobres, negras, mulheres, LGBTQIAPN+ e indígenas.

Ante esse caos, perguntamos: como se caracterizaram as políticas LGBTQIAPN+ na UFPE? Quais os impactos dessa crise política nacional nas atividades desenvolvidas pelo Núcleo LGBT? Como os significados sobre políticas LGBTQIAPN+ foram tensionados e negociados nesse espaço-tempo curricular? Como a diretoria tem interpelado as subjetividades de estudantes no interior de Pernambuco? De que forma as políticas LGBTQIAPN+ da UFPE foram vivenciadas por esse grupo? O que aqui se escreve, é uma tomada de decisão diante do que ainda circula de discursos neoconservadores em nossa sociedade ameaçando os direitos das pessoas, porém, jamais pode ser pensado como uma tentativa de acesso ou representação da realidade, uma vez que

Os problemas não existem, porque não existe uma realidade-referente onde ir buscá-los. O que há são teorias-linguagens, que fornecem coordenadas para o percurso, permitem que se tenha alguma ideia dos rumos a tomar: assim como funciona a estrela polar para o navegante, mas que não é o lugar onde ele quer chegar. Ou seja, o problema (o tal objeto) de pesquisa da prática educacional e pedagógica só é constituído como problema — configurado, delineado, esclarecido, produzido, iluminado, feito visível e enunciado — desde as práticas teóricas que o tornam problemático, que o criam enquanto problema (CORAZZA, 2007, p. 8–9)

## 1.1 CURRÍCULO COMO ENUNCIÇÃO

Dialogamos com a noção de currículo como lugar de enunciação, espaço-tempo de hibridização cultural, de fronteira, onde os saberes estão em permanente disputa e negociação de sentidos (Macedo, 2006a, 2006b). Partimos do pressuposto que o Núcleo LGBT tem construído, desde a sua criação enquanto diretoria, um currículo político-cultural para a UFPE, forçando a Universidade a produzir e negociar sentidos sobre si mesma, a sociedade e os sujeitos, num processo também híbrido, fluido, contingente e multissegmentado. É importante salientar, entretanto, que a própria criação e existência do Núcleo não se deu de forma espontânea, foi resultado de processos articulatórios entre

demandas de diferentes segmentos sociais (Cavalcanti, 2016), em meio a poderosos processos de reiteração normativa que tentam conter a diferença ou elementos que podem perturbar os sistemas já estabelecidos, revelando, em simultâneo, sua força e sua impossibilidade de fechamento, de fixação permanente de significados. Como afirma Butler (2015, p. 154): “o fato de que essa reiteração seja necessária é um sinal de que a materialização não é nunca totalmente completa”.

Não existe uma única cultura basilar e definidora para a constituição de currículos e de sujeitos. Nas relações de poder entre o particular e o universal existem culturas diversas que hora se entrelaçam, hora se afastam, não são uma vez por todas definidoras umas das outras, mas, também, não escapam dos processos relacionais. Os currículos, portanto, são codificações polissêmicas, dinâmicas e provisórias, caracterizadas por uma “contingência radical” (Glynos; Howarth, 2018), mas, não obstante, a essa fluidez, fixam momentaneamente significados através de processos de articulação:

Chamaremos *articulação* qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante desta prática articulatória, chamaremos *discurso*. As posições diferenciais, na medida em que apareçam articuladas no interior de um discurso, chamaremos *momentos*. Por contraste, chamaremos *elemento* toda diferença não discursivamente articulada (Laclau; Mouffe, 2015, p. 178).

A articulação é o que possibilita que um discurso particular ganhe *status* de universal e passe a ter hegemonia. Quanto mais demandas uma prática articulatória condensa, mais eficazmente atua gerando a fantasia de completude e de superação da contingência das relações sociais. É visível que em dados momentos essa demanda surge como uma solicitação e em outros momentos ela aparece como exigência (Laclau; 2013).

Neste sentido, o currículo é significado a partir de articulações discursivas e esse processo de negociação se dá de maneira infinita, agindo na e pela contingência das relações construídas e das experiências vividas. O currículo está vivo, em movimento, é discursivamente constituído em meio a disputas e acordos (conscientes e inconscientes) entre semânticas já consolidadas e novas gramáticas. Não é “(...) algo predado, selecionado de um repertório maior para constituir um conjunto de conteúdo a ser ensinado/aprendido” (Macedo, 2013, p 734). Esta é uma armadilha na qual se pode cair. O que enfatizamos é a dimensão política e cultural do currículo enquanto espaço-tempo

de fronteira, que, para além de uma frase repetida, é um primeiro passo no caminho de ampliação sobre a reflexão do contemporâneo como contexto hiperpolitizado (Lopes, 2013). A esfera política entra, desse modo, nas linhas deste singelo texto no sentido de nos localizar em um debate que nem de longe é determinista ou homogêneo.

Essa ampliação e explosão político-cultural ultrapassam as linhas dicotômicas de teorização fundacionais. São processos que se traduzem no e pelo currículo de maneira a mostrar as convergências e divergências discursivas e, em especial, as contradições sociais que se dão numa disputa incessante sobre o que é verdade. A depender do gozo, da matriz psíquica construída no limiar de uma conceitualização onde há um pacto ou um conchavo entre conhecimento e formação de sujeitos. Aqui se torna importante chamar atenção para o que afirma Lopes (2013):

Trata-se de inventar o presente e o futuro da sociedade, considerando a possibilidade de decidir hoje por uma significação que não está determinada e que produzirá efeitos imprevistos no futuro. A transformação social como um projeto do currículo é pensada considerando que a política de currículo é um processo de invenção do próprio currículo e, com isso, uma invenção de nós mesmos (Lopes, 2013, p. 21)

Importante salientar, também, que assim como Macedo (2006a), não pensamos em currículo como um campo de luta entre culturas por legitimidade, mas como um híbrido, uma rede constituída por interações culturais, por posições ambivalentes de controle, colonialismo e de resistência que são forçadas a negociarem sentidos. Esse posicionamento sinaliza para a impossibilidade, portanto, de contemplação ou seleção de culturas para o currículo. No entanto,

não podem ser desprezadas as tentativas do poder colonial de aniquilação das culturas subalternas, com seus procedimentos para marcar as diferenças, fechando classes de coisas e expelindo os elementos não classificáveis. A negociação entre as culturas presentes no currículo escolar não pode ser pensada de forma hierárquica (e aqui me refiro a uma hierarquia de cima para baixo, mas também de baixo para cima como propõem as pedagogias críticas) ... Se trata de uma negociação muito mais complicada que envolve relações conscientes e inconscientes, que obviamente distinções binárias do tipo currículo pré-ativo e currículo ativo não são capazes de dar conta (Macedo, 2006a, p. 106).

A antiga definição pedagógica e/ou técnica sobre currículo como uma organização ou planejamento prescritos para aplicação no meio escolar é rechaçada, tendo em vista a imensidão das realidades sociais e culturas que interagem e se hibridizam nos currículos e nos processos educacionais, sejam formais ou não, presenciais, remotos ou à distância. Isso implica assumir uma abordagem curricular desviante das tradicionais já pré-estabelecidas. Trata-se de “[...] aceitar que todo e qualquer sentido somente pode ser criado dentro de sistemas de linguagem e de significação” (Lopes; Macedo; 2011, p. 202). Essa fluidez na produção de sentidos é inescapável, está sempre afinada com um exterior constitutivo e crivada por relações de poder, portanto é relacional. Se trata da própria prática política, dos processos de diferenciação e de identificação que são necessários para uma vida em democracia. Não necessariamente de forma voluntária e consciente, são operações que envolvem a conjuntura histórica, social, econômica, desejos, medos, fantasias, processos sobre os quais não temos total controle. Assumir uma postura de pesquisa pós-estruturalista, portanto, implica caminhar levando em consideração esses delineamentos e assumir que o currículo é sempre discursivo.

[...] o currículo não é coisa alguma [...] cada uma das tradições curriculares é um discurso que se hegemonizou, e que, nesse sentido, constituiu o objeto currículo, emprestando-lhe um sentido próprio [...] Elas o constroem, criam um sentido sobre o ser do currículo. São um ato de poder, na medida em que esse sentido passa a ser partilhado e aceito (Lopes; Macedo; 2011, p. 40).

Essa perspectiva discursiva, nos convoca a pensar o currículo para além da lógica reprodutora e conteudista, que, ao mesmo tempo, aponta a educação como aparelho reprodutor, acredita e traça estratégias teleológicas, como se fosse possível atingir a plena consciência, libertação das opressões e emancipação. Na nossa perspectiva, esses aspectos são horizontes, porque a realidade está sempre implicada em toda essa dinamicidade que acabamos de explicitar. As experiências coletivas e subjetivas, a falta, o silêncio, as práticas do cotidiano significam como se fossem eles mesmos entes vivos que se abraçam e se afastam, se atravessam e fixam sentidos, sempre provisórios.

Obviamente, caminhar na pesquisa em educação dialogando com o viés pós-estruturalista de currículo não é largar mão de toda uma construção de criticidade em relação aos discursos vigentes que movimentam os objetos de estudos que se pretende tomar. No entanto, por muito tempo, os estudos sobre diversidade acabaram focando

apenas a desigualdade social e, na maioria das vezes, baseavam-se em uma concepção assimétrica sobre relações de poder. Como ressalta Lopes e Macedo (2011) “(...) o currículo é, ele mesmo, uma prática discursiva. Isso significa que ele é uma prática de poder, mas também uma prática de significação, de atribuição de sentidos” (p. 41).

Reforçamos que o conceito de currículo como cultura “é o de repertório de significados, um conjunto de sentidos socialmente criados que permite aos sujeitos se identificarem uns com os outros” (Lopes; Macedo, 2011, p. 184). A alegoria determinista de que somos seres prontos, independentes e naturais precisa sair de cena porque “(...) a enunciação está sempre aberta à alteridade, obrigando a negociação constante com essa alteridade (que nos constitui)” (Macedo, 2017, p. 551). No currículo, essas relações de poder são tencionadas. Macedo (2006a) defende que a pesquisa não fixe “nas distinções entre cultura, economia e política, mas que entenda que o cultural, ao ser refuncionalizado como mercadoria, rearticula sua dimensão política” (p. 285). Para a autora, essa leitura de mundo é acompanhada pela compreensão de que o currículo é um espaço-tempo cultural, que engloba a realidade capitalista de consumo, mas também distintos sujeitos e processos de identificação em contextos variados. Ele pode ser entendido como um lugar “[...] no qual as questões de poder precisam ser tratadas de uma perspectiva de poder menos hierárquica e vertical” (Macedo, 2006a, p. 98). É preciso ver o currículo como algo em movimento contínuo e não como algo parado e procurar trilhar caminhos que possibilitem compreender e explicar sua dinamicidade.

É deste ponto de vista que entendemos que o currículo emergente no Núcleo LGBT é um espaço-tempo de fronteira, que envolve “o mesmo e o outro num jogo em que nem a vitória, nem a derrota jamais serão completas. [...] em que estão mesclados os discursos da ciência, da nação, do mercado, os “saberes comuns”, as religiosidades e tantos outros, todos também híbridos em suas próprias constituições” (Macedo, 2006, p. 289). A tensão criada nessa interação de culturas revela as relações diferenciais e força processos de negociação e articulação entre o “novo” e o já constituído e autolegitimado. Compreendemos negociação como enfatizada por Bhabha (2005), uma disputa por identificações que se dá através de relações hegemônicas estratégicas, ou seja, de um processo de tradução contingente (Derrida, 2002) capaz de fixar provisoriamente um sentido que represente uma vontade coletiva. Um sentido particular que ocupe o lugar de universal.

Nessa mistura ritualística de posições diferenciais, uma outra perspectiva entra em vigor. O local da cultura na geração de diferenças. O que Bhabha (2005) chama de *diferença cultural* seria uma enunciação da cultura do outro, um ponto referencial embrionário que parte de relações múltiplas entre indivíduos, instituições, coletivos, etc. Para a formação de uma enunciação, ou seja, de um discurso, na visão de Bhabha (2005), seria necessária a fusão de uma práxis pré-estabelecida de significação com as possibilidades polissêmicas e performáticas de construção de sentidos que destroem a ideia de origem. Entra em jogo a própria noção de contradição (no sentido etimológico “*falar contra*”) como formadora de uma nova enunciação. A exemplo do movimento de “contracultura” que, com as formações discursivas indo e vindo, carrega uma gama de sentidos seja no anarquismo suburbano (hippies e/ou malucos de rua), na literatura (Burroughs, Jack Kerouac, Cassandra Rios, Nelson Rodrigues...), na música (Janis Joplin, Bob Marley, Jim Morrison, Bossa Nova, Tropicalismo...), entre outros campos potenciais de significação comumente atribuídos ao enunciado. Percebe-se que, nos Estados Unidos dos anos 1970, o movimento de contracultura — constituído por segmentos sociais subalternizados que juntos se fortalecem e desafiam a ordem estabelecida — foi o que impulsionou a reação cunhada naquele contexto como “neoconservadorismo” (Biroli; Machado; Vaggione; 2020) e isso não fechou por completo os efeitos e horizontes de sentido em uma teorização finita sobre o significante e vice-versa.

## 1.2 O JOGO POLÍTICO MORALISTA-NEOLIBERAL

Com essa semente sobre currículo aqui plantada, talvez seja possível ir costurando uma breve discussão, também, sobre “discursos neoconservadores”. Como dissemos anteriormente, Laclau e Mouffe (2015) chamam de discurso a totalidade resultante de uma prática articulatória. As articulações se alteram a partir de termos relacionais e em contextos atualizados. Isso quer dizer que as articulações são fixas em momentos passageiros, formando o que entendemos como identidades. Nessa prática articulatória, diferentes elementos se juntam em cadeias de equivalência para construir uma significação necessária para a hegemonia. Nessa mesma direção, Brioli, Machado e Vaggione (2020) chamam a atenção para as alianças estratégicas entre distintos setores

— evangélicos, católicos, neoliberais, agronegócio, neofascistas, etc — como uma das bases do movimento neoconservador.

À vista disso, vale enfatizar um pouco como surgiu esse movimento. De acordo com Lima e Hypolito (2019) o neoconservadorismo irrompeu logo após o período da Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1960 e 1970 e compõe o que ficou conhecido como “nova direita”, sendo entendida como uma aliança entre neoconservadores e neoliberais. Tratou-se de uma reação em contraponto ao Estado de Bem-Estar Social que se descortinou em uma nova forma de administrar o Estado, principalmente nos países centrais do bloco capitalista (com atenção especial aos Estados Unidos) no contexto das crises econômicas e/ou políticas da década de 1970.

Neste sentido, podemos entender que se trata de um movimento transnacional que avançou muito nas últimas décadas sustentado por discursos de instituições cristãs conservadoras — especialmente da Igreja Católica Romana — contrários aos estudos de gênero e sexualidade e às conquistas no campo dos direitos humanos, sexuais e reprodutivos (Junqueira, 2018).

Sob outro ponto de vista, Löwy (2015) fala que o avanço da extrema-direita (outro nome para o que está sendo abordado aqui) na Europa, não foi de nenhuma forma uma surpresa devido ao crescimento de partidos neofascistas/neonazistas em toda a Europa no início do século XXI. Algo que não tinha sido visto desde a década de 1930. Löwy (2015) ainda o classifica em três eixos: neofascistas/neonazistas, que se identificam abertamente com esta corrente ideológica; semifascistas, os quais não utilizam estes termos, mas se aproximam em suas práticas; e por último os partidos de extrema-direita que compartilham do racismo e xenofobia entre outros preconceitos.

Já no Brasil, Lima e Hypolito (2019) apontam que esta onda se manifesta na junção do libertarianismo, fundamentalismo religioso e do anticomunismo. Os autores destacam que essa divisão é sumariamente didática porque os representantes de cada eixo são articulados entre si e não se autoexcluem. Isso significa afirmar que eles podem fazer parte de mais de uma perspectiva em simultâneo.

De outra forma, Löwy (2015) diz que existe uma especificidade brasileira aderente ao que se entende por “corrupção” e a manipulação discursiva e bem-sucedida em relação a ela, a violência policial nas favelas, a intolerância com as minorias sexuais (onde destacamos a população LGBTQIAPN+ e as mulheres), assim como os partidos brasileiros que não estão totalmente ligados ao movimento clássico conservador, no caso

do Brasil, o integralismo, mas que apresentam grupos neofascistas marginais. Inclusive, podemos perceber o crescimento de núcleos neofascistas e neonazistas em território brasileiro através da internet, enaltecendo, por exemplo o símbolo da suástica e fazendo falas em defesa de Hitler até mesmo em escolas, uma vez que diversas organizações radicais utilizam estes recursos para “(...) atrair e mobilizar novos e velhos simpatizantes e disseminar ideologias revisionistas que violam o direito à igualdade, não discriminação, e o direito à memória das vítimas do Holocausto” (Lopes, 2016, p. 68).

Em linhas gerais, o neoconservadorismo se caracteriza como uma retomada de supostos “verdadeiros valores”. “Os neoconservadores são aqueles que definem os valores do passado como melhores que os atuais e lutam pelas *tradições culturais*.” (Lima; Hypolito, 2019, p. 4). Uma espécie de saudosismo de um passado de glória, que obviamente é contado sob a perspectiva dos vencedores na história e que por esta razão estão ligados a ideia do tradicionalismo.

Teitelbaum (2020) aponta que o tradicionalismo é anterior à modernidade e o movimento da extrema-direita está ligado a retomada dessa corrente. Mas, o que é tradicionalismo? Não é apenas uma crítica ao tempo presente, mas uma crítica à própria modernidade enquanto período histórico e todas suas ideias progressistas e organizacionais/estatais. É uma forma de valorizar novamente a espiritualidade em detrimento da materialidade. Ele usa de forma contraditória o populismo, ou seja, o povo em prol dos interesses das elites, composta sobretudo por homens, brancos, heterossexuais e ricos. Se diz contra todo tipo de sistema, mas defende veementemente o nacionalismo. É o espírito *versus* o corpo, a religião *versus* a ciência e a transcendência *versus* a razão (no sentido posto pelos iluministas).

É uma ideia retrógrada e autoritária que se espalhou pelo Brasil. Os agentes engajados nesse projeto de sociedade se ancoram em fantasias ligadas a discursos cristãos neoconservadores e lógicas neoliberais na educação brasileira, conforme assinalam Oliveira e Oliveira (2022). Filmados e gravados nos atos por intervenção militar, eles “brincam” de soldados e tentam a todo custo transformar tudo de uma hora para outra, guiados pelo ódio e desejo de impor sua vontade e verdade sobre o outro. Não se trata apenas de uma piada/meme, mas de um ninho capaz de incubar ovos da serpente do autoritarismo e do totalitarismo.

Nesse sentido, as fantasias de terror e de realização heroica que sustentam a identificação neoconservadora e sua articulação com o

neoliberalismo e o autoritarismo militarista no projeto bolsonarista são hipérbolos de medos, frustrações, ressentimentos e esperanças reais. Como sustentar discursos e práticas religiosas constituídas em torno do poder patriarcal, da narrativa colonial eurocêntrica, das teologias do destino manifesto da nação escolhida ou povo eleito, da confissão positiva, da prosperidade, da batalha espiritual contra as religiões de matriz africana e indígena, entre outras similares, diante do avanço de discursos pós/decoloniais, igualitários, antirracistas, feministas, de afirmação da dignidade e direitos de pessoas LGBTQIA+? (Oliveira; Oliveira, 2022, p. 19).

Por isso, não se pode afirmar de uma vez por todas o que é ou deixa de ser (neo)conservador no mundo atual. Movimento “(...) denominado com relativa imprecisão de onda conservadora” (Almeida, 2017). O que resta fazer é tentar compreender as brechas que foram deixadas, as faltas que não foram atendidas e a contextualização das massas enfurecidas que têm na palma da mão objetos tecno-psíquicos de poder, algo que pode ser chamado de turbotecnomachonazifascismo (Tiburi, 2020).

Tal como se alavancou um ciberpopulismo que, durante o processo de massificação das redes e da internet na primeira década do século XXI ante a desvalorização da mídia tradicional, abriu espaço para discursos anti-democráticos e violentos. Esses foram representados pela figura masculina e branca do então deputado federal Jair Bolsonaro que ficou popular com seus slogans e memes. Essa estrutura discursiva o construiu como um apolítico, um *outsider*, um messias que poderia mudar a velha política (Bruzzone, 2021).

No entanto, salientamos que esses discursos neoconservadores também têm se fortalecido no debate público pela mobilização de uma dinâmica de identificação em torno da fantasia de recuperação da “família tradicional”, da “proteção das crianças”, do combate a uma suposta “ideologia de gênero”, de estratégias de constituição de um contexto de pânico moral (Miskolci; Campana, 2017). Segundo Oliveira e Oliveira (2018) a ideia de conservadorismo está ligada à própria noção de modernidade na história da educação brasileira em defesa do modelo pré-moderno de matriz religiosa e numa perspectiva disciplinadora, tradicionalista e rígida.

Há em torno desses discursos, uma forte articulação entre o que se entende por “neoliberalismo” e “neoconservadorismo”. Segundo Brioli; Machado e Vaggione (2020) essa conexão se dá em torno de um “familismo” capaz de estabelecer fixação e equivalência entre os interesses de Wall Street, o movimento reacionário ante o “empoderamento das diversidades” e a crise de 2008 no bojo capitalista-neoliberal.

Acreditamos, por conseguinte, que esses discursos caminham intrincados um no outro, num processo de retroalimentação mútua. Deste ponto de vista e apontando os caracteres tradicionalistas inerentes a isso, Brown (2019) enxerga o neoliberalismo atrelado a uma espécie de saudosismo de uma época, atacando a democracia utilizando-se da ideia de liberdade e de moralidade

(...) de famílias felizes, íntegras e heterossexuais, quando mulheres e minorias raciais sabiam seus lugares, quando as vizinhanças eram ordeiras, seguras e homogêneas, a heroína era problema dos negros, o terrorismo não estava em solo pátrio e quando cristandade e branquitude hegemônicas constituíam a identidade, o poder e o orgulho manifestos da nação e do Ocidente (p.13).

Junqueira (2018), em estudo sobre a invenção do sintagma “ideologia de gênero”, também compreende que há um jogo político moralista-neoliberal em andamento, que mobiliza discursos de ódio contra grupos subalternizados criando processos de identificação entre diferentes segmentos da população através da articulação de suas demandas com demandas do mercado financeiro, facilitando a aprovação de medidas impopulares no congresso nacional. O autor destaca que as bases da configuração desse cenário discursivo sobre “ideologia de gênero” estão na Igreja Católica em resposta às Conferências Mundiais sobre as Mulheres e os direitos sexuais e reprodutivos conquistados por essa população e pelas pessoas LGBTQIAPN+ desde o final do século XX.

Baseados em um fundamentalismo religioso e textual das escrituras sagradas do Cristianismo, os grupos eclesiásticos foram aos poucos construindo uma política anti “ideologia de gênero” que se articulou a demandas anti-marxistas, anti-comunista, anti-feministas, anti-movimentos sociais, criando uma cadeia de equivalência entre as mesmas e fortalecendo a extrema-direita em diferentes países, incluindo o Brasil. Se trata “de uma conjugação heteróclita entre o “libertarianismo”, o fundamentalismo religioso e o antigo anticomunismo” (Miguel, 2016, p. 592).

Na Educação, este movimento ganhou visibilidade através do “Escola sem partido”, sendo um projeto que se uniu à falácia da “ideologia de gênero” na tentativa de castrar a autonomia curricular, através de estratégias de pânico moral, criminalização da atividade docente, militarização da educação escolar, ênfase na lógica familista e defesa do *homeschooling*. Com uma injustificável retórica de “liberdade de expressão” e “proteção das crianças” tornou-se comum a prática violenta e a judicialização em relação

a qualquer ação pedagógica de valorização das diferenças étnico-raciais, religiosas, de gênero e de orientação sexual.

O que está fortemente encadeado por um fundamentalismo textual, que de acordo com Puchner (2019) é a utilização de um pequeno trecho de um texto, geralmente das escrituras sagradas, sem nenhuma contextualização, com o intuito de fundamentar e propagar uma ideia pessoal ou de interesse de determinado segmento da sociedade. Em nome de “Deus” defende-se um discurso que se propõe universal e inquestionável. Este fundamentalismo textual é limitado e limitador. Limitado porque não é capaz de realizar concretamente o seu próprio objetivo de falar de uma parte como se fosse o todo e limitador porque não possibilita interpretações diferentes acerca do mesmo trecho que se enuncia a um público ou interpretações alternativas sobre outras partes do texto. Nesse sentido, Hanna Arendt (1999) foi feliz no registro do julgamento de Eichmann, quando relata a banalidade do mal, pelo seu viés mais cruel: a desumanização do outro e a máquina do ódio em sua tecnicidade fria e mortal.

### 1.3 OBJETIVOS DO ESTUDO

Com base nessas reflexões, este estudo tem como objetivo geral conhecer os espaços-tempos curriculares que o Núcleo LGBT da UFPE vem desenvolvendo e as experiências de estudantes LGBTQIAPN+ no agreste pernambucano frente à emergência de discursos neoconservadores. No esforço de dar conta deste objetivo geral, elencamos três objetivos específicos:

- 1) Identificar as ações e projetos desenvolvidos pelo Núcleo;
- 2) Discutir como estudantes LGBTQIAPN+ do Centro Acadêmico do Agreste significam o Núcleo;
- 3) Analisar as experiências dos estudantes LGBTQIAPN+ na universidade durante o período de recrudescimento neoconservador.

### 1.4 CURRÍCULO E SUBJETIVIDADE

Compreendemos que a subjetividade é constituída na experiência e entendemos a experiência como processo de significação, como prática de atribuir sentido, como lugar

de formação do sujeito (Brah, 2006). Assim, a subjetivação é também sempre provisória, consiste num processo

[...] (trans)formativo de um sujeito no interior de uma infinidade de práticas sociais [...] o sujeito se constitui na interação com poderes que o interpelam e que em seus movimentos, são incorporados. Mostramos, portanto, sempre incompletos e vulneráveis ao que nos passa, já que somos precária e continuamente feitos, desfeitos e refeitos pelo encontro com o outro (Santos, 2022, p. 75).

Desta forma, o que somos é uma constância transitória. Está em movimento, é passível a modificações e isso se dá “através de regras e convenções mais ou menos estáveis e da nossa própria negociação vital e reflexiva dessas regras e normas que nos interpelam” (Melo; Oliveira, 2020, p. 7). Ou seja, a experiência é sempre interpretativa (Scott, 2001).

[...] através de múltiplos campos de significação estamos invocando *inscrição e atribuição* como processos simultâneos através dos quais o sujeito adquire significado em relações socioeconômicas e culturais no mesmo momento em que atribui significado dando sentido a essas relações na vida cotidiana. Em outras palavras, como uma pessoa percebe ou concebe um evento varia segundo como “ela” é culturalmente construída: a miríade de maneiras imprevisíveis em que tais construções podem se configurar no fluxo de sua psique; e, invariavelmente, em relação ao repertório político dos discursos culturais à sua disposição (Brah, 2006, p. 362).

As subjetividades cruzam os currículos e são atravessadas por ele num movimento ontológico, de constituição mútua. Como afirma Ranniery (2017, p. 6), as “normas não são apenas uma imposição social sobre o sujeito, mas constituem a própria substância pela qual sua existência é possível”. A interpelação subjetiva, portanto, se entrecruza com uma gramática culturalmente estabelecida, mas não impossível de refazimento. Capilarmente transportam energias díspares, provocando de algum modo consequências profundas sobre os metabolismos e fazendo com que exista, em vias de fato, vida em um terreno normatizador, porém, em simultâneo, poroso.

Faz parte do currículo as inscrições das subjetividades, inclusive, aquelas que podemos chamar de dissidentes. Diferir interfere, tensiona, contesta e força a (re)significação das normas curriculares (Melo; Oliveira, 2020; Ranniery, 2017). É nessa persistência subjetiva, na relação com o outro, que se performa gêneros e sexualidades

nas estradas cotidianas da vida e se faz valer como efeito de verdade as diferentes existências no bojo dos discursos e do que pode ser ou não sujeito (Paraíso, Caldeira; 2018). Enfatiza-se, assim, a potência da experiência na constituição de subjetividades situadas em um dado tempo histórico no devir.

A sina por conceitualização, entretanto, muitas vezes nos faz cair na armadilha da representação do real. A racionalidade científica da modernidade e sua centralidade no conhecimento são basilares de uma filosofia fundacional e pré-determinista que interferem na concepção do ser. O que, sob o ponto de vista pós-estrutural, é problemático porque não leva em consideração a contingência das relações sociais situadas em estruturas micropolíticas. Além do que, no que concerne aos processos de subjetivação, a psicanálise vai problematizar a ideia de um eu unitário, centralizado e racional. Neste sentido, a antiga noção sobre sujeito é bagunçada quando da interpretação deste como desejante, descentralizado e em constante processo de reelaboração.

Essa possibilidade de experiência precisa da arbitrariedade da linguagem (Larrosa, 2019). Não porque ela seja única e simplesmente uma construtora nata da existência em si, mas sobretudo como abertura ou exposição do eu na relação com o outro. Trata-se da negação das anti-experiências do século XX sobre banalidade, silenciamento, violência, desumanização e objetificação a partir dos movimentos totalitários em suas variadas configurações partidárias e ideológicas. No meio desse jogo de produção de sentido, portanto, existem jogos de poder sobre os processos de subjetivação em clivagem pelas experiências e oportunidades de troca, por mais raras que possam parecer nos extremismos atuais (Larrosa, 2019).

Na inventividade e inovação da linguagem habita a experiência, por isso mesmo, reconhecendo que as palavras em si não são capazes desse trabalho de inscrição no real como totalizante desse mesmo real. Dessa forma, abrem-se portas para a criação de significantes que possam dar conta das transformações subjetivas e políticas assim como os processos de significação estão imersos nesses contextos relacionais da experiência permitindo o deslocamento de significados anteriormente considerados obsoletos e/ou inovadores demais. Ou até mesmo a falta de palavras através daquilo que não foi dito, mas que pode vir ou não a ganhar uma significação (Larrosa, 2019).

Nestas circunstâncias, a experiência como lugar de criação do sujeito é o espaço-tempo da relação social, da pergunta, da reflexão, do espanto, da mobilização de desejos

e fantasias em um movimento que inscreve, reitera e repudia a depender do contexto histórico, cultural, econômico e político no qual se está inserido (Brah, 2006).

### 1.5 PESQUISAS QUE SE APROXIMAM DO NOSSO ESTUDO

Com a intenção de conhecer e dialogar com outros estudos, buscamos através do banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) localizar pesquisas já realizadas que se aproximam da temática dessa dissertação. A partir de descritores específicos como “neoconservadorismo e ensino superior”, “LGBTQIAPN+ nas universidades” e “Diretoria LGBT na UFPE”. Foram encontrados ao todo, nove estudos que discutem sobre: subjetividades e trajetórias de estudantes universitários LGBTQIAPN+; a produção acadêmica dessa comunidade e os seus esforços para permanência na carreira de pesquisadoras e pesquisadores; o enfrentamento da lgbtqiapn+fobia em espaços universitários; as políticas públicas que objetivam melhorar a saúde dessas pessoas; e as nuances culturais, psicológicas e econômicas que atravessam suas vivências.

**Quadro 1** — Pesquisas localizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) que se aproximam da temática da dissertação.

<b>Título</b>	<b>Tese ou Dissertação</b>	<b>Perspectiva Teórico-Analítica</b>	<b>Região</b>	<b>Grande Área</b>	<b>Programa</b>	<b>Autoria/Ano</b>
Interpretações de si nas experiências de graduandos LGBTs em contexto pandêmico	Dissertação	Psicologia do Desenvolvimento; Análise Dialógica Temática e Análise do discurso	Centro-oeste	Ciências Humanas	Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar – PGPDE	Macena (2021)
Trajetória, permanência e afiliação de estudantes lgbts na UFRB: a transformação do estigma em orgulho	Dissertação	Pós-estruturalismo e Etnometodologia	Nordeste	Ciências Humanas	Programa de pós-graduação estudos interdisciplinares sobre a universidade	Silva (2017)
A produção científica acerca da temática LGBT: um estudo propedêutico nas	Dissertação	Comunicação científica, pesquisa bibliométrica de abordagem exploratória,	Sudeste	Ciências Sociais Aplicadas	Programa de pós-graduação em Ciência da Informação	Viana (2017)

teses e dissertações na UFMG		análise qualitativa e quantitativa				
Angústia e colonialidade do ser: percepção sobre LGBTfobia em estudantes de Licenciatura em Pedagogia e em Física do Campus Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco	Dissertação	Teoria Decolonial, Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo	Nordeste	Ciências Humanas	Programa de pós-graduação em Educação Contemporânea	Oliveira (2018)
Sobre Nós (des)organizados Pesquisa-intervenção em psicologia e o processo de implementação de políticas para pessoas trans* na UFPE	Dissertação	Teoria Feminista, Pós-estruturalismo, Etnografia	Nordeste	Ciências Humanas	Programa de pós-graduação em Psicologia	Cavalcanti (2016)
“Cata o recado, mona”: condicionantes políticos, econômicos e culturais no Processo Transexualizador no SUS – a experiência do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco	Dissertação	Teoria Social crítica, Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo	Nordeste	Ciências Sociais Aplicadas	Programa de pós-graduação em Serviço Social	Silva (2019)
O cuidado em rede no espaço trans da UFPE: sentidos negociados pelas profissionais de saúde	Dissertação	Construcionismo Social, Análise de Discurso	Nordeste	Ciências Humanas	Programa de pós-graduação em Psicologia	Silva (2021)
“Resistente como flor”: Avanços, resistências e impasses da Política de Saúde LGBT e do Processo Transexualizador no Espaço Trans – Hospital das Clínicas/UFPE.	Dissertação	Teoria Transfeminista, Teoria Queer, método científico materialista histórico-dialético.	Nordeste	Ciências Sociais Aplicadas	Programa de pós-graduação em Serviço Social	Ricardo (2020)

“A universidade é pra caber quem?” Democratização, cidadanização e subjetivação nas trajetórias de estudantes LGBTI+ na Educação Superior	Tese	Teoria do discurso, Currículo e Pós-estruturalismo	Nordeste	Ciências Humanas	Programa de pós-graduação em Educação	Santos (2022)
--	------	--	----------	------------------	---------------------------------------	---------------

A partir do quadro 1, percebe-se que os estudos são provenientes da área de Ciências Humanas (5) e de Ciências Sociais Aplicadas (3). Sendo três em Psicologia, dois em Serviço Social, dois em Educação, um em Ciências da Informação e um em Estudos interdisciplinares sobre a universidade. Desses, sete foram realizados na região Nordeste, um, no Sudeste e outro no Centro-oeste. Nas regiões Norte e Sul não foram encontrados trabalhos. Nota-se, igualmente, que a grande maioria dessas pesquisas são dissertações com exceção de uma que é tese, por isso talvez existam mais pesquisas de doutorado sendo feitas atualmente, esta é uma dedução que se faz uma vez que dos (9) estudos, cerca de (7) foram terminados entre 2018 e 2021.

As perspectivas teóricas adotadas pelos estudos são: o pós-estruturalismo, teorias feministas e transfeministas, teoria queer, pós-colonialismo e teoria do discurso. Dois estudos trabalham com teorias críticas e materialistas. Um com o construtivismo social e outro com teorias ligadas à comunicação científica. As abordagens metodológicas e analíticas variam muito. Há estudos de cunho qualitativo, quantitativo, etnográficos, com base na análise de discurso e na análise de conteúdo.

Já no que se refere aos resultados, podemos tecer alguns parágrafos de maneira mais detalhada. Principalmente levando-se em consideração algumas zonas proximais com a presente pesquisa, tais como as grandes áreas de conhecimento, os recortes teórico-metodológicos, os objetos de estudo, dentre outros elementos de ordem relacional.

Primeiro, o estudo de Viana (2017), através do prisma das ciências da comunicação e informação, destaca a presença e o crescimento de teses e dissertações com temática LGBT na UFMG e aponta que a produção científica dessa universidade contribui para a afirmação do segmento LGBT na sociedade, se tornando relevantes para a promoção da diversidade e inclusão social. Em seguida vem um estudo sobre experiências de graduandos LGBT's no contexto pandêmico, sob o ponto de vista das teorias do desenvolvimento em Psicologia, no qual Macena (2021) chegou à resposta de

que no distanciamento social estes estudantes LGBT's passaram por interações que intentam a harmonia com os colegas da universidade e por negociações de sentidos que buscam o equilíbrio.

Aqui vale destacar que é crucial comentar minimamente a realidade das pessoas trans no Espaço Trans do Hospital das Clínicas/UFPE, primeiro porque são dados importantes sobre a relação entre População Trans/UFPE e segundo porque o nosso objeto de estudo se debruça, em certa medida, na história da Diretoria/Núcleo LGBT onde esses tensionamentos ganham um destaque central. No capítulo 3, elucidaremos e aprofundaremos melhor essa questão.

Por enquanto destacamos três pesquisas que abordam de alguma forma essa temática. Buscando compreender o ponto de vista das profissionais de saúde e baseado na área do Construcionismo Social e da Análise de Discurso, Silva (2021) identificou através de entrevistas que os sentidos de cuidado em saúde se caracterizam por uma lógica de atenção psicossocial. Ao se diferir do discurso hegemônico biomédico para o Processo Transexualizador no Brasil, estas profissionais buscam atender as necessidades da população trans e garantir as resolutividades através do cuidado em Rede. Sob outro ponto de vista (Ciência Social Aplicada e Teoria Social Crítica), Silva (2019) também entrevistou as profissionais de saúde e fez observações diretas, onde no seu texto final discorreu que mesmo com o interesse de setores ambulatoriais específicos para a construção do cuidado e em contramão a ótica patologizante, em outros setores do hospital ainda é possível perceber disputas sobre o que é cuidado em saúde e quem o merece, isto está posto como transfobia e diretamente relacionado com o avanço do conservadorismo. Além de que existem dificuldades no âmbito da interseccionalidade entre classes, raças, gêneros e sexualidades e nas precariedades dos serviços ali prestados e/ou ausentes. Estas são evidências das violências institucionais. Mas, para o autor se existe a política e a resistência, é porque ela é potente.

De maneira muito similar na construção metodológica e, também, sob o viés da teoria crítica, Ricardo (2020) aborda a complexidade que envolve as políticas de saúde e do Processo Transexualizador no Espaço Trans, principalmente naquilo que se refere a sua estrutura e o pouco investimento financeiro. No entanto, a autora dialoga com as teorias transfeministas e queer e nos seus resultados acaba indo um pouco além disso ao argumentar que as limitações encontradas estão nas articulações internas e externas e

demonstram que este espaço está envolto em avanços, desafios, resistências, resiliências e impasses (Ricardo, 2020).

Além destes, existe um estudo que toca diretamente a UFPE e especialmente o CAA. De caráter decolonial, numa abordagem qualitativa e por meio de entrevistas, o texto de Oliveira (2018) aponta para a existência da LGBTfobia contra estudantes LGBTQIAPN+ no campus, resultando em sentimentos de tristeza, medo e sufocamento nas e nos estudantes. Um dado interessante é que a LGBTfobia partiu principalmente de professores e técnicos, e a formação docente foi relevante no combate a essas violências.

Continuando nesse traçado, falaremos agora de pesquisas com discussões teóricas/metodológicas e objetos de estudo ainda mais próximos. Silva (2017), em um trabalho de recorte pós-estruturalista e por meio da etnometodologia, focou nos processos de existência, permanência e afiliação de estudantes LGBT's na universidade. O que ele argumenta é a construção de sentidos na academia para a vivência e livre expressão das identificações sexuais e de gênero, como ele chama “a saída do armário”. Ao mesmo tempo que é um território ainda demarcado por práticas de silenciamento e invisibilização, em especial nas salas de aula. Além disso, os desafios também estão atravessados pela interseccionalidade entre diferentes marcadores sociais e acabam sendo convertidos ora em opressões e violências, ora em privilégios e diversidade.

Santos (2022) em sua tese, discorre de maneira muito próxima do nosso estudo uma vez que utiliza a teoria do discurso e a perspectiva pós-estruturalista. Ao analisar as narrativas de estudantes LGBTQIAPN+ da UFPE, em geral, ele notou que a emergência do movimento LGBTQIAPN+ nas universidades adquire um significado político substancial, gerando impactos ativos que se entrelaçam com uma rede abrangente de dinâmicas políticas no decorrer da cidadanização dessa parcela da população e da democratização do ensino superior. Essas dinâmicas estão mergulhadas em processo de retroalimentação no currículo e na produção de subjetividades a partir da sala de aula e fora dela, nas possibilidades infinitas do cotidiano universitário. De modo semelhante à Silva (2017), enfatiza a territorialização da universidade como caminho para a liberdade de expressão de identificações de gênero e sexualidade. No entanto, ele ultrapassa esse dado ao refletir a universidade como efeito discursivo dos próprios sujeitos que ali (co)existem e de suas variadas demandas. Enfatiza, também, os posicionamentos da própria academia quanto a quem produz conhecimento considerado legítimo em

detrimento de sujeitos historicamente excluídos desses espaços, principalmente as pessoas trans.

A pesquisa de Cavalcanti (2016), por sua vez, discute sobre a política de implementação da portaria do nome social para pessoas trans na UFPE. A autora afirma que o uso do nome social como uma medida política pode ser interpretado como algo que simultaneamente inclui e exclui. Ela observou que a efetivação de uma regra legal só se concretiza quando há uma mobilização política entre os grupos aos quais essa regra se aplica, em um contexto que inevitavelmente requer diálogo com diversos setores.

Após este adendo, queremos frisar que durante a escrita da dissertação dialogaremos com alguns desses trabalhos, sobretudo esse último. Ressaltamos que nossa problemática se distingue das que comentamos porque um dos nossos *corpora* está constituído em um território fruto das políticas de interiorização do ensino superior (o CAA), que apresenta demandas específicas tais como: o pequeno número de bolsas para estudantes que muitas vezes saem do seu município para morar em Caruaru e/ou são expulsas de suas famílias devido às identificações de gênero e/ou sexualidade. A localização geográfica do campus que é fora do perímetro das regiões mais desenvolvidas e estruturadas do município; a realidade cultural e discursiva neoconservadora do agreste (exposta inclusive com os resultados das eleições em 2018); a pouca mobilização social da própria região são outros fatores que aumentam a vulnerabilidade dos/as estudantes no campus.

Ademais, vale salientar que durante o intervalo de tempo que focamos nosso estudo, houve mudanças institucionais significativas na própria UFPE, que passou a ter uma nova gestão (reitoria) a partir de 2018, o que repercutiu, igualmente, na reestruturação da Diretoria/Núcleo LGBT. A pandemia da COVID-19 em 2020 também modificou o modo como as relações sociais se deram na universidade. A eleição do presidente Lula, em outubro de 2022, da mesma forma, provocou efeitos discursivos no âmbito acadêmico

Por fim, Cavalcanti (2016) faz, entre outras coisas, uma linha do tempo da emergência da Diretoria LGBT e o nosso trabalho de alguma maneira dá continuidade ao registro crítico dessa memória, ao abranger o debate sobre os processos de disputa e significação em torno desse espaço-tempo discursivo e dos seus impactos (ou não) nas experiências de estudantes LGBTQIAPN+ do agreste pernambucano.

## 1.6 CENAS DOS PRÓXIMOS CAPÍTULOS

Em consonância com essas discussões, organizamos a dissertação em três capítulos. No próximo abordamos as veredas teórico-metodológicas que fomos trilhando ao longo da pesquisa. Os rumos tomados se deram num contexto de experimentações errantes (Oliveira, 2016) onde a crítica *queer* passa a intervir e bagunçar as normas metodológicas já estabelecidas no currículo e nos discursos epistemológicos que se debruçam sobre o fazer da pesquisa.

No terceiro capítulo, nos debruçamos sobre os relatos de atuais e ex-membros do Núcleo LGBT da UFPE em relação às demandas políticas que influenciaram o percurso de (re)construção do órgão, suas ações e projetos à luz da Teoria do Discurso (Laclau, 2013; Laclau; Mouffe, 2015). Assim como lógicas sociais (Glynos; Howarth; 2007; 2018) que se conectam a estes processos, que intitulamos de “educativas, culturais e de sensibilização”. Em dado momento, construímos uma ponte entre esta história com as experiências e a construção de significados sobre o núcleo LGBT por estudantes LGBTQIAPN+ do CAA.

Tendo em vista os discursos antagônicos e os tensionamentos que eles ativam na problematização de uma universidade pública (para todos) no contexto neoliberal, neoconservador e precarizado (Brown, 2019; 2021; Butler, 2019a). A partir dessa discussão, buscamos analisar as experiências e interpelações subjetivas que tensionam e (re)constróem um currículo político cultural para a universidade, dando destaque aos discursos que ganham contorno a partir de (im)possibilidades (Salih, 2015; Butler, 2019b; Macedo; Ranniery, 2022; Macedo; Miller, 2022; Ranniery, 2017).

Finalizamos, fazendo considerações sobre o estudo como um todo, reflexões e provocações que se pretendem desconstrutivistas sobre as normatividades de gênero e transgeneridade que encontramos ao longo da pesquisa em um processo de escrita sensível e de autocrítica cis. Ressaltamos a importância dos espaços curriculares para as transformações sociais, culturais e políticas bem como a valorização da alteridade e das experiências e significados imersas na complexidade contemporânea. Nesse movimento, nos despedimos com as descontinuidades de sonhos, desejos e demandas das(os) participantes sobre a atuação do Núcleo de Políticas LGBT no CAA.

## 2 COMO, O QUÊ E A PARTIR DE QUE ATRAVESSAR: EXPERIMENTAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Para qual público pesquisamos? Quem são as pessoas que irão ler nossas pesquisas? O contexto histórico é relevante para as ciências sociais e as ciências da educação? Estas são algumas perguntas que podemos fazer sobre o nosso papel em uma pesquisa ou o nosso compromisso ao se debruçar sobre um campo de estudo que dialoga com a realidade de milhares de pessoas, muitas vezes, que nem irão ler o que você escreveu, como bem aponta Garcia (2011).

Antes de escrever seria necessário ter-se um movimento de humildade e de debruçar-se acerca do que já foi escrito sobre determinado tema ou temática. Quantas palavras, enunciados, páginas, livros e ideias já não foram escritos antes mesmo de você se sentar numa cadeira em frente a um computador e passar horas e horas digitando? Perissé (2011) diz que é necessário, sim, a leitura, mas, antes disso para o pleno desenvolvimento intelectual uma boa conversa com as pessoas pode ajudar na compreensão do nosso lugar no mundo. Enquanto pesquisadores das ciências sociais e humanas, estamos preocupados com isso? Com uma simples conversa?

O texto de Fischer (2005) pontua questões importantes e nos faz ter algumas inspirações. Nesse ponto mesmo da escrita, ela pode estar envolvida em um processo mais profundo sobre a exposição de si, a escrita de si em suma como afirma a autora. Mas, não se limitando a isso, as questões estéticas e de assimilação de conceitos e máximas filosóficas de autores e autoras transformam esse ato da escrita em uma reescrita daquilo que já foi dito, que já foi discutido e/ou amplamente debatido. Em um pensamento nietzcheniano, ser criança de novo em um novo estágio, agora potencializado pela paixão ao conhecimento. Criança curiosa, que não para quieta, investiga, pesquisa e inova. Sente-se viva em meio a adultos consumidores, aligeirados e incapazes de enxergar beleza nas entrelinhas da escrita.

Para Fischer (2005), Foucault é sábio ao dizer que em nossa escrita acadêmica estamos também buscando a experiência de si. Isso não se remete unicamente aos textos que escrevemos e lemos, mas, também, na própria constituição do *corpus* investigativo da pesquisa. Evidencia-se assim a escuta do discurso do outro.

Falando nisso, os caminhos metodológicos que escolhemos perpassam o pós-estruturalismo que “[...] pode ser caracterizado como um modo de pensamento, um estilo

de filosofar e uma forma de escrita, embora o termo não deva ser utilizado para dar qualquer ideia de homogeneidade, singularidade ou unidade” (Peters, 2000, p. 28).

A pesquisa pós-estruturalista permite ao investigador, do seu lugar de sujeito e tempo específico, a possibilidade de descobertas em torno da desconstrução de uma verdade construída social e culturalmente. A inquietação, o estranhamento no lugar do outro, as pistas e suspeitas resultam em respostas inesperadas e novas questões/problema, relacionados dessa forma a novos “lugares” particulares (Meyer; Soares, 2005). Dentre as características principais dessa perspectiva, podemos destacar:

[...] contestar as metanarrativas que prometem descrever e explicar “a” realidade em uma perspectiva totalizante; tencionar as relações usuais que se estabelecem entre saber, poder e verdade; assumir pressuposto de que a linguagem, como um campo de operações do poder, é constitutiva do social e da cultura e que, exatamente por isso, se propõe a problematizar e explorar a indeterminação, a ambiguidade, a instabilidade, a multiplicidade e a provisoriedade dos sentidos que ela produz e coloca em circulação nas culturas em que vivemos; focalizar processos de diferenciação e hierarquização social e cultural, procurando compreender e problematizar formas pelas quais estes produzem (ou participam da produção de) posições-de-sujeito (como o homem e mulher, heterossexual e homossexual, por exemplo) do interior de uma cultura, para ficar naquelas mais comumente enumeradas (Meyer; Soares, 2005, p. 29).

Nesse ínterim, optamos pelo que Glynos e Howarth (2007) chamam de racionalidade retrodutiva, lógica de investigação que envolve três momentos inter-relacionados: a problematização; a explicação retrodutiva e a intervenção nas/das comunidades relevantes de especialistas. Problematizar é compreender como o fenômeno se apresenta no presente, como foi construído e estudado ao longo da história, que soluções lhe foram apresentadas.

A problematização inicia com o levantamento de conceitos e de dados empíricos sobre o fenômeno, com o objetivo de torná-lo mais inteligível, de organizar as informações e aprofundar a sua compreensão. A explicação retrodutiva envolve a análise dos corpora e dos estudos já realizados sobre a problemática estudada. O último momento, denominado contexto de justificação, requer estratégias argumentativas para mostrar a validade e pertinência da investigação. É a etapa de produção de relatórios, defesa de dissertação, apresentação de resultados em seminários, elaboração e publicação de artigos.

Aprofundando esses conceitos, salientamos que esta pesquisa está situada na TD e orientada ao problema. Motivo pelo qual se torna relevante falar um pouco sobre isso. Não estamos desejando resolver problemas. Esta é uma ideia recorrente e popular nas pesquisas da área de Educação. Como se o ato de investigar fosse o caminho para buscar soluções e, pior ainda, inerentes a escola (Oliveira, 2018). Este é um equívoco, primeiro porque deposita sobre a academia uma visão cientificista e exata, como nas chamadas ciências duras, onde muitas pesquisas se dão de maneira a ter um resultado final e resolva algum obstáculo. Segundo porque atribui um papel à educação e à escola que não possui nenhum cabimento, como se estas instituições fossem responsáveis por remediar os males sociais. Aliás, este é um ponto de vista restrito no que diz respeito a Educação, na qual tem-se a impressão de que ela está presa aos processos de escolarização e ao terreno da própria escola.

[...] o procedimento de problematização implica, precisamente, em questionar, desnaturalizar e pôr em jogo as condições que possibilitaram a emergência e que permitem a sustentação desse modo de estruturação do problema (Oliveira, 2018, p. 187).

Nestas linhas mora a ação, o movimento e a própria constituição de um objeto de estudo. Orientar-se ao problema não é saná-lo e muito menos separá-lo da responsabilidade de constituição de um olhar sobre ele. Isso quer dizer que estamos o tempo todo olhando para a constituição de discursos que são expostos pelo uso da linguagem. Os termos que aparecem na tentativa de explicar um contexto histórico, ideia foucaultiana, onde tentam abordar a realidade em uma suposta totalidade. A nossa preocupação está para além desse “que” e se aproxima muito mais do “como” esses discursos definem os problemas, da mesma forma como quais são as práticas que os sustentam e como eles podem ou não vir a ser atualizados, interrompidos e deslocados (Oliveira, 2018, p. 186).

No que se refere à constituição do *corpus*, Bauer e Gaskell (2015) o define como um conjunto de materiais considerados importantes para que haja a possibilidade de fundamentação adequada durante a escrita do texto e, ao mesmo tempo, possa atender aos critérios científicos. O estudo englobou dois *corpora*. O primeiro consistiu em elementos textuais (documentos, projetos e fotografias) capturados do *site* e redes sociais do Núcleo LGBT da UFPE e entrevistas com pessoas que lá trabalham ou trabalharam. O segundo

foi composto por transcrições de conversas e entrevistas com estudantes LGBTQIAPN+ do Centro Acadêmico do Agreste. Partimos do pressuposto que a conversa é uma forma potente de encontro com o outro e de, portanto, fazer pesquisa em educação.

Uma conversa não é apenas uma tomada de posição; é, sobretudo, uma forma de exposição: me exponho à intempérie da incompreensão, da intraduzibilidade, do que não sou capaz de dizer, da impotência. E me exponho, também, ao que virá e não se pode saber de antemão, me exponho à outra exposição (Larrosa, 2019, p. 13).

Nessas conversas e atravessamentos entre pesquisadas/os e pesquisador há algumas relações possíveis. Por isso, por alguns momentos, peço licença ao/à leitor(a) para inscrever a subjetividade do narrador que vos escreve e que talvez sejam pertinentes para este estudo. Vamos ver. Trata-se da minha história de vida que é, em verdade, parte do interesse em estudar esta temática. A primeira categoria é: estudante. Porque esta foi a primeira identidade que me permitiu desfilhar pelos corredores da universidade pública. No entanto, quando entrei no Centro Acadêmico do Agreste não sabia nada sobre esse mundo. Fiz parte da primeira turma a usufruir do privilégio de “passar no vestibular” apenas utilizando para isso as notas do ENEM. Fruto de uma longa jornada de políticas públicas comprometidas com políticas sociais e educacionais, ele me fez surgir nesse meio acadêmico de paraquedas. Uma espécie de *insight* às avessas, uma contradição. Eu sabia que podia, só não sabia que isso era real.

Além disso, meus maiores incentivos para enfrentar os desafios na academia foram com certeza os afetos e os laços de amizade que fiz durante esse período. A universidade me abriu para o mundo, me oportunizou encontros e desencontros. Principalmente, os momentos de descobrimento e de vivências que eu não tinha ainda experimentado. Eu vivi a noite LGBT de Caruaru, muitas das vezes, junto aos amigos e amigas que fiz na universidade. Isto foi extremamente marcante para mim, pois eu fui descobrindo minhas potencialidades e fui ganhando confiança em mim mesmo, do jeitinho que eu era. O que aconteceu em seguida foi uma investigação profunda e muito subjetiva sobre os problemas que os estudantes enfrentam ao entrar para a universidade pública. Inclusive, nos primeiros períodos, eu tinha que trabalhar em um *call center* e, por essa razão, cheguei a ouvir que era incapaz de estar ali. Mais uma vez aquele velho discurso plantado na cabeça do jovem estudante de escola pública, de um sonho

impossível. Existir na universidade pública, daquele momento em diante, era um ato político.

Mas, minha subjetividade não era composta apenas por isso. Já no primeiro período tive contato com o campo de estudo de Gênero e Sexualidade na Educação. Foi como se fosse um click na minha cabeça. Compreendi que tudo aquilo que vivi em minha experiência pessoal, profissional, familiar, escolar e social, estava sendo problematizado por um campo de pesquisa ao longo de décadas. Então, me aproximei de um grupo de pesquisa que buscava um/uma estudante para um projeto de pesquisa de iniciação científica nessa mesma área. E para poder participar do projeto, eu deveria largar o emprego, pois a instituição não aceitava que os/as estudantes recebessem bolsa e tivessem salário, até mesmo pela questão de tempo que precisava ser administrado para se dedicar ao projeto. Eu pedi demissão. Confiei minha vida integralmente à UFPE. A partir daí me agarrei com todas as forças ao curso de Pedagogia e à Iniciação Científica. Percebi, aos poucos, que nunca foi sobre usar o diploma para arrumar melhores oportunidades de trabalho/emprego. É sobre pertencer ao espaço universitário e compreender que não importa os marcadores sociais e políticos que a sociedade queira impor, o espaço educativo é seu e você precisa despertar para pegá-lo com as duas mãos. Educar, eu aprendi, é também cuidar. Não é apenas os corpos, mas almas. Despertar o desejo, o querer aprender, o querer se libertar, o querer poder. Um sentimento construído socialmente pela liberdade e pelos prazeres que ela proporciona. Não apenas “igualdade”, mas “equidade”. Não apenas “diferença”, mas “alteridade”.

Até que, chegamos a 2016. Ao impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, seguiu-se uma série de manifestações e protestos em universidades públicas no Brasil, contra esse golpe parlamentar e em defesa da educação pública. Lembro que participei ativamente das manifestações e, também, ocupei por alguns dias o CE/UFPE. Essas ocupações foram uma resposta à crise política que dividiu o país naquele momento. Se fazia necessário expressar nossas preocupações com cortes orçamentários na educação, propostas de reforma educacional e a preservação dos direitos conquistados nas universidades públicas. Participei de debates, assembleias, aulas públicas ao ar livre, atividades culturais, etc. Saí fortalecido pela solidariedade e articulações de resistência e, simultaneamente, enfraquecido pelas violências e desgastes emocionais.

No entanto, não imaginava que tudo poderia piorar. Em 2018, o mundo desabou. Aquilo que ninguém acreditava aconteceu. A democracia foi ameaçada de maneira ainda

mais preocupante. Queerizar já não estava apenas nos meus planos, eu precisava do tempo que se fez presente. O “político” se tornou urgente. A identidade precisava ser novamente marcada pela defesa da vida de sujeitos subalternizados pela raça e pela classe, pelo gênero e pela sexualidade. Esses quatro pilares que não necessariamente estão separados na construção de sujeitos políticos, mas imersos em uma interseccionalidade bem aparente. Cinco anos depois, cá estou eu pensando em como foi passar estes anos tenebrosos. Tive o privilégio de me formar já em 2019, cursando apenas uma disciplina no último semestre, logo, tenho pouquíssima propriedade para falar sobre as experiências de estudantes LGBTQIAPN+ no CAA durante este período de bolsonarismo. Isto posto, vamos a elas e eles.

A seleção das/dos interlocutores desta pesquisa se deu através da técnica de *snowball* (Biernacki; Waldorf, 1981), onde uns/umas indicaram os/as outros/as, até que foi alcançado o “ponto de saturação”, momento em que os conteúdos das conversas começam a se repetir. Ele foi alcançado duas vezes porque, como citado anteriormente, dois grupos distintos de participantes foram constituídos. Em ambos os casos, conseguimos encerrar as conversas quando elas começaram a reaparecer, sendo este o critério usado para chegar ao ponto de saturação. Do primeiro, participaram pessoas que têm ou tiveram alguma atuação direta no Núcleo LGBT da UFPE. Dessa forma, toparam conversar conosco as pessoas listadas no quadro abaixo:

**Quadro 2** — Participantes da pesquisa que atuam ou atuaram no Núcleo de Políticas LGBT da UFPE.

<b>Nome<sup>2</sup></b>	<b>Idade</b>	<b>Gênero<sup>3</sup></b>	<b>Raça</b>
Solano	35	Homem Cis	Negro
Elizabeth	28	Mulher Trans	Branca
Lara	30	Travesti	Preta
Júpiter	30	Homem Cis	Branco
Luciana	53	Mulher Cis	Branca

<sup>2</sup> Algumas pessoas preferiram manter o anonimato, outras, entretanto, fizeram questão que seus nomes reais fossem registrados no estudo. Optamos por respeitar o desejo de cada qual.

<sup>3</sup> A exclusão proposital do marcador de sexualidade nos dois quadros foi para dar ênfase e peso às articulações sociais e políticas de gênero e sua importância para a fundação do Núcleo LGBT. Mas, todas/os se identificam com alguma letrinha da sigla LGBTQIAPN+.

Do segundo grupo participaram jovens LGBTQIAPN+ que cursam ou cursaram sua graduação/pós-graduação no Centro Acadêmico do Agreste (CAA) no período entre 2016 e 2023. No quadro 3 podemos visualizar mais detalhadamente o perfil desses/as estudantes.

**Quadro 3** — Participantes da pesquisa que possuíam vínculo de estudante na graduação e/ou pós-graduação da UFPE entre 2018 e 2023.

<b>Nome<sup>4</sup></b>	<b>Curso</b>	<b>Idade</b>	<b>Gênero</b>	<b>Raça</b>
Carlos	Lic. Química	28	Homem Cis	Pardo
Arlindo	Administração	24	Homem Cis	Branco
André	Design	23	Homem Cis	Negro
Amélia	Lic. Química	20	Mulher Cis	Branca
Sofia	Design	27	Mulher Trans	Branca
Jenny	Lic. Química	23	Mulher Cis	Branca
Analú	Design	21	Travesti	Negra
César	Lic. Pedagogia	21	Homem Trans	Branco
Pedro	Lic. Matemática/Mestrado Educação, Ciências e Matemática	23	Homem Cis	Branco
Julia	Doutorado em Educação Contemporânea	25	Mulher Cis	Branca
João	Lic. Química/Mestrado Educação, Ciências e Matemática	24	Homem Cis	Branco
Miguel	Lic. Pedagogia/Doutorado em Educação Contemporânea	33	Homem Cis	Pardo

A constituição dos *corpora* distingue-se da amostragem representativa, funcionando como uma alternativa que permite expor o desconhecido no sentido de perceber sentidos em uma determinada prática social. Para isso, é necessário seguir o critério da *relevância* dos textos escolhidos, sempre com foco no problema e nos objetivos propostos na pesquisa. Também deve-se atentar para a *homogeneidade* na organização dos textos, tendo o cuidado para não misturar diferentes materiais no mesmo *corpus*. Por

<sup>4</sup> Alguns/algumas estudantes participantes da pesquisa preferiram manter o anonimato, entretanto, outros/as fizeram questão que seus nomes reais fossem registrados no estudo. Optamos por respeitar o desejo de cada qual.

fim, é importante observar a *sincronicidade*, ou seja, os textos devem se situar em um determinado ciclo temporal e contexto social.

Nessa perspectiva, compreendemos que a presente pesquisa não objetiva aprisionar as narrativas em uma cadeia predeterminada porque intentamos o encontro. Isso significa que quem produz a conversa são os/as autores/as através do nosso movimento de instigar a fala, a repetição da fala, as pequenas pausas, silêncios e os efeitos de sentido imbricados no decorrer desse processo (Ribeiro; Souza; Sampaio; 2018). Com base nisso, nosso desejo foi construir uma pesquisa que, ela mesma, seja uma conversa mais desestruturada entre suas partes, na organização de sua linguagem e correlacionada aos seus registros mais profundos na implicação de significados. Essas três dimensões são aberturas para o processo criativo e livre, mas que não perde por si só seu papel de criticidade perante o que foi elencado em suas nuances teórico-metodológicas. “Ela é experimentação porque arriscamos, sabemos que nada está garantido e que não existe um livro de metodologia a ser seguido” (Cardoso; Paraiso; 2013, p. 273).

A conversa é gerada no encontro entre os dois participantes do processo, cada qual em sua especificidade existencial e multifacetada. Isso ultrapassa a concepção de entrevista como instrumento de pesquisa, porque os/as interlocutores tentam “se reinventar como personagens, mas não personagens sem autor, e sim, personagens cujo autor coletivo sejam as experiências culturais, cotidianas, os discursos que os atravessaram e ressoam em suas vozes” (Silveira; 2002, p. 140).

O papel do/a pesquisador/a, desta maneira, seria também de reconstruir esse discurso em sua escrita, a partir de um contexto político-cultural e de tensionamento nos jogos de poder, para que se poder minimamente contemplar suas próprias perguntas norteadoras, tendo em vista que não se objetiva alcançar análises e sínteses completamente definidoras e/ou definitivas, seja lá qual for o estudo em que se debruça.

Assim como o movimento de teorização em Corazza (2002), o nosso envolvimento na pesquisa, a partir de uma demarcação subjetiva, se dá de tal maneira que o fazimento se modifica em relação ao tempo e ao espaço, pelos lugares que são acessados para se refletir sobre as práticas teórico-metodológicas. O que se costuma chamar como campo teórico, pode adquirir novas significações. Não lembro exatamente quando, ao tentar pensar sobre os movimentos que chamamos por “pós-estruturalistas”, nesse caso, eu mesmo tentei desenhar com riscos apagados, marcados, visíveis e/ou com pouca visualização.

Trata-se de um quadro limitado, disforme e que não pretende traduzir e/ou representar absolutamente nada. Ele é a linguagem que precariamente constrói uma visão ousada. O que estou tentado chamar, talvez, de uma realidade enunciada nos contornos de um parágrafo ilustrador. Nele, o que eu consigo ler é um barco deformado e quebrado, mas em um contexto capitalista/globalizado que atravessa esse mar/campo onde as ondas são também o capim. A própria imagem é subversiva na sua elaboração uma vez que o desenho em papel foi colocado em um software para se transformar no inverso cromático, mas que devido as suas nuances, foge de uma perspectiva dicotômica. Preto, cinza-claro e escuro, branco, linhas contínuas, interrompidas, paralelas, perpendiculares, pontos grandes, médios e pequenos.

A embarcação está orientada de forma a seguir uma direção, esta que não está nem de longe determinada, ao passo em que corta o mar/campo com a sua existência e o próprio céu com os efeitos de sua ação (a fumaça). Ela deseja e pode seguir para algum lugar, tem alguma coisa faltando e que precisa ser perseguida/investigada. Como no trabalho de pesquisar, ela tenciona os elementos ao seu redor em um movimento de produção de sentidos. As ideias pedagógicas e as teorias fundacionais sobre conhecimento, aqui representadas pelo desenho do sol (central e totalizador) passam, então, por um processo de transição para uma figura em cuja constituição se vislumbra um labirinto, remetendo à metáfora proposta por Corazza (2002) sobre o fazer-pensar pós-estruturalista.

**Desenho 1** – Mar-campo pós-estruturalista



Fonte: Robson Brito, 2023.

Estes são alguns delineamentos possíveis para se navegar nas águas da pesquisa. Isso não implica dizer que exista uma metodologia única ou bifurcada, ou até mesmo que elas não possam ser alteradas parcialmente, substituídas e/ou complementadas nos seus fazeres e procedimentos ou em suas reformulações teóricas. Oliveira (2016) ao abordar as metodologias *queers*, chama atenção que “(...) o exercício queer desnatura que uma

metodologia qualquer contenha necessariamente uma fórmula clara, precisa e auto-evidente” (p. 337). A imagem é texto, é linguagem, é discurso, é currículo, é cultura e é potencialidade infinita de significação. Pensamos a metodologia como “(...) alquimia mesmo, resultando daí, uma bricolagem diferenciada, estratégica e subvertedora das misturas homogêneas típicas da Modernidade” (Corazza, 2002, p. 14). Iremos tentar, com isso, aquendar a metodologia de forma a “(...) torcer o corpo do pensamento curricular (...)” (Oliveira, 2016, p. 337) porque existe uma problemática nas investigações que envolvem o currículo em relação às perspectivas pós-disciplinadoras, como é o nosso caso no campo de gênero e sexualidade na educação.

Andar entre currículos como quem anda entre diferentes territórios é, portanto, constantemente produzir contrapontos, evitando quaisquer generalizações e abrindo singularidades. Para as perspectivas metodológicas queers em currículo, as diferenças e as mutações, os trânsitos e as transformações (...) não se explicam exclusivamente pelas conjunturas e pelos contextos das formações sociais, dos debates ideológicos, dos campos intelectuais sem se levar em conta como funcionam currículos nesses cenários (Oliveira, 2016, p. 340).

Perceba que estamos discutindo com autoras e autores, em um movimento de teorização e do pensar a partir da conversa semelhante ao que tentamos fazer em contato com estudantes LGBTQIAPN+ e membros do Núcleo LGBT da UFPE. Evidente que não desejamos “(...) dar conta das vidas dos sujeitos de pesquisa, bem como falar em nome delas ou por elas” (Oliveira, 2016, p. 345). O exercício seria mais de corromper a linguagem desse currículo que se constrói, saindo do ponto de vista das participantes/personagens da pesquisa, pela afetação desse eu que investiga e que constitui um discurso curricular e as potencialidades de sentido que podem ser fecundadas (Oliveira, 2016).

Essas conversas estão inspiradas em técnicas narrativas que “[...] se caracterizam como ferramentas não estruturadas, visando a profundidade de aspectos específicos, a partir das quais emergem histórias de vida, tanto do entrevistado [sic] como as entrecruzadas no contexto situacional” (Muylaert, et. al., 2014, p. 193). A narrativa neste trabalho é compreendida como ação de significar e traduzir, que “não está interessada em transmitir o puro em si da coisa narrada [...] mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim, se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (Benjamin, 1987, p. 205). Ela conserva em si, sua própria

força e sobrevivência ao tempo e não se preocupa em responder exatamente aquilo pelo qual foi perguntado, envolve sempre uma troca de experiências vividas. Na educação esse tipo de conversa é sem sombra de dúvidas um método poderoso para a investigação, uma vez que é a paisagem onde vivemos, ensinamos e investigamos. É onde temos nossas experiências enquanto estudantes e docentes.

Assim como a vida humana, afinal, qual outra espécie vive de contar e recontar histórias? As artes rupestres, a invenção da escrita, as tradições orais, os registros míticos, as sistematizações científicas, a música e a dança, o romance, o cinema, as novelas e as séries, os *storys* e as dancinhas do TikTok, o metaverso e o pós-humanismo que bate à porta... E vai, além disso, porque a depender da narrativa que se conta e/ou silencia, as pessoas podem se tornar animais e os animais podem se tornar pessoas, perspectiva muito comum nas artes em geral. As narrativas é que movem a vida e a transformam. São aparatos de poder político e de construção subjetiva. Nas mãos erradas, elas podem ser armas perigosas, algumas vezes, beirando a loucura. O problema está na linguagem e não fora dela. Desta forma, as formações discursivas imbricadas nas narrativas são o que devemos perseguir nos percursos investigativos que iremos trilhar. Este trabalho seria um organismo vivo e em transformação? Esta é uma sensação que podemos ter. Existem mãos que digitam, acrescentam, retiram e formam os sentidos. Sendo que as pessoas que dialogaram conosco também fazem parte disso tudo.

Ao narrar-se o sujeito se relaciona com sua experiência e com os outros e suas experiências à medida que toda singularidade se encontra imersa em um processo social. Falando de si, contando sua própria história, narrando os acontecimentos e as impressões que ficam marcadas, trazendo para esse mesmo tempo outros sujeitos e suas histórias, o sujeito-narrador apreende para si os sentidos que configuram sua identidade (Braga, 2012).

Obviamente, não há escapatória das garras da linguagem e das necessidades comunicacionais e sociais responsáveis por estabelecer os significados na densidade explosiva da cultura. A ressignificação está presente ao longo da narrativa que se estende por aqui. “Os significados vão sendo produzidos e possibilitam aos sujeitos atribuir sentido aos fatos e aos acontecimentos narrados, (re)significando-os” (Braga, 2012, p. 34). A leitura do que aqui se delonga e que vai ser muito mais consubstanciada será, como consequência, uma experiência. Como diz Scott (1988), uma aprendizagem com a experiência. Essa experiência de pesquisa não é um ponto de origem que fundamenta um

conhecimento, mas sim aquilo que propriamente se tenta explicar (Scott, 1998). Ela aparece justamente na apropriação da linguagem. A narrativa, nesse contexto, é a troca de experiências, ela habita as fronteiras ontológicas e é espaço de criação. Está carregada de um pragmatismo nato, que se dá nas relações mais cruas, reais e longe de qualquer tentativa de romantização. Assim como se deu durante muitos séculos pelas vias das tradições orais em diferentes culturas e civilizações ao longo da história. A narrativa é essa transmutação do narrador sobre as suas experiências e saberes, se for possível falar dessa maneira e de outras pessoas confluindo diretamente no âmago de quem ouve, lê ou vê. De quem internaliza e interpreta aquilo que lhe foi passado pelas mãos de quem narrou (Benjamin, 1993).

Mas, os tempos são outros. Faltosos dessas experiências e narrativas, se observa uma fuga do tempo, da morte, dos longos processos. Parece de fato ser um imediatismo e uma busca por controle. Na pesquisa se você racionalizar demais, não tem pesquisa. Para quê pesquisar o que se já sabe? Ou o que eu tenho de respostas prontas de outras pessoas anteriores a mim? A abertura pós-estruturalista é, então, uma oportunidade de buscar as narrativas que não se fecham em suas cadeias de significação e de produção de sentidos, uma vez que elas não estão interessadas na linearidade dos acontecimentos, mas nos processos de como esses acontecimentos aconteceram em um tempo distendido e poder vir a ser revisto através de lembranças, portanto, outras pesquisas (Benjamin, 1993). Muito diferente de contar, ela tenta mostrar. Não se trata de uma explicação, um depositar de informações em um pote vazio. Ela envolve, é fenômeno de troca, de sentir, de pensar. A informação circula solta, sua interferência é muito pouca e incapaz de criar símbolos significativos para a alma. A narrativa não, seu movimento é muito mais de memória profunda e rica no que se refere as suas zonas proximais e simbólicas (Benjamin, 1993).

Para finalizar esse capítulo, chamamos atenção que as conversas/narrativas foram registradas com o auxílio de ferramentas de gravação de vídeo e, posteriormente, transcritas com auxílio do software Sonix. Todas as pessoas assinaram um Termo de Livre Consentimento, dando autorização para participar do estudo.

### **3 TRAVES(TI)SIAS E ARCOS: O CURRÍCULO POLÍTICO-CULTURAL DO NÚCLEO LGBT E AS EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES LGBTQIAPN+ NO CAA**

Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra:

- Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? - Pergunta Kublai Khan.

- A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra - responde Marco, mas pela curva do arco que estas formam.

Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:

- Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.

Polo responde:

- Sem pedras o arco não existe.

(Calvino, 1990, p. 79)

Como iniciar um capítulo de análise? Por que um capítulo precisa de uma primeira frase, uma primeira enunciação? Pensando nisso, me pego refletindo sobre a própria prática da escrita. Não me interessa a ideia de uma origem fundante e limitada acerca de um discurso. Nem muito menos o seu fim por si só. Esse texto não me parece um começo, mas uma continuidade em descontinuidade, como se em algumas considerações finais lidas pelo meio do caminho houvesse brechas para considerações iniciais em lugares outros e assim por diante.

Começar a analisar na e para pesquisa é marcar este espaço-tempo, nas limitações de uma dissertação. Este capítulo, mais do que uma análise, acredito que seja um desabrochar. Antes de apertar botõezinhos e estes surgirem simultaneamente numa tela espelhada, ele ganha sentidos diferentes, mas que não se limitam em si e não terminam quando começam. Ele é antes, anterior ao ato de escrevê-lo. Não é fixo, ele vive para derrotar o próprio tempo. Não escrevo, portanto, com apenas as minhas mãos, mas com muitas outras que se juntam a elas. Elas conversam e disso sai a marcação gráfica, o signo, a forma e o conteúdo. Atravessamento de mim mesmo e de outrem, daqueles e daquelas que eu li e entrevistei, que minha orientadora leu e eternamente interpretativo nas linhas temporais das/dos possíveis leitoras/es alhures.

Neste capítulo o foco está nas pedras e arcos que (re)constroem as pontes entre o Núcleo de Políticas LGBT da UFPE, onde se situa nosso argumento central, que é sua produção curricular político-cultural para a universidade, e as experiências e interpelações das subjetividades de estudantes LGBTQIAPN+ do CAA em meio aos desafios impostos pelo avanço de discursos neoconservadores na educação. Na medida em que este desenrolar surgir, iremos elencar uma série de sessões e subseções para esmiuçar detalhadamente cada um dos aspectos que nos propomos discutir. É evidente que este texto não consegue dar conta de toda uma historiografia e nem é de nossa alçada esta opção. Nosso intuito está ligado à ideia de articular os discursos de modo que não vamos transmitir a pureza das narrativas, mas entranhá-las “(...) como a mão do oleiro na argila do vaso” (Benjamin, 1994, p. 205).

### 3.1 UM POUCO DA HISTÓRIA DO NÚCLEO DE POLÍTICAS LGBT

Segundo informações obtidas nos documentos e através dos/as participantes deste estudo, à pessoa LGBTQIAPN+ sendo aprovada em qualquer graduação ou pós-graduação da UFPE lhe é apresentado o Núcleo de Políticas LGBT da universidade. Mas, o que é isso? Se trata de um órgão administrativo “responsável pela execução da política LGBT da UFPE cujo objetivo é favorecer o acolhimento, a inserção e a permanência da comunidade LGBTI na instituição. Seu papel é coordenar e implementar ações afirmativas e projetos relacionados aos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais”<sup>5</sup>, prezando “pela promoção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva”<sup>6</sup>. Professoras/es e técnicas/os também contam com esse trabalho, mas o nosso foco são estudantes.

Nesta seção iremos tentar contar um pouco da história do Núcleo através de registros nas redes sociais, *sites* e entrevistas com membros e ex-membros. Faço um esforço de desenvolver um olhar *estrangeiro*, que não objetiva narrar a sua totalidade e nem formular juízo de valor. O que nos leva a pequenos recortes (temporais) desses fatos a partir das movimentações desenvolvidas ao longo de oito anos de existência do Núcleo. Não é de nosso interesse o pleno registro de uma grande memória que parte lá atrás com

---

<sup>5</sup> Informação retirada da página <https://www.ufpe.br/nucleolgbt/sobre>

<sup>6</sup> Informação retirada do perfil do instagram <https://www.instagram.com/nlgbtufpe/>

a fundação da Diretoria de Políticas LGBT da UFPE para se tornar o atual Núcleo de Políticas LGBT da UFPE. Não nos sentimos na obrigação de necessariamente seguir uma circunscrição linear e cronológica ao longo de toda a escrita, porque o ponto de partida é sempre influenciado por uma série de estruturas históricas, políticas, filosóficas e imaginativas que, por princípio, não conseguimos revelar completamente nem dominar (Bennington; Derrida, 1996).

### 3.1.1 Contextos políticos e mudanças simbólicas: de Diretoria para Núcleo

É Diretoria ou Núcleo? Às vezes a confusa mistura de nomenclaturas nas conversas de corredores de algumas “cacuras” da UFPE, inclusive esta que vos escreve, pode ser um ponto inicial. O *nome importa*. É uma das unidades simbólicas mais significativas na vida de uma pessoa ou instituição, com adendo de que várias das entrevistadas nessa pesquisa, principalmente aquelas que lutam pelo uso do seu nome social, fizeram questão de não adotar codinomes. A magia leonina de oz que tantos ficionam e que na realidade, é algo totalmente normal, corriqueiro, nada de extraordinário, é a coragem política de que todas, todos, todes nós necessitamos. Evidentemente, ao enfatizar esse detalhe, não estamos julgando aquelas/es que optaram pelo uso de nomes fictícios e a legitimidade dos motivos pelos quais cada uma/um levou a esta decisão.

Mas, como, afinal, a antiga Diretoria se torna Núcleo? A resposta é unânime: a mudança de gestão na reitoria foi o que desencadeou essa alteração. Vamos escavar isso.

**Figura 1** – Logo da Diretoria LGBT, criado em 2016.



**Figura 2** – Logo do Núcleo LGBT, criado em 2021



Fonte: Imagens retiradas de <https://www.facebook.com/nucleolgbtufpe/>

De acordo com Solano, essa alteração se deveu ao contexto de mudança na gestão universitária. Segundo ele, essa política instaurada na UFPE não é institucional e, logo, acompanha o *modus operandi* da própria reitoria, em seus interesses, possibilidades e articulações para fazer o trabalho administrativo acontecer. Solano ainda frisa: “Eu realmente não saberia te dizer o porquê, mas posso dizer, dar essa dica de que, muito provavelmente, como se trata de uma política de gestão, aí depende de como cada pessoa e como cada gestão se articula”.

Olhando para o calendário, este período de mudança está atrelado ao ano de 2021. Ano em que o governo federal estava sob o comando da extrema-direita e período em que ocorreram mudanças significativas na Educação, principalmente por meio de cortes orçamentários para a educação pública superior uma vez que o ambiente acadêmico passou a ser perseguido pelos discursos moralistas e neoconservadores, chegando até a nomeá-lo como lugar de “balbúrdia”. Então, era realmente difícil estabelecer uma articulação maior entre a UFPE e o Governo Federal naquele momento. Isto é um fato, no entanto, podemos ir um pouco além e questionar o que esses discursos mobilizam em torno das políticas LGBT’s em espaços educativos e de formação científica. A suposta balbúrdia tem a ver com a promoção da inclusão e permanência de estudantes LGBTQIAPN+ nas universidades? Esses fatos estariam relacionados? Ou houve outras motivações para mudança uma vez que a Diretoria/Núcleo é dependente das decisões da reitoria?

Luciana chamou a atenção para os possíveis prejuízos com a mudança de nomenclatura, destacando que o significante “Diretoria” tem mais visibilidade e status social do que “Núcleo”. É importante destacar que a nomeação “diretoria” atendeu, a princípio, as demandas solicitadas pelo movimento trans na UFPE de ter uma política de gestão nesta área (Cavalcanti, 2016). Outro aspecto relevante, de acordo com Lara, é que existe uma diferença na gratificação entre cargos de Diretoras(es) e Coordenadoras(es). Nas tabelas de remuneração do governo federal constam as siglas CD<sup>7</sup> (Cargo de Direção) que seria para Diretoras(es) e FG (Função Gratificada) para os demais cargos, como no caso de Coordenador(a). Há de se lembrar também que o contexto de alternância de poder numa reitoria envolve uma série de interesses e jogos políticos na busca de articulações necessárias para a disputa eleitoral, o comprometimento e responsabilidades que estas

---

<sup>7</sup> CD 1 para o cargo de Reitoria e CD 2 para cargos de Diretoria.

posições exigem. Fora isso, as articulações internas para as liberações orçamentárias e demais aspectos deliberativos e administrativos do trabalho desse órgão, portanto, seriam menos próximos da Reitoria nesse sentido.

Isso porque a Diretoria surgiu ligada diretamente ao gabinete da Reitoria, mas com a mudança administrativa, de nomenclatura e de gestão, criou-se um Comitê de Políticas Afirmativas que incluem: a Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis (Proaes); a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida (Progepe); o Núcleo de Políticas e Educação Étnico-Raciais (Erer); o Núcleo de Acessibilidade (Nace) e o Núcleo de Políticas LGBT. Esse comitê, nas palavras de Solano “seria um grande órgão da universidade responsável por acompanhar essas políticas afirmativas, na prática”. Esta dinâmica serviu como uma formação discursiva e hegemônica em torno do discurso de “políticas afirmativas”, onde existem elementos discursivos que se aglutinam em uma relação de equivalência. É importante atentar para a fala de Solano quando ele chama atenção que o núcleo ainda não tem uma perenização de sua atuação na universidade, principalmente de maneira institucional e as motivações das mudanças, é ainda uma questão muito complexa. Sintoma dessa complexidade é o comentário que fizemos parágrafos atrás: algumas pessoas ainda confundem os nomes e outras singularidades. Ou a mudança nominal e o posterior tratamento na esfera comunicativa trata-se de uma mera singularidade ou o contexto político, as articulações internas e externas para a efetivação das políticas LGBT, a sua ainda recente criação, os desafios e lutas podem ser justificativas para essa troca de nomes, na relação mesma entre particularidades e universalidades transportadas em discursos hegemônicos.

Ou seja, existe uma tentativa de nomear o objeto (Diretoria/Núcleo) que não está totalmente significado na normatividade social, política e institucional da UFPE. A fixação total e permanente do sentido de um objeto é impossível (Laclau; Mouffe, 2015) em função de suas diferenças, ambiguidades e práticas hegemônicas, mas, ao mesmo tempo, a necessidade crucial de defesa da vida das pessoas LGBTQIAPN+ no espaço acadêmico e, de garantia de sua permanência na universidade, faz emergir esses tensionamentos simbólicos e discursivos que culminam em currículos políticos-culturais em permanente constituição sempre atravessados pelas demandas de diferentes segmentos (estudantes, instancias institucionais, movimentos sociais, etc) e atravessando as dinâmicas intersubjetivas dos/as estudantes e demais pessoas envolvidas no processo.

Este objeto, portanto, pode ter significações diferentes a partir de pontos de vista e experiências diferentes. Nada disso o determina por si mesmo, de forma plena e definitiva. Isso funciona de maneira semelhante com a comunidade LGBTQIAPN+ porque é inviável que a sigla dê conta de todas as possibilidades de identificação em relação ao gênero e à sexualidade. A sigla “LGBT” permanece sendo oficialmente usada pelo Núcleo, apesar das constantes discussões que giram em torno do tema. Essa fixação do significante se sustenta até o momento em função de práticas hegemônicas entre as diferentes demandas articuladas com o intuito de viabilidade da própria “política LGBT” na universidade. Mesmo que ausente no discurso hegemônico, as demais letrinhas que aqui nós utilizamos “QIAPN+”, provavelmente gerarão demandas futuras e possíveis deslocamentos discursivos. Afinal, no campo político qualquer tomada de decisão pode ser feita para constituição dela e subversão do social. E, por mais que não esteja institucionalizada, acaba atuando como agente hegemônico e fala em nome de outras agências (Torfing, 1999).

A isto se coaduna o conceito de demanda, compreendida como solicitação ou exigência de determinados segmentos sociais. Toda articulação envolve a constituição de uma cadeia de equivalência entre demandas em torno de um ponto nodal, porém, sempre há demandas diferenciais que ficam de fora, não são atendidas (Laclau, 2013), como as do CAA, por exemplo.

Vamos agora para os relatos de como a Diretoria/Núcleo se estruturou internamente, da mesma forma em que poderemos acompanhar um pouco da saga pelo direito de ocupar espaços físicos da UFPE.

### **3.1.2 A jornada por um espaço físico e as estruturas internas**

Antes de se estabelecer um espaço físico mais definido e toda uma estruturação de equipe, as/os ex-membros, passaram por uma longa jornada quase *quixotiana*. Nos relatos e memórias de Luciana e Lara, isso aparece fortemente. Luciana destaca que para além de toda a burocracia na criação de uma instância que não existia na universidade e nem no Plano Diretor, elas precisavam enfrentar dois obstáculos muito significativos. Primeiro, o espaço físico que a Diretoria precisaria ocupar e segundo “as pessoas que iriam compor a diretoria LGBT, ou seja, dos funcionários e funcionárias, dos servidores

e servidoras que iriam compor. A gente... A universidade já estava vivendo muitos cortes financeiros e não tinha nenhuma perspectiva de concurso, né?” (Luciana).

Lara, travesti, preta, servidora da UFPE, nos fala que juntamente com Luciana, buscaram uma sala e a princípio Lara trabalhou provisoriamente na sala do assessor do reitor durante alguns dias, mas com pouca estrutura, pois estava tudo “engatinhando”. Depois “foi cedido um espaço que funciona o Núcleo de Extensão, a Coordenação de Extensão do CFCH”<sup>8</sup> (Luciana). Lá elas dividiram a sala com a Coordenadora de Extensão desse Centro e, como tudo tramitava fisicamente, havia “perda de documentos e processos porque as coisas ainda estavam se estabilizando” (Lara). Em seguida, a Diretoria muda para o Centro de Convenções da UFPE, que de acordo com Elizabeth “foi naquele período que o centro de convenções estava caindo aos pedaços. Tinha inundações quando chovia... Aí deram uma salinha pequena para a gente ali bem perto da Caixa Econômica” (Elizabeth). Por fim, a Diretoria se instalou no CECINE<sup>9</sup> e é onde funciona até os dias atuais o Núcleo LGBT. Só que este espaço não foi concedido facilmente. Ele só foi, na verdade conquistado através de

muita briga (...) a gente conseguiu um espaço que foi para ser reformado, que era um lugar que ninguém usava. Aí ele foi, vai ser lá e pronto, que era para ser provisório. Mas, até hoje a diretoria está lá, num lugar bem escondido, invisibilizado. E isso é uma pauta do núcleo também (Lara).

Os relatos de Luciana se coadunam a estes quando ela fala que “é um lugar muito ruim, porque ele fica nos fundos da CECINE, não tem visibilidade nenhuma. E a gente fez várias e várias tentativas de tirar a Diretoria LGBT dali, mas a gente não conseguiu” (Luciana).

Percebe-se que existem e existiram disputas internas e externas em relação a esta peregrinação por uma sala ou um prédio e na formação da equipe. E isto será retomado mais à frente. Por isso que, por enquanto, encerramos essas pequenas pinceladas descritivas sobre a busca por um espaço físico para tratar sobre como se formou/forma os eixos de atuação, a partir das conversas com as/os participantes desta pesquisa. Como falamos anteriormente, não daremos conta de todos os aspectos, até porque não tivemos acesso a todas as pessoas que fizeram/fazem parte deste órgão. Isto põe em evidência a

---

<sup>8</sup> Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE.

<sup>9</sup> Coordenadoria do Ensino de Ciências do Nordeste – UFPE.

contingência dessa aventura de narrar os acontecimentos que fomentam um determinado fenômeno, dado que “todo objeto é constituído como objeto de discurso, uma vez que nenhum objeto é dado fora de condições discursivas de emergência” (Laclau; Mouffe, 2015).

**Figura 3** – Foto de uma das primeiras composições da Diretoria no ano de 2018.



Fonte: <https://www.facebook.com/nucleolgbtufpe/>

Luciana cita que se buscou primeiramente por bolsistas, uma delas foi a Elizabeth. Em seguida, Lara foi selecionada como servidora. A falta de servidoras/es para a diretoria era compensada através de bolsistas, parcerias com outros/as professoras/es e, também, com todo um esquema de trabalho voluntário.

As pessoas que tiveram interesse em trabalhar na diretoria LGBT muitas vezes não conseguiam autorização dos seus lugares de origem. E é completamente compreensível porque, como é que você vai liberar um servidor e vai deixar o espaço que ele estava ocupado, vazio? Então, foi muito difícil. Com muita luta, a gente conseguiu dois servidores técnicos administrativos, mas a gente não tinha assistente social. A gente teve uma psicóloga que passou muito rapidamente pela diretoria LGBT, mas ela se afastou por questões de saúde (Luciana).

De acordo com Elizabeth, no princípio as ações e projetos da Diretoria LGBT se dividiam em três eixos: ações protetivas, ações preventivas e ações de saúde. Isso transparece no funcionamento do órgão através de três subdivisões, nomeadas na época como “Núcleo de Comunicação”; “Núcleo de Administração” e “Núcleo de Formação e Pesquisa”. Estes setores existem até hoje através de uma portaria interna da UFPE e tem a nomeação de “Serviço Administrativo”; “Serviço de Informação e Pesquisa” e “Serviço

de Comunicação”. Todos os três contam, atualmente, com pelo menos um/uma servidor/a e estudantes LGBTQIAPN+ bolsistas de alguma graduação do campus Recife. De maneira geral, a equipe é dividida entre esses três serviços. Segundo Solano, existe uma interrelação entre todos os setores em variadas ações e projetos, onde cada qual tem papéis diferentes e cumulativos, e se trabalha de forma horizontal, segundo ele. A parte de Administração diz respeito aquilo que as/os servidoras/es já estão acostumadas/os que é enviar e receber e-mail, acompanhar processos, despachar documentos e assinaturas/carimbos, etc. A parte de Comunicação é responsável pela elaboração de todo o material gráfico e audiovisual, utilizado nas campanhas e projetos. E a parte de Formação e Pesquisa atua no acompanhamento, realização e sensibilização de ações; e no levantamento de dados e informações (Solano).

Com o passar dos anos, a equipe foi sendo totalmente reconfigurada com a entrada e saída de servidores e bolsistas. A primeira diretora foi uma professora do curso de Psicologia, o segundo diretor também foi um professor de psicologia, em seguida, assumiu uma servidora técnica administrativa que passou um breve tempo, sendo substituída pelo atual coordenador que é um servidor técnico-administrativo. Olhando sob a ótica laclauniana, tanto a busca pelo espaço físico, como a formação de equipe e estruturas internas, fazem parte da materialização das políticas LGBT na UFPE. Essa realidade está imbricada em um campo discursivo de potencialidades simbólicas. Deste modo, não se trata de uma “coleção amorfa de discursos”, mas uma ordem ou sentido que direciona os acontecimentos (Burity, 2008, p. 43).

As vivências nos prédios ficaram marcadas nas lembranças das entrevistadas e os "lugares físico-naturais" se tornaram lugares de memória. Isto ocorre quando são atribuídos significados pelos indivíduos como pontos de identificação dentro da estrutura discursiva. Esse processo, porém, depende do contexto e das interações entre os sujeitos, tanto entre si como com outros grupos sociais ou esferas institucionais. A relação com o "outro" é abordada pela ideia de "exterior constitutivo". Mas, não é uma regra, nem todos os elementos do mundo vivido são interpretados como lugares de memória, ou são vistos assim em um determinado momento (Marques, 2020). A jornada que se encerra no CECINE é resultado de um processo de deslocamento discursivo que, na teoria laclauniana, contém uma dimensão de temporalidade (Nascimento, 2020). Essa estruturação do social ocorre depois de uma série de momentos e/ou eventos de regulação/modificação em relação ao espaço e a sua estrutura de equipe, cargos, em uma

temporalidade histórica que vai negatizar a própria noção espacial e, com isso, deslinda a contingência que se interpola nesse processo (Laclau, 2000).

Luciana frisa que, durante a primeira gestão da diretoria, existiu um esforço para a criação de um “Núcleo de Saúde” e por um breve período, houve atendimento psicológico. Infelizmente, este núcleo não foi levado adiante, mas, ao mesmo tempo, a Diretoria também gerenciou durante um período o Espaço Trans no Hospital das Clínicas da UFPE, diz Lara. Isso nos transporta para um outro lugar e tempo nessa história. Começamos, então, a tocar em um ponto crucial: as portarias para o uso do nome social.

### 3.1.3 As demandas trans na construção da Diretoria/Núcleo LGBT

Nesse movimento de vai e vem, buscamos as conexões entre os contextos políticos que permeavam o terreno precursor dessa história e as (des)continuidades que ainda circundam as políticas LGBT na UFPE, como num jogo de lógicas e nuances que interagem numa linha dissolvente. Atentemos, portanto, para esse transcender espectral.

**Figura 4** – Primeira foto de perfil da página do Facebook do Núcleo LGBT



Fonte: <https://www.facebook.com/nucleolgbtufpe/>

Como se pode ver no canto superior direito da figura 4, esta postagem da página de Facebook do atual Núcleo LGBT, data 21 de setembro de 2015 e, na verdade, é a primeira foto de perfil da página. O projeto “#MeuNomeImporta” inaugura e é um dos elementos fundadores da posterior Diretoria de Políticas LGBT da UFPE. Ou seja, muito mais do que um nome, estamos falando de pessoas. Isso entra em diálogo direto com as demandas dos movimentos sociais e políticos de pessoas trans na própria instituição, para

a conquista do direito ao nome social nas várias instâncias da UFPE e, muito mais, é motivo basilar para a construção da própria Diretoria. As/os estudantes LGBTQIAPN+ da UFPE têm acesso a essas políticas graças a mobilização de pessoas Trans e Travestis envolvidas na luta contra a transfobia e pela conquista do nome social, lá atrás entre 2014 e 2015. É obrigação nossa fazer esse destaque para o não esquecimento e a continuidade da memória experienciada e registrada anos atrás. A esta subseção se deve a ressalva que fizemos ao final do capítulo introdutório e que, relembremos, não se dá de maneira fácil. Foi preciso todo um movimento para garantir esse avanço muito bem explanado na pesquisa de Céu Cavalcanti (2016).

Entretanto, não buscamos sob nenhuma hipótese, uma escrita de puro enaltecimento da Diretoria, por isso a necessidade de retomarmos de maneira mais aprofundada a análise das demandas anteriores e posteriores à própria “origem” da Diretoria e das Políticas LGBT na UFPE. A ideia de surgimento/origem/fundação é problematizada e criticada por Laclau e Mouffe (2015) e pela rede de produção científica em torno da Teoria Política do Discurso e, por essa razão, não damos ênfase a uma narrativa de início, meio e fim para essa seção. Ainda que algumas opiniões deslizem para essa necessidade de compreensão mais linear, neste caso específico, precisamos mudar a forma como se vê e reconhecer a importância, quebrando silenciamentos e normatizações, das lutas pelo direito ao nome social na própria esfera de instituições e de suas burocracias e os reflexos que estes discursos trouxeram para o debate de políticas LGBTQIAPN+ na UFPE. Trata-se de focalizar esse lugar não-fixo dos discursos de normatividade e de institucionalidade, de relações abertas e que podem ser complexificadas em práticas articulatórias constantes e contingentes.

Há de se pensar o prefixo “trans” e as variadas formas que este é utilizado nas formações discursivas. Cavalcanti (2016) sublinha que há uma marcação e uma relação de opressão exposta quando existe o “trans” nas designações e materialidade de políticas para pessoas que subvertem a normatividade de gênero. A centralidade destes fatos narrados, desta maneira, se alinha muito mais a questão de gênero do que de sexualidade. É uma virada sintomática da invisibilidade dos próprios movimentos hegemônicos nos significantes (GLS, LGBT, LGBTQIAPN+, etc) correntemente utilizados/modificados e que neste século se marca pelo fato de que estão cada vez mais tencionando e conquistando os seus devidos espaços na vida social/universitária. Por outro lado, essa inclusão acontece com uma contextualização excludente de qualquer desinência

conflituosa em torno da categoria “gênero” principalmente em relação com as identificações e orientações sexuais.

Em suma, os discursos mobilizados pelas demandas trans funcionaram, neste caso, como um ponto nodal do campo discursivo LGBTQIAPN+. No caso da UFPE, existe uma positividade que é a construção do espaço trans que demonstra uma relação dessa instituição de ensino superior, por meio de uma política de saúde específica, para a população trans em geral, a partir de suas demandas. Em simultâneo, Silva (2019) vai constatar o avanço do neoconservadorismo ainda dentro do Hospital das Clínicas em outros setores, onde ocorrem casos de transfobia e de deslegitimação da saúde e do cuidado que esta parcela da população necessita.

Neste cenário, Luciana e Elizabeth pontuam que participaram ativamente de reuniões com movimentos LGBTQIAPN+ para pensar sobre a construção de políticas para esses/as sujeitos/as na UFPE. “Desses encontros, a gente criou, formulou a política LGBT, que seria justamente o primeiro passo para a construção da diretoria” (Elizabeth). Mas, ela teve como primeiro propósito gerenciar uma política específica, que é a do uso do nome social. Por isso que “para falar sobre a criação da diretoria LGBT da UFPE, a gente tem que voltar um pouquinho” (Luciana).

A própria Céu Cavalcanti que citamos, estava presente nesses encontros e reuniões e, de maneira simultânea, desenvolvia uma dissertação que se interessava sobre o desenvolvimento dessa política na UFPE, defendida e aprovada em 2016. A partir de seu olhar atravessado pela sua transgeneridade (Jesus, 2012) e numa perspectiva pós-colonial, ela fala que a instituição e sua linguagem acabam por colonizar as diferenças e em diálogo com a TD, enfatiza que a questão do nome social se tornou um ponto nodal, uma linha de frente como colocamos há pouco.

Cavalcanti (2016) evoca a figura de Maria Clara, que teve o seu caso veiculado na imprensa nacional, quando se deparou com uma burocracia institucional violenta ao solicitar o uso do nome social para se matricular na universidade. A UFPE estava atrasada em relação a outras instituições federais de ensino superior, afirma Luciana. A resposta a esse pedido foi uma falácia de que “não existia demanda”.

Nesse sentido, Cavalcanti (2016) pontua que a causa trans se tornou central pela desigualdade de tratamento em relação às pessoas cisgêneras, uma vez que nenhuma delas precisavam “(...) passar meses se expondo por entre gabinetes burocráticos para que seu reconhecimento não fosse desconsiderado por professores e atas de chamada”

(Cavalcanti, 2016, p. 59). Nesse percurso, no começo de 2015 a UFPE publica uma primeira portaria sobre o nome social sem consultar especialistas no assunto. O texto apresentava uma série de termos transfóbicos e moralistas, principalmente o uso da expressão “o travesti”. Diante desse fato, estudantes trans e travestis, em diálogo com Luciana, começaram a elaborar uma portaria de nome social e de uso do banheiro. Pela sua robustez jurídica e pelas articulações que foram sendo construídas entre este grupo e as instâncias administrativas da UFPE, a portaria foi recebida e prontamente encaminhada para o setor responsável por avaliar a questão legal e, semanas depois, acontece a sua publicação (Cavalcanti, 2016).

Luciana nos conta que disse, em uma reunião com o reitor na época, que apenas a política de nome social não era suficiente. Concordamos com ela, a partir de Cavalcanti (2016), que a letra fria da lei não garante o direito em sua plenitude. Ou seja, se fazia necessário naquele momento “uma campanha de conscientização e sensibilização da comunidade que compõe a universidade” (Luciana). Esta campanha foi intitulada #meunomeimporta. O primeiro e um dos maiores projetos da Diretoria LGBT.

O reitor, por conseguinte, pediu-lhe que elaborasse uma proposta por escrito para a criação da diretoria. Isso se tornou um ponto de virada. Por esta razão acionamos uma segunda dimensão do conceito de deslocamento discursivo em Laclau, a da possibilidade (Nascimento, 2020). Com o passar dos meses uma nova instância surge, abrindo novas possibilidades para os/as estudantes LGBTQIAPN+ na universidade. Isso se amarra com outra dimensão, que é a da liberdade limitada, onde para ela ser possível é necessário haver opções de escolha e uma estrutura anterior para a própria estruturação social que se quer estabelecer (Nascimento, 2020). É o caso das pautas trans que se rearticulam posteriormente em torno de pautas LGBT, em termos e conjunturas políticas.

Essa política LGBT não se fecha em si mesma em uma perspectiva objetivista, há nessa espécie de fundação história esse caráter de realocação em seu discurso das demandas alternativas e diferentes e isto assinala uma redescoberta que pode reativar a compreensão histórica dos atos originais de instituição, revelando que formas consideradas objetivas e inquestionáveis são, na verdade, contingentes, o que lança essa contingência sobre suas próprias origens (Laclau, 2000).

Na próxima seção iremos continuar este movimento com um olhar mais próximo das ações e projetos desenvolvidos pelo Núcleo ao longo desses anos em relação a estudantes, técnicas/os e professoras/es.

### 3.2 ARCOS DESENHADOS: AÇÕES E PROJETOS DO NÚCLEO LGBT

Esmiuçada essa pequena história sobre o Núcleo LGBT, daqui em diante trataremos este órgão pelo seu nome atual, mesmo que volta e meia nos referirmos ao seu passado. Muito além das mudanças administrativas e de gestão, colocamos em destaque o simbólico: O núcleo é trans! Como afirmam Glynos e Howarth (2018), “a presença disruptiva do real” é “uma presença que marca a impossibilidade de qualquer suposta plenitude do ser, seja no nível de estruturas, sujeitos ou discursos” (p. 55 e 56).

Em relação às ações e projetos, compreendemos que existe uma diferença entre estas duas coisas. As ações estão mais voltadas a atividades que atuam de maneira pontual e não necessariamente ligada a um cronograma, em vistas de atender necessidades que surgem e/ou são solicitadas. Já os projetos estão associados com uma gama de movimentos interconectados entre vários setores do núcleo (e/ou fora dele) e podem ou não estar ligados a um cronograma planejado, assim como, podem ou não se repetir em locais e datas recorrentes. Ambos, em todas as conversas que tivemos, são em maioria direcionados para toda a comunidade acadêmica, qual sejam estudantes, técnicas/os e professoras/es e estão delineados aqui como um arco que contempla os anos de 2016 a 2023. Com isso, é tarefa impraticável falar de todas as ações e projetos do Núcleo, por isso focaremos naquelas que tivemos mais informações.

Vale enfatizar que as ações e projetos mobilizam um trabalho muito grande por parte de toda a equipe, interna e externamente. Nesse sentido, a relação do Núcleo com as demais instâncias da UFPE se torna central para boa parte de suas atividades. Toda a parte de estruturação administrativa e de relação com a reitoria que perdura até os dias de hoje, mesmo com suas reformulações, foi assegurada e mantida pela influência do trabalho de Luciana como apontamos na seção anterior. No entanto, percebemos que essas relações se deram de maneira muito precária com outros setores com o passar dos anos.

Essa precariedade decaiu sobre o núcleo. Por um lado, o atravessamento do neoconservadorismo e o encorajamento de agentes da própria instituição que se sentiam seguros ao (re)produzir discursos LGBTQIAPN+fóbicos e a carga emocional necessária para enfrentar essas situações; por outro lado, a grande quantidade de trabalho que decaiu para poucas pessoas darem conta e, principalmente, a falta de recursos para o quantitativo de demandas solicitadas para os três *campi*. É unânime o entendimento dos/as

participantes da pesquisa de que a relação do Núcleo LGBT com o CAA é precarizada e quase inexistente devido à falta de pessoal e de recursos para atender a todas as solicitações, principalmente referente ao número elevado de casos de LGBTQIAPN+fobia (Oliveira, 2018).

Outro ponto, levantado por Elizabeth, é que houve uma certa verticalidade na “aproximação” com a reitoria, onde essa relação deu conta de atender as demandas solicitadas na época, mas, com o tempo, acabou gerando um sentimento de que ela estaria apenas como uma representação de uma sigla/luta, ali naquele espaço. Como se pelo fato dela ser trans, ela fosse o objeto balizador e legitimador, sempre disponível. Isso revela as brechas da formação discursiva. Nenhum discurso estrutura de forma plena o social, eles são sempre parciais, precários, contingentes.

O problema está, portanto, colocado não em termos de nenhuma fundação (a lógica do tudo ou nada), mas em termos de fundamentos contingentes. (...) O que se torna problemático, como resultado, não é a existência de fundações (no plural), mas seu status ontológico - o que é visto agora como necessariamente contingente (Marchart, 2007, p.14).

Nesse terreno contingente e de complexos conflitos sociais, as relações nas esferas institucionais e interpessoais se deram de maneira muito aproximada. O próprio *mover*, uma ideia de ação social em si, está atrelado a estas conexões uma vez que, mesmo com a fixação em torno de um discurso hegemônico (seja política LGBT ou nome social), para ocorrer essa prática discursiva foi necessário mobilizar toda uma rede de pessoas LGBTQIAPN+ na própria instituição, em outros setores, centros, departamentos, campus, etc. Esta obviamente não é uma totalidade, mas os relatos das entrevistadas/os mostraram que no início havia uma grande necessidade de diálogo de pessoas da própria comunidade LGBTQIAPN+ para viabilizar essas ações e projetos.

Lara, enquanto ex-coordenadora, atuou na construção e fortalecimento desses laços e tensionamentos, dentro de suas limitações no campus Recife. A partir de seu trabalho e com as mudanças que já mencionamos, os gestores de centro e das outras instâncias da universidade passaram a ter uma relação mais “institucionalizada” com o núcleo. Isso é fortalecido através dos relatos de Solano, que chamam atenção quanto ao caráter de tensionamentos e de crescimento de demandas por parte de professores, gestores e até mesmo um pequeno *mover* de centros e departamentos na sistematização de ações e projetos nos seus espaços, especialmente após a pandemia, com a volta da

modalidade presencial e o contexto de enfrentamento de discursos neoconservadores na instituição. Há também outro aspecto, que diz respeito a pedidos de ações protetivas e imediatas por parte de setores da universidade que passaram por algum tipo de violência LGBTfóbica e/ou solicitações de ações preventivas.

Cavalcanti (2016) vai apontar que os discursos se articularam em torno das políticas de nome social, dando uma centralidade aos elementos em torno das categorias de gênero e transgeneridade (Jesus, 2012). Este foi o primeiro discurso hegemônico, no entanto, os sentidos do Núcleo continuam em disputa e a crise de significação (Burity, 2008) gera a demanda por uma “política LGBT”. Não estamos definindo este ponto nodal de maneira hipotética ou correndo o risco de uma dedução sobre esta definição. A identificação do ponto nodal só pode ocorrer através de uma atribuição que olha para trás no processo de significação, ou seja, ocorre depois da formação discursiva (Stavrakakis, 2007). Dito isto, os sentidos então foram se direcionando na integração em torno das categorias de gênero, transgeneridade e sexualidade. Essa produção de sentidos só é possível através de “regras que não foram inventadas por si, não são controladas ao seu bel-prazer, e não podem ser simplesmente modificadas de maneira arbitrária e intempestiva por alguma pessoa” (Burity, 2008, p. 39).

Evidentemente, nem todas as ações e projetos giram em torno de marcadores sociais específicos. Tendo em vista as lógicas sociais que sustentam os discursos mobilizados em torno do ponto nodal de *políticas LGBT* na universidade, compreendemos que algumas práticas sociais podem ser aglutinadas em três categorias diferentes entre si: de formação e pesquisa; culturais e acadêmicas; de sensibilização e comunicação. De acordo com Glynos e Howarth (2007), a lógica social “compreende a gramática ou regras substantivas de uma prática, ou regime, que nos permitem destilar a sua finalidade, forma e conteúdo” (p. 106). Com esta sobredeterminação das práticas sociais alude-se uma costura de regras, características e fenômenos. Passemos então a elas.

### **3.2.1 Ações e projetos de formação e pesquisa**

A lógica social educativa se refere a práticas sociais em espaços e contextos educativos. O *educativo* não se restringe a noções escolares ou pedagógicas com sentidos predeterminados, abrange o próprio fazer curricular político-cultural.

Elas atravessam permanentemente as atividades do Núcleo. Quando acontece uma aula pública, por exemplo, onde a temática envolvida é “Gênero e Sexualidade”, cria-se possibilidade de debates sobre as estruturas sociais e discursivas, como a hetero/cisnormatividade, nos quais os sujeitos estão dispostos de maneira a ampliar vozes e abrir diálogos colocando em prática uma desobediência a discursos normatizados. No entanto, como disse Lara, muitas vezes acaba sendo uma “pregação a convertidos”.

**Figura 5** – Aula pública sobre gênero e sexualidade realizada no ano de 2018



Fonte: <https://www.facebook.com/nucleolgbtufpe/>

Na figura 5, há o registro de uma dessas aulas públicas sobre gênero e sexualidade, realizada em 2018, em frente ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas — CFCH. Lara destaca, ainda, que quando há eventos sobre essas temáticas, em uma esfera formal, acontece um “trabalho de formiguinha”. Se “futuramente, o servidor for pego numa situação de violência e agressão e for denunciado, ele vai responder. Por quê? Porque a universidade ofereceu o curso” (Lara).

**Figura 6** – Card de divulgação de curso para servidoras e servidores da UFPE.



Fonte: <https://www.instagram.com/nlgbtufpe/>

A elaboração dos cursos direcionados para funcionários/as terceirizados/as se dá com uma abordagem pedagógica mais simples e linguagem acessível para o fácil entendimento (Elizabeth). Segundo os/as entrevistados/as, notou-se o impacto dessas práticas sociais que foram realizadas e que furaram a bolha da própria noção de institucionalidade, ao articular demandas particulares em um campo universal e plural. Lopes (2018) vai nos dar algumas pistas nessa discussão. A promulgação e desenvolvimento de currículos particulares que se interconectam em sítios universitários/hegemônicos, em especial ao tratar os temas da diferença (p. e., gênero e sexualidade), provocam tensionamentos em torno da ideia de identidades fixas, desestabilizando-as e promovendo a disputa de novos sentidos no fazer curricular. Ao apontar outras direções de formações, aulas e cursos especificamente voltados para temáticas da diferença, há, também, um maior envolvimento político.

Estes cursos foram realizados em vários locais da UFPE: setor de segurança, limpeza, Hospital das Clínicas, entre outros. Eles seguem regras, cronogramas, agendamentos, preparação de material e de espaço para o trabalho pedagógico, negociação com especialistas e, às vezes, até mesmo com os próprios membros e membras do núcleo que ofertam. Elizabeth, mulher trans, cita sua própria experiência em decorrência desses cursos:

[...] quando os seguranças passavam por mim, dando tchau e dizendo *Oi! professora...* Então, assim é muito o que Paulo Freire fala, a educação transforma as pessoas. As pessoas transformam o mundo. É a ideologia principal do núcleo, da diretoria LGBT, era isso. Era utilizar a educação de forma combativa e não punitiva (Elizabeth).

O combate que Elizabeth menciona, está muito presente em alguns relatos na próxima seção. É importante salientar, que os cursos não emergem puramente do interesse da instituição em implementá-los, eles são solicitados ou propostos, muitas vezes, em função de violências LGBTQIAPN+fóbicas, como os casos de negação ao uso do banheiro por pessoas trans, citados por Cavalcanti (2016). São formações demandadas como ações protetivas, muitas vezes solicitadas pelos departamentos e centros. Luciana, reforça esse aspecto ao falar que sempre fazia alguma intervenção quando existia uma denúncia. Mas, as campanhas/projetos eram sempre direcionadas para todos os segmentos que compõem a universidade: estudantes, técnicas/os e professoras/es.

Glynos e Howarth (2018) ressaltam que as lógicas sociais põem em ação regras e práticas que visam sustentar um discurso. No caso do Núcleo, as políticas LGBTs. Elas se dão dentro de uma conjuntura histórica e social, de determinadas condições de possibilidade. Os impasses se destacam como parte dessa conjuntura. O primeiro impasse seriam as denúncias que demonstram uma realidade institucional complexa; o segundo a resistência das pessoas ao não querer participar dos cursos e o terceiro a própria UFPE que ainda não oficializou essa prática.

Está em andamento, segundo Solano, junto à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, uma sistematização dos cursos de sensibilização para o corpo docente, na perspectiva de formação continuada. Mas, há uma limitação institucional para a atuação do núcleo nesse quesito por todas as precariedades que ele vive, especialmente de recursos humanos, como já explicitado nas seções anteriores. É evidente que dar conta da formação de um quantitativo alto de professoras/es e de técnicas/os administrativas/os da UFPE demanda uma reestruturação massiva do Núcleo.

Houve uma tentativa de pesquisa (quantitativa) para mapear todas as pessoas LGBTQIAPN+ da instituição, mas acabou não sendo bem-sucedida, pois muitas usaram da desonestidade para preencher o formulário e respondiam coisas absurdas como “Sou alienígena” e “Gosto de cenoura” (Elizabeth). O núcleo também trabalha no apoio aos projetos de pesquisas e pesquisadoras/es que tratem temas relacionados à gênero e sexualidade e criou o Prêmio Márcia Arán que objetiva estimular e fortalecer as pesquisas sobre a temática LGBT, através de um concurso de monografias, artigos científicos, dissertações e teses.

### **3.2.2 Ações e projetos culturais e acadêmicos**

Entendemos por lógicas sociais culturais, aquelas práticas que envolvem processos coletivos de significação acerca de comportamentos, crenças, normas e valores. Assim como pensamos que os eventos acadêmicos, para além de seu caráter científico e de produção acadêmica para o currículo lattes, são momentos de intervenção político-cultural. Deste modo, Elizabeth e Lara, ao relatarem suas presenças em reuniões, aulas magnas, mesas de debate, congressos, entre outros espaços, estão tencionando os discursos por meio dessas práticas sociais. O uso do termo se justifica na medida em que

engloba práticas simbólicas que envolvem ferramentas produzidas coletivamente e associadas a disputas discursivas que elas hora referenciam, hora se distanciam.

**Figura 7** – Card de divulgação de mesa redonda com presença do Núcleo LGBT.



Fonte: <https://www.facebook.com/nucleolgbtufpe/>

A partir do *corpus* constituído com o material de entrevista, observa-se que já é característico haver rotinas de intervenções artísticas. Há ações específicas chamadas de “culturais”, “calouradas”, recepções de novas/os estudantes e festas em geral, seja nas dependências do *campus* ou em algum local próximo, por exemplo, no caso do CAA. Lara e Elizabeth enfatizam as ações do Núcleo em meio a estes eventos culturais que acontecem na universidade em datas comemorativas, durante eventos científicos, nas recepções de calouros etc. Luciana também lembra que o Núcleo se organiza semestralmente e quando da abertura de centros e departamentos, costuma-se acontecer recepções de estudantes com apresentações sobre a existência do órgão. Geralmente, têm-se um feedback muito positivo porque as/os estudantes LGBTQIAPN+ já se sentem acolhidos nessas afetividades e incluídos em espaços tradicionalmente marcados por exclusões (Luciana).

Alguns outros eventos culturais/acadêmicos que conseguimos identificar são: o 1.º Queimonas do Núcleo de Educação Física que ocorreu no ano de 2017; eventos relacionados ao dia da Visibilidade Lésbica e Trans; um grande evento cultural intitulado

“Manas e Monas”; Semana do Orgulho LGBT; Siranda de Mulheres; Mostra de Cinema Queer. Estes são exemplos de atividades desenvolvidas pelo Núcleo e/ou em parceria com outras instâncias que constituem a comunidade acadêmica. Tendo por base que existe “primazia do cultural e do político sobre o dado, o determinado, o objetivo” (Burity, 2010, p. 29) podemos pensar que essas práticas sociais estão em diálogo direto com a política LGBT ao tencionar os discursos hegemônicos e produzir sentidos, transparecendo as contingências das relações sociais. Isso muito bem localizado no *locus* da educação, quando entendemos que as lógicas culturais estão diretamente relacionadas com um currículo que se constrói a partir dessas disputas, experiências e vivências.

**Figura 8** – Card do “Manas e Monas”, realizado em 2017.



Fonte: <https://www.facebook.com/nucleolgbtufpe/>

**Figura 9** – Foto do 1º Queimonas do Núcleo de Educação Física.



Fonte: <https://www.facebook.com/nucleolgbtufpe/>

Como se pode observar, viemos ao longo desse percurso, utilizando imagens retiradas das redes sociais do núcleo LGBT. Cabe, então, refletir um pouco sobre como as práticas sociais em mídias digitais e comunicativas, como Facebook, Instagram, televisão e rádio são e foram espaços importantes para a atuação do Núcleo. Principalmente, durante os anos de 2020 a 2022 com o isolamento físico imposto pela pandemia e, até mesmo, pelo fato dessa prática possibilitar alguma conexão com o CAA, dado que o núcleo está localizado em Recife e, em sua maioria, as ações e projetos se centralizarem nesse *campus*. Postar/compartilhar/curtir/comentar são práticas sociais. O Festival de Cultura/I Seminário Cultural da Diversidade da UFPE e o NLGBTindica (indicação de filmes, séries, documentários, perfis em redes sociais, etc, contendo vivências LGBTQIAPN+), também fazem parte desse contexto.

Entendemos essas práticas culturais como produção discursiva. Os meios em que elas se dão, no caso as mídias digitais e comunicativas, alcançam um público crescente e tem forte apelo entre jovens. A centralidade não está na gramática/mídia, mas nas contingências e possibilidades de significação coletiva, no potencial catalisador para desenvolver crises de significação e, por conseguinte, deslocamentos discursivos.

Nesse caminho de abertura de portas e de mudanças simbólicas e culturais, emergem o “Programa LGBT no ar” na rádio universitária e o “Programa Zona Multicor” na TV Universitária. Não vamos nos demorar muito neste ponto dada a sua magnitude e, infelizmente, o fim desse projeto. No entanto, é importante salientar que o Núcleo LGBT era o responsável por esses projetos e as pessoas que compunham os programas eram bolsistas.

Então esse núcleo é um núcleo muito importante [...] A gente tinha um número expressivo de estagiárias que nos ajudaram fortemente. Nada teria sido feito sem eles e elas que estavam ali com a gente tocando o dia a dia da diretoria LGBT. Era um grupo muito bom. Então, tinha esse grupo lá do Núcleo de Comunicação e tinha um outro grupo que colocou no ar o programa de TV Zona Multicor. Era uma equipe de estagiários que trabalhavam na TVU. Porque esse programa era feito por alunos LGBTQIA+ (Luciana).

Elizabeth foi uma dessas estagiárias/bolsistas que participou ativamente de muitos programas como consultora, roteirista e entrevistada. Percebemos que essas narrativas vão muito além, elas descortinam produções culturais e práticas sociais que objetivam a inclusão, os direitos, a visibilidade de experiências e vivências dessa comunidade, toda

uma rede de fenômenos que em algum grau se relacionam com as subjetividades de pessoas LGBTQIAPN+ dentro e fora da universidade. Fora o fato de envolver uma rede de produção artística enorme e nunca veiculada da forma como foi (Elizabeth).

A diretoria LGBT criou o nosso primeiro programa de televisão voltado ao público LGBT do Brasil, tá? Que foi o “zona multicolor” e eu fui consultora de diversidade desse programa. E tive também a oportunidade de participar de um bloco, de dar uma entrevista para esse programa, eu sou da área de psicologia. E o bloco que eu dei a entrevista foi "se LGBT é doença". Naquela época, a transexualidade ainda era um transtorno e a sociedade vivia como um palco de disputas dos movimentos sociais e setores conservadores para despatologizar a transgeneridade. E aí, alguns meses depois dessa minha entrevista, a OMS despatologizou a transgeneridade [...] Então, o Zona Multicolor ele foi composto exclusivamente, tirando a diretora e a produção executiva, por pessoas LGBTs [...] E eles... eles iam revezando, não era sempre a mesma pessoa que apresentava para dar mais visibilidade e tipo para se tornar mais heterogêneo a sigla. Então, sempre um gay apresentando ou uma lésbica [...] o “Zona” a gente também teve o nosso programa de rádio, que foi o "LGBT no ar", o primeiro programa de rádio também construído e voltado para o público LGBT. Então a gente tinha discussões em formato de rádio, de podcast. Naquela época, o podcast não tinha tanta visibilidade, mas aí a gente já trabalhava, já atuava com essa ideia. E sempre ia uma pessoa LGBT dar uma entrevista. Além disso, a gente exibia músicas da comunidade LGBT durante o nosso período e durante os intervalos do programa (Elizabeth).

Um fator muito relevante foi o fato de o “programa Zona Multicolor ter sido redistribuído e transmitido para todo o país através da TV Brasil e TV Cultura” (Elizabeth) e os impactos que estes projetos tiveram para o amplo debate e tensionamento em relação as questões de gênero e sexualidade, sobretudo num período de forte recrudescimento dos discursos neoconservadores.

Outro aspecto relevante é que existem ações e projetos do núcleo que se relacionam com outras iniciativas educacionais voltadas para pessoas negras e com deficiência. No entanto, Solano ressalta que

O Comitê de Políticas Afirmativas é o órgão superior a esse e que pode fazer a interseccionalidade. A gente tem que expor à reitoria e setores da universidade. Eles têm as suas próprias políticas de diversidade. Como te falei, muito provavelmente em todos os editais que a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura lançar, vão estar contempladas as questões de diversidade étnico racial, capacitismo e de orientação de gênero. Acaba não sendo atuação direta do núcleo LGBT (Solano).

Segundo Lara e Elizabeth, elas também faziam esse movimento nos cursos de sensibilização. Logo, as identificações, expressões artísticas, as “políticas afirmativas”, são significativas no enfrentamento de discursos antagônicos e as várias ligas que estão de alguma forma presentes nessas atividades culturais do núcleo fortalecem esse debate. Luciana toca nesse ponto, ao lembrar que foi realizada no CAA uma grande atividade, anos atrás, de caráter acadêmico e cultural, nessa perspectiva interseccional, com forte enfoque no marcador social de regionalidade.

### 3.2.3 Ações e projetos de sensibilização e informação

As ações e projetos elencados nessa seção são balizados por lógicas de sensibilização. Tais práticas sociais enfocam a construção de significados compartilhados entre indivíduos em um jogo coletivo no qual o cruzamento de distintos marcadores sociais de diferença participa da constituição de horizontes, mundos possíveis, subjetividades. Neste caminho, retomamos o argumento de que as demandas dos movimentos trans e travestis dentro da UFPE é o que vai mobilizar as políticas LGBT e as lógicas sociais de sensibilização estão ligadas a essas demandas.

Um dos primeiros projetos de sensibilização foi o do nome social, como pontuamos anteriormente. Até hoje ele é relevante para pessoas trans que não conhecem estes serviços e apoios acerca de procedimentos para solicitar o nome social.

**Figura 10** – Postagem com informações detalhadas para solicitar o nome social.



Fonte: <https://www.instagram.com/nlgbtufpe/>

Cavalcanti (2016) argumenta que nem sempre a política do nome social trabalha no caminho de efetiva inclusão, principalmente porque depende de uma movimentação política, flexibilização e diálogo com diferentes setores para a “jurisdição” e “institucionalização” da política. Logo, as práticas de sensibilização se firmam em um campo movediço que põe em risco o direito das pessoas a quem se destinam. Não é garantia de que uma postagem em rede social, necessariamente, irá alcançar as pessoas a que esta política se refere. Por outro lado, o seu registro ali tem papel simbólico e consiste numa ferramenta de consulta e informação valiosa.

Nesse sentido, existiram algumas campanhas que alimentaram a atualização das políticas LGBT de maneira muito interessante. A primeira que encontramos foi a Campanha de boas-vindas (realizada em 2018 e 2019) onde se divulga informações sobre o Núcleo com fotos de várias pessoas LGBT da universidade, dando visibilidade a esse público e, simultaneamente, sensibilizando os que chegam e se identificam com ele.

**Figura 11** – Campanha de boas-vindas – 2018 e 2019.



Fonte: <https://www.facebook.com/nucleolgbtufpe/>

Outro projeto mais recente, de 2023, conta histórias de vida de pessoas LGBT da UFPE através de vídeos postados nas redes sociais. Isto é uma prática social potente para sensibilização. Como afirmamos no segundo capítulo dessa dissertação, a narrativa é uma ação de significação e tradução que conecta subjetividades porque envolve sempre a troca de experiências. Mergulha nas coisas da vida, sem a preocupação em dar respostas e daí vem sua força e sobrevivência ao tempo (Benjamin, 1987). As superações, desafios, conquistas, problemáticas e contextos em geral podem servir como ponte e construção de laços entre diferentes indivíduos, tantos os que produzem quanto os que consomem aquele conteúdo comunicativo. Do mesmo modo, podem servir como norte para os sonhos de superação e de alerta para os perigos e canais de denúncia contra LGBTQIAPN+fobia. Outras campanhas similares foram desenvolvidas, como “União e

proteção LGBT” e “A cara da UFPE”. Não encontramos registros fotográficos dessas campanhas.

**Figura 12** – Projeto Vivências LGBT na UFPE.



Fonte: <https://www.instagram.com/nlgbtufpe/>

As implicações dessas vivências atravessam as pessoas LGBTQIAPN+ de variadas formas, em contextos políticos e sociais divergentes ou convergentes. O núcleo aparenta ser um local de encontros, de tensionamentos e de negociações de sentidos em uma radicalidade contingencial e potente. O enfrentamento à LGBTQIAPN+fobia é outra prática social que envolve a lógica da sensibilização.

Sensibilizar a galera porque eles fazem parte dessa luta também. Ou minimamente, se não for da luta, mas tem a obrigação de respeitar e seguir a normativa do respeito do nome social, do tratar pelo gênero e como evitar situações de violência (Lara).

Mesmo com a resistência de alguns/as docentes e técnicas/os em participar das ações e projetos do núcleo, de alguma forma (ainda muito aquém do desejado), ele tem se implicado na instituição e provocado questionamento, incômodo, formado opinião, constituído posição sobre as violências que ocorrem com pessoas LGBTQIAPN+ no chão da UFPE. Provavelmente, mudanças significativas na vida de algumas pessoas já ocorreram em função de algumas dessas dinâmicas ressaltas neste estudo. Neste sentido, o ato de disputa por significação e pelo próprio direito de ser e existir na UFPE, se depara com limites antagônicos, e é um potencializador nas articulações e fomentos para a luta social e a construção intersubjetiva (Laclau, 2015).

**Figura 13** – Cards referentes ao “Dia de luta contra a LGBTfobia” e à campanha “Na UFPE cabe tudo menos preconceito”.



Fonte: <https://www.facebook.com/nucleolgbtufpe/>

Nessa seção, nos debruçamos sobre as lógicas sociais acionadas pelo Núcleo com o objetivo de manter um discurso (políticas LGBT na UFPE). Vimos que as ações e projetos desenvolvidos lidam sempre com o imponderável, com as (im)possibilidades de construção subjetiva. Complexos e amplos desdobramentos podem emergir (ou não). Como afirmam Glynos e Howarth (2018, p. 68) as “lógicas falam tanto da possibilidade quanto da impossibilidade de regimes e práticas sociais”.

O que denominamos de “lógicas sociais educativas, culturais e de sensibilização” não se formam isoladamente, estão entrelaçadas e se influenciam reciprocamente. Por exemplo, a educação reflete e reforça aspectos culturais, enquanto a cultura educa. Da mesma forma, práticas de sensibilização ocorrem em parâmetros culturais e educativos. Essas lógicas são interdependentes, trabalham em conjunto influenciando dinâmicas sociais, relações interpessoais, estruturas discursivas.

Entranharemos em mais algumas discussões na seção seguinte e retomaremos alguns relatos específicos que podem ser analisados olhando pelo prisma da conjuntura política neoliberal e neoconservadora que se influi nos espaços do núcleo e fora dele.

### 3.3 AS PEDRAS NO MEIO DO CAMINHO: DISCURSOS NEOCONSERVADORES/NEOLIBERAIS QUE ATRAVESSAM AS AÇÕES E PROJETOS DO NÚCLEO

Diante do desafio de falar sobre o atravessar de discursos neoconservadores nas ações e projetos do núcleo, há de se conceituar novamente o que quer dizer “neoconservadorismo”. É um discurso transnacional, que no Brasil se intensificou e se propagou alimentado por alianças estratégicas de movimentos evangélicos, católicos, neoliberais, do agronegócio, neofascistas, etc; onde se disputam valores em prol daqueles que são tradicionalistas e saudosos do passado (Junqueira, 2018; Burity, 2018; Brioli, Machado; Vaggione, 2020; Lima; Hypolito, 2019; Teitelbaum, 2020).

O neoconservadorismo foi alimentado pela criação do pânico moral em torno de políticas educacionais que tangenciam as discussões sobre gênero e sexualidade, que foram pejorativamente chamadas de “ideologias de gênero” (Miskolci; Campana, 2017; Oliveira; Oliveira, 2018). Essa onda conservadora (Burity, 2020), caracterizada pelo enaltecimento de discursos moralistas, está intimamente ligada ao neoliberalismo e estratégias de instalação do estado mínimo (Brown, 2019). No Brasil, ganhou força a partir do golpe parlamentar de 2016 contra a ex-presidenta Dilma Rousseff e se consolidou com a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro.

No início dessa dissertação nos perguntamos: existiu alguma diferença na atuação do Núcleo LGBT durante esse período de recrudescimento neoconservador? Recordemos que, internamente, a UFPE passou por alterações administrativas, não somente em função da transição de sua direção, mas, também, pelos cortes orçamentários implementados pelo Governo Federal. Na época em que era Diretoria (antes de 2021) existia mais verbas e um quantitativo de estagiárias/os mais amplos, cita Júpiter, um de nossos entrevistados.

As ações e projetos durante o governo de Bolsonaro e no período da pandemia de COVID-19, continuaram a acontecer e até se intensificaram, mesmo em condições precárias. No entanto, é notório entre os/as interlocutoras da pesquisa um certo cuidado/silêncio em relação às repercussões das mudanças administrativas sobre o Núcleo.

Quando tratamos as ações e projetos, sob a luz da teoria do discurso e tendo por base lógicas sociais bem definidas, a atuação do núcleo necessariamente atravessa uma gama de conjunturas políticas exteriores aos limites da UFPE e que estão fortemente

costuradas nas suas atribuições e responsabilidades porque elas constroem um currículo político-cultural que atravessa a vida de estudantes LGBTQIAPN+ e estes conjuntos retroalimentam a construção desse mesmo currículo e das referidas formações discursivas no território nacional. Relembramos então que as lógicas sociais não se separam das lógicas políticas e das lógicas fantasmáticas. As lógicas políticas dizem respeito a análise de elementos ontopolíticos que sustentam ou questionam as práticas sociais e as lógicas fantasmáticas buscam descrever as imaginações ativadas em contextos discursivos tendo por propósito legitimar práticas hegemônicas através de retratamentos naturalísticos (Glynos; Howarth, 2007).

O que isso implica nesta seção? Talvez muita coisa para se dar conta. Assim, longe de intentar analisar cada uma dessas lógicas, podemos versar que os variados elementos constituintes de lógicas políticas e as condições pelas quais eles surgem nas práticas sociais, através de relações de poder, se transbordam em práticas curriculares político-culturais ao se propor em totalidades sociais e práticas hegemônicas. Por outro lado, visando-se a noção de antagonismo desempenhada pelos discursos neoconservadores e pela noção de exterior constitutivo (Mendonça, 2009), o moralismo que entra em modo de combate quando se trata principalmente de questões relacionadas a gênero, transgeneridade (Jesus, 2012) e sexualidade funciona como essa lógica fantasmática na construção de discursos antagônicos contrários as políticas LGBT na UFPE. Logo, a escolha por separar e aprofundar a análise sobre determinadas ações e projetos que envolveram situações de conflito e/ou desafio por parte das pessoas envolvidas, se trata de uma estratégia na qual damos um destaque à noção de antagonismo que os discursos neoconservadores desempenharam e desempenham para as práticas sociais que se desenrolam nestes espaços.

Tendo por norte essas justificativas, analisaremos algumas cenas pontuais de violência, desafios e silenciamentos que ameaçam diretamente a ideia de universidade pública. Organizamos esta seção cronologicamente porque, de 2016 em diante, o movimento neoconservador se intensifica no país.

### **3.3.1 O golpe de 2016**

Enquanto acontecia o processo de impeachment em Brasília, algumas travestis e mulheres cis/trans buscavam a efetivação das políticas LGBT na UFPE. A falta de recursos, as dificuldades e embates em encontrar um local, a invisibilidade do prédio da

CECINE onde está localizado até hoje o Núcleo, a busca de servidores de outros setores para composição da equipe, a inexistência de concurso público, o número pequeno de bolsas para estudantes são elementos que contribuem para o sucateamento e esvaziamento do sentido de universidade pública em prol de interesses mercadológicos e financeiros.

Se trata de uma racionalidade neoliberal que “economiza todas as esferas e os esforços humanos, e substitui um modelo de sociedade baseada em um contrato social produtor de justiça por uma sociedade concebida e organizada como mercados” (Brown, 2021, p. 96–97). Inclusive, neste caso, há uma confluência moralista direta e de ataque a qualquer discurso que se queira formar em prol de temas políticos e sociais, e sua invalidação enquanto possibilidade de grandes ou, pelo menos, significativas investidas financeiras na máquina pública. Tal racionalidade neoliberal tenta, inclusive, justificar as violências que podem ocorrer de modo generalizado em qualquer ambiente de sociabilidade.

Algumas cenas relatadas pelos/as participantes da pesquisa traduzem as dificuldades, o horror, a causa de adoecimentos e traumas que se perpetuaram nesses tempos. Lara fez o seguinte relato:

O pastor Marcos Feliciano ligou para lá falando meu nome, fez um vídeo me citando. Me expondo. Eu tive que deletar redes sociais temporariamente. Foi a assessora dele que ligou para lá, para o Núcleo porque a gente abriu o edital sobre pessoas trans. Está até hoje no YouTube esse vídeo, eu acho. É... A gente tinha cotas, né? Aí a gente abriu um edital só pra pessoas trans, só que era uma cota de um edital de substituição. Aí eles questionaram, ligaram e perguntaram. Eu estranhei porque a racha era uma voz de São Paulo perguntando informações. Dei um atendimento excelente, que eu atendo todo mundo da melhor forma. Nem sabia quem era. Isso foi numa quinta-feira. Na sexta de manhã estava um vídeo lá na internet. Já vi o povo falando, me mandando. Ele (*cita o nome*) passou a informação assim, aí já me expôs né, enfim, foi isso. Aí a gente começou a ser muito visibilizado, sofrer perseguição, ter ameaças, cartas, teve carta e tudo, viu? De ameaça. Na época, antes do Bolsonaro ser eleito, depois do golpe em 2016. De 2016 para frente entendesse? Foi esse o processo. Dificultou bastante, lógico (Lara).

O discurso violento é constituidor do discurso neoconservador, é um elemento articulatório e de ressentimento pelo fato de pessoas trans, pretas, pobres, mulheres, LGBTQIAPN+ ocuparem espaços de poder e de significância social e cultural, especialmente, no ensino superior.

Neste sentido, a influência da racionalidade neoliberal sobre a educação superior vai além de simplesmente transformá-la em um investimento para aumentar o valor do capital humano no futuro. Essa mudança causa um impacto tão significativo que dificulta completamente a compreensão tanto da ideia quanto da prática da educação como um benefício público e democrático (Brown, 2021). A universidade, a despeito de sua significação semântica, se torna um objeto privado, de interesses do mercado e tomado como espaço privilegiado para pessoas cisgêneras, brancas, cristãs, de classes sociais favorecidas.

Mas, na frieza das palavras nos deparamos com o corpo. Impossível não se lembrar da escrevivência de Conceição Evaristo em *Olhos D'agua* (2016) e do impacto que ela causa em quem a lê sobre a realidade nua, sofrida na pele de mulheres negras que devemos frisar: Lara também atravessa.

A gente começou depois de muita luta com a segurança institucional, porque era a galera mais reticente e a galera mais violenta. Teve muito processo. A gente conseguiu levar uma audiência pública para lá, conjunta com a Defensoria Pública da União, Ministério Público Federal, Estadual. Eu consegui coordenar essa. O tema foi violência contra a mulher e educação. Fazia parte de uma série de audiências que o Ministério Público e a Defensoria Pública estavam fazendo sobre questões LGBTQ+, étnicas e raciais. Mas, a universidade sediou esse processo porque foi uma peça-chave também nesse processo, sabe? Porque eu dava o sangue mesmo, chegava de manhã na universidade e saía de dez horas da noite. Às vezes até mais de 23h00, quase uma hora da manhã da Federal. Mas, enfim, isso tudo também foi desgastando minha saúde, né? Porque eu sofri muita violação por parte da segurança. Foi... sofri uma revista pessoal, onde os seguranças não podem fazer revista pessoal, que é o chamado baculejo, né? Só quem pode fazer é Polícia Civil, Militar, Federal e guardas civis municipais. Nenhuma outra autoridade tem esse poder de fazer revista pessoal. E eu fui feita por um homem, ainda mais, ele apalpou todas as minhas partes, porque eu, travesti e toda riponga, sentada no chão fumando maconha, já tinha terminado, inclusive. Aí ele foi e me tratou de forma bem abrupta. Quando eu me identifiquei enquanto servidora, aí mudou o comportamento, já baixou o tom. Deixa que eles faziam isso e eles filmavam com todo mundo, expulsando o povo do campus. Eles achavam que estavam fazendo algo legal, só que eles estavam produzindo prova contra eles mesmos e não esperavam que iam me encontrar no meio desse caminho. Aí pronto, eu abri um processo administrativo. Não fui para o penal, porque se eu fosse, iam só individualizar a conduta do cara lá e a universidade não ia mudar a cultura. E a penalização ao trabalhador que estava lá só seguindo o papel dele. Tanto é que depois ele foi para o comitê de ética. Ele disse que eu acabei com a vida dele porque eu abri o processo, porque ele recebia uma gratificação e deixou de receber de um mil e quinhentos reais. Ele era assistente de administração, nem era segurança e estava

fazendo trabalho de segurança. Ou seja, tinha desvio de função no meio. Aí eu disse: olhe, não venha me culpabilizar não, porque a gente só está aqui hoje porque você agiu fora do manual de normas e procedimentos de segurança da Universidade. Porque se você tivesse lido, você sabia que lá tem o passo a passo de como se deve abordar, manter distância, falar com humanidade. Teve comissão de ética no meio e eu ainda fui exposta a esse rolê de minimizar o conflito. Eu disse: olhe, e se eu tivesse realmente querendo lhe perseguir eu tinha ido para a delegacia, como todo mundo me orientou e eu não fui. Abri um processo administrativo pra gente resolver administrativamente, para a universidade mudar a cultura através de formação. Aí, depois de muita luta, dessa luta toda, o Ministério Público entrou, foi para a Defensoria Pública, a gente conseguiu essa audiência pública e a gente formou uma turma só de aproximadamente quatrocentos servidores de segurança. Só formaram uma turma. Foi a turma que eu dei aula, dividida em quatro módulos: um de Violência contra as Mulheres, um LGBT, um étnico racial e um de ética. A Comissão de Ética ficou com um módulo e a diretoria LGBT ficou com os outros três. Eu dei o étnico-racial. Quatro horas cada módulo. A gente formou uma única turma, porque eu insisti. Depois disso, ninguém fez mais nenhum até hoje. (Lara)

Vê-se agora os motivos dela lutar por cursos de sensibilização para funcionários e, porque lá atrás quando chamamos atenção que a universidade não formulou estas políticas de bom grado ou por livre e espontânea vontade. O conceito de neoliberalismo proposto por Wendy Brown (2019) está profundamente ligado à ideia de como o Estado e as instituições se relacionam com o poder, o mercado e os indivíduos. O neoliberalismo promove a privatização, a desregulamentação e a diminuição da intervenção do Estado na economia e nas políticas públicas. Isso, muitas vezes, resulta em uma transferência de poder para entidades não estatais, como empresas e instituições privadas. E estas atuam no serviço público em uma relação contratual e terceirizada de trabalho, resultante da própria razão neoliberal que interfere no funcionalismo público a partir de uma visão empresarial. No caso relatado por Lara, as violações são um exemplo das consequências desumanizadoras que surgem sob o neoliberalismo.

Nesse contexto, essa situação pode ser entendida como parte de um cenário mais amplo de erosão dos direitos individuais e da crescente privatização do poder coercitivo. Este que já é extremamente complicado enquanto braço do Estado e os casos de violência policial, principalmente em relação as pessoas pretas e de periferias. A ênfase na lógica do mercado e na eficiência muitas vezes pode levar à falta de responsabilização e à desconsideração pelos direitos e dignidade das pessoas, especialmente aquelas que já são estigmatizadas. A filmagem do ato pelos seguranças desvela uma outra característica do

neoliberalismo: o prazer imediato e violento, um prazer sádico que fere princípios éticos, legislativos e a própria normativa de segurança da UFPE. Brown (2021) fala sobre as consequências do enfraquecimento do papel do Estado na proteção dos direitos individuais e, no caso ilustrado, isso acarreta transferência de poder para entidades que, sob essa lógica, agem de maneira não regulamentada e muitas vezes opressiva.

Um terceiro relato marcante feito por Elizabeth, fecha esta subseção:

Enfim, a gente fez algumas intervenções, a gente fazia algumas culturais também. Levamos *drag queen* para fazer performances no pátio; levamos comidas e fizemos uma calourada LGBT na frente do Centro de Educação, que era para receber os calouros e calouras LGBTs. Mas, foi a única porque a universidade proibiu. Não sei se você lembra, porque a gente teve uma violência imensa lá, que foi da Dália. A Dália foi espancada durante a nossa calourada. Porque, assim, a universidade não dialoga com a comunidade. Só que a comunidade entra na universidade. Entende? Então, assim, a comunidade não tinha acesso a essa discussão. A comunidade reflete o senso comum das classes dominantes. E se as classes dominantes conservadoras falam que LGBT, que é a representação social da pessoa LGBT é isso, sabe, é abjeta... Os temas poderiam entrar em suas casas, em suas leituras, na educação de seus filhos, em suas escolas, se não fossem sucateadas e se não fossem disputadas pelo conservadorismo cis/hétero/cristão/branco. Então, é óbvio que esses indivíduos que também são vítimas desse sistema, e eu não estou passando pano aqui para eles... para quem é Lgbtfóbico. Mas, eu estou fazendo uma análise enquanto cientista social. Vou reproduzir o que a classe dominante quer que reproduza. Então, assim, entra na universidade, aí vê aquele corpo. O que é que ele foi ensinado a fazer com aquele corpo? Que ele sempre entendeu como um corpo perigoso e ameaçador. Então, primeiro ele deseja aquele corpo onde a gente tem dados disso, na prostituição. E depois ele quer eliminar aquele corpo. E aí a universidade proibiu nossas atividades culturais para a população LGBT. Então foi muito legal porque as pessoas que se apresentaram eram LGBT, a cantora era lésbica, a banda era de mulheres lésbicas, *drag queen's*, fizeram apresentações artísticas, sabe? Foi muito legal. (Elizabeth)

Como Brown (2019; 2021) enfatiza, a racionalidade neoliberal subjetiva e influência as interações sociais impactando não apenas a economia, mas também as estruturas políticas, culturais e sociais. A universidade não escapa do neoliberalismo e, no relato acima é retratada restringindo e limitando atividades culturais, políticas e de sensibilização sobre direitos da comunidade LGBTQIAPN+.

O relato sobre a violência sofrida por uma pessoa trans durante a calourada mostra como a instituição não protege efetivamente estes grupos e como o neoliberalismo

contemporâneo (alinhado ao neoconservadorismo) desmantela certos aspectos do Estado de bem-estar social, enfraquecendo a proteção e os direitos das pessoas, enquanto permite ou promove a manutenção das estruturas de poder dominantes. Além disso, a descrição sobre como a universidade proibiu certas atividades culturais após o incidente de violência também ecoa a ideia de como as instituições, sob a influência do neoliberalismo, podem priorizar a manutenção de uma certa ordem conservadora em detrimento da pluralidade, diálogo e proteção efetiva de grupos que demandam a ampliação de políticas LGBT's devido justamente a estes fatos chocantes colocados aqui.

Deste modo, em um movimento contestador e de mudança de posições de poder, a análise da cientista social Elizabeth sobre como as classes dominantes influenciam as percepções e comportamentos da comunidade, especialmente no que diz respeito à discriminação e à violência contra a comunidade LGBTQIAPN+, também se relaciona com a noção de como o neoliberalismo pode perpetuar ideias conservadoras que marginalizam certos grupos sociais e apagam completamente a noção de solidariedade social (Brown; 2019).

### **3.3.2 A eleição presidencial de 2018 ou um elefante na sala**

Por muitos anos, havia um elefante na sala forjado por um indivíduo que, a despeito das instituições democráticas, mobilizou, dentro do Congresso Nacional, discurso doloso contra a presidenta Dilma ao enaltecer seu torturador; e praticou crimes misóginos, racistas e lgbtqiapn+fóbicos contra seus pares da Câmara Legislativa Federal. Ele foi eleito presidente. Por que as instituições democráticas não frearam Bolsonaro na vida pública? Sem dúvida a resposta, já elaborada por vários estudos, passa pelo avanço do neoliberalismo no Brasil e forte recrudescimento dos discursos neoconservadores. Movimento este que tentou e conseguiu frear, parcialmente, os avanços nas políticas públicas relacionadas a gênero e sexualidade. A educação, como já discutido em capítulos anteriores, foi fortemente disputada e constituiu-se em um dos pontos nodais na articulação de demandas de diferentes grupos de setores políticos, econômicos e religiosos. Em uma ação performática, o pânico moral foi criado de maneira a causar medo nos cidadãos sobre o “futuro e a segurança” de suas famílias (Junqueira, 2018). As ações e projetos do Núcleo LGBT permaneceram sendo ameaçados. A crise se aprofunda

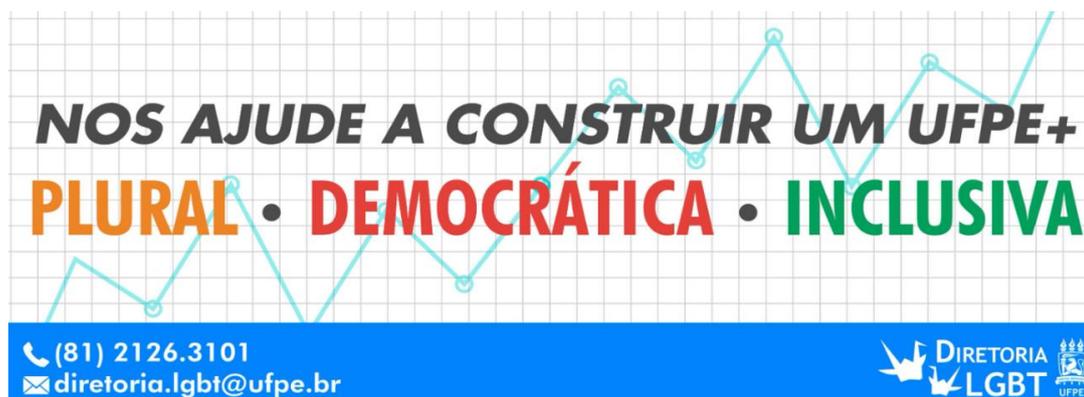
e se mostra como uma afronta à Constituição e às instituições democráticas. Mas o núcleo muda a capa da sua página no Facebook.

**Figura 14** – Capa da página do Facebook do Núcleo LGBT no ano de 2017.



Fonte: <https://www.facebook.com/nucleolgbtufpe/>

**Figura 15** – Capa da página do Facebook do Núcleo LGBT no ano de 2018.



Fonte: <https://www.facebook.com/nucleolgbtufpe/>

Luciana fala da importância de as atividades não terem cessado: “apesar de tudo, a gente conseguiu fazer muita coisa, muita coisa mesmo”. Esse fazimento, nada mais é do que a própria centralidade do discurso democrático (destacado em vermelho na capa), exemplificado pela história do núcleo, onde mesmo tendo tantas dificuldades dentro e fora de suas estruturas, ainda assim, desenvolveu um trabalho relevante. Onde lógicas de sensibilização aparecem, por exemplo, no enunciado “diversidade é um direito, respeito é um dever”. Mendonça (2014), citando Laclau, escreve que a democracia “é uma construção política de forma populista em que uma parte da comunidade (a *plebs*) torna-se contingentemente capaz, antagonizando-se com o discurso do poder” (p. 133–134).

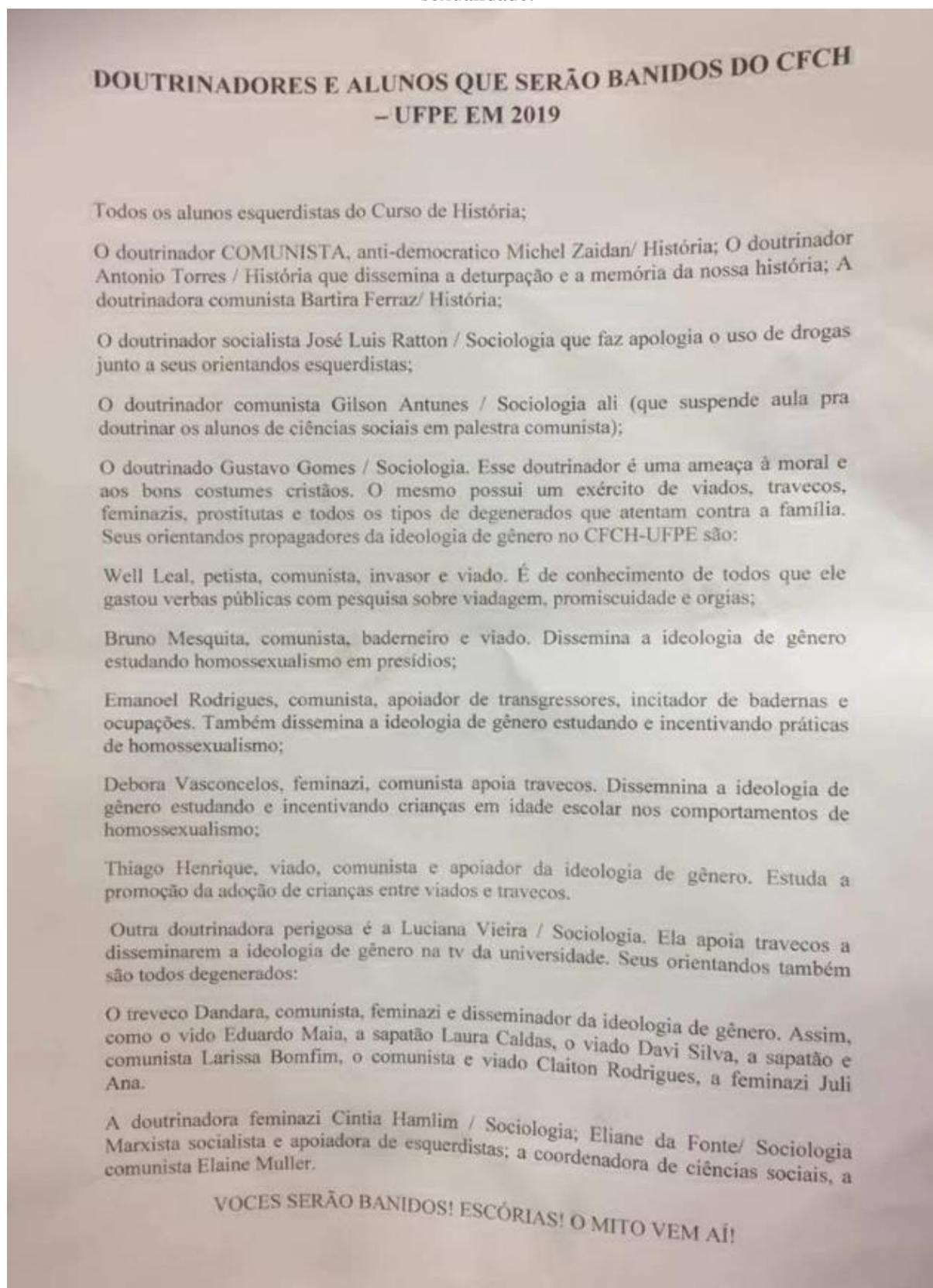
Mas vamos lá. Outro episódio antagônico em relação às políticas LGBT, foi o seguinte:

Era um momento em que estava tudo explodindo! E lá no CFCH em especial. Por conta de professores e professoras que são alinhados com o governo que estava no poder, até pouco tempo atrás. Então, era um espaço de muita tensão. Todo aquele entorno ali era um espaço de muita, de muita tensão. A gente tinha que trabalhar com segurança na porta por conta de ameaças. Isso era inimaginável em qualquer momento da universidade. Eu mesma dava aula trancada. Porque, assim, a gente não tem um número grande de seguranças na universidade. Então, não tinha como ficar um na porta da minha sala e um na porta da diretoria LGBT. E aí eu não podia deixar a equipe sem segurança. Eu ia dar aula e o que eu fazia era ficar com a porta da sala trancada e criava um código que os alunos batiam na porta para eu saber quem era aluno e quem não era, para poder deixar ou não entrar. Foi bem, bem, bem, bem difícil, bem difícil mesmo. Sem falar que meu nome foi parar no Congresso por causa de dissertações que eu orientei. Enfim, foi punk. (Luciana)

Em relação a esta cena, podemos acionar o conceito de "corrosão da democracia" de Brown (2019) que se refere ao enfraquecimento gradual das estruturas democráticas e das práticas que sustentam uma sociedade democrática. Isso inclui a erosão dos direitos civis, a diminuição da participação cidadã, a manipulação de instituições democráticas e a emergência de formas autoritárias de governo. A corrosão pode se manifestar de várias maneiras nesta cena, incluindo restrições à liberdade, à segurança, ao direito à vida e ao exercício de atividades acadêmicas.

A menção de professores alinhados ao governo, ameaças, necessidade de segurança na porta das salas de aula, aulas ministradas com portas trancadas, códigos secretos entre estudantes para adentrarem ao recinto de ensino e denúncias falaciosas contra a professora no Congresso Nacional, tudo isso aponta para formas de corrosão da democracia na universidade. A liberdade de ensinar e aprender se restringia e o medo assolou o ambiente de produção científica. A censura dos estudos sobre gênero e sexualidade tentava se instalar. Prova cabal é a carta anônima que apareceu no CFCH. Nela, se dizia que, em 2019, algumas pessoas iriam desaparecer do CFCH, porque o mito seria eleito. Nessa lista estava o nome da primeira diretora do Núcleo LGBT e de seus/suas orientandas/os.

**Figura 16** – Carta com ameaças a pessoas LGBT e/ou pesquisadoras/es de gênero e sexualidade.



Fonte: <https://www.metropoles.com/brasil/educacao-br/ufpe-pede-investigacao-sobre-carta-com-ameaca-a-professores-e-alunos>

Chama atenção o fato dessas pessoas indicadas serem nomeadas como “doutrinadoras” uma vez que na escalada de polarização política na conjuntura nacional os discursos neoconservadores e cristãos (doutrinas religiosas) entram em disputa pelo significativo “democracia”, onde no decorrer dessas construções discursivas implica-se a própria noção do conceito de democracia inegavelmente aliada ao *modus operandi* capitalista, no qual tudo se transforma em mercadoria e/ou marca (Brown, 2018).

Essa carta funciona então como instrumento simbólico que se relaciona direta ou indiretamente com aquilo que Brown (2019) aborda a respeito do crescimento de movimentos de extrema-direita, da rejeição dos princípios sociais e certos elementos associados ao neoliberalismo: a privatização estatal, a erosão da solidariedade social, a prevalência da lógica financeira e o enfraquecimento da democracia. Além disso, e aqui isso se evidencia, existem nas democracias liberais capitalistas, ideologias que contradizem aparentemente seus valores fundamentais, tais como o nacionalismo, o conservadorismo religioso, o racismo e a promoção do masculinismo branco (Brown, 2019).

Por fim, destacamos um relato de violência institucional que parte de fora para dentro da UFPE.

Olha, mudou nesse sentido que eu estou te falando. Assim, da gente receber todo tipo de ameaça. Essa questão da insegurança. Nosso bem maior, que é a nossa vida, mudou. Tem um fato que foi muito, muito marcante. Eu estava falando dos editais da gente. O nosso edital, sinceramente, para bolsistas, era o edital mais complexo e completo da universidade, exatamente por a gente saber como era esse terreno que a gente estava lidando, então ele tinha uma robustez jurídica muito significativa. Pois bem, eu fui denunciada ao Ministério Público Federal por estar com edital aberto para pessoas LGBTQIA+. Eu tive que ir para uma audiência no Ministério Público Federal junto com a chefe do departamento e o procurador, que é quem defende a universidade para justificar porque uma diretoria LGBT tinha bolsa para as pessoas LGBTs. É uma coisa surreal, inimaginável um negócio desse! Uma instância LGBT vai ter bolsa para quem? Para pessoas hétero? Isso não faz sentido! Mas, eu tive que passar por isso e foi intensíssimo. Eu passei uma tarde no Ministério Público sendo sabatinada por conta disso, dos nossos editais. Não deu em nada por óbvio, foi arquivada a denúncia, porque não tinha nenhuma ilegalidade no que a gente estava fazendo. Então, certamente isso tudo que eu falei é reflexo do caldo. Do suco do Brasil que a gente viveu de 2018 até final de 2022. Mas, a gente não parou! Eu acho que isso é muito importante dizer (Luciana).

Colocando esse último relato de modo paralelo a conceitualização de Estado e de corrosão da democracia em Brown (2018) vemos que a experiência de enfrentar ameaças e ações legais por promover editais inclusivos para pessoas LGBTQIA+ em uma universidade, destaca a resistência e a oposição enfrentadas ao tentar criar oportunidades para grupos historicamente invisibilizados e excluídos, demonstrando como a intolerância e o conservadorismo podem ser obstáculos à justiça social. Ao mesmo tempo, as práticas articulatórias do neoliberalismo e sua relação com a erosão da democracia eclodem a relação do poder corporativo e o Estado. Esta união tende a favorecer interesses voltados à acumulação de capital em detrimento do poder popular. Além disso, a transformação do Estado em um operador de negócios, priorizando critérios econômicos em vez de sociais, gera consequências gravíssimas como as narradas nessa subseção.

Guardadas suas devidas proporções, não podemos deixar de salientar a violência institucional acionada nesse período contra mulheres que representam e trabalham em instâncias do próprio Governo Federal: Dilma, Lara, Elizabeth, Luciana são agredidas, perseguidas, sabatinadas por instâncias legais em nome de discursos familistas/cristãos/neoliberais. Atos kafkianos que apontam para uma erosão dos valores democráticos, onde interesses particulares minam as demandas e necessidades da população em geral.

É neste ponto, em um dado espaço-tempo, que ocorre um silenciamento. O núcleo LGBT da UFPE faz uma pequena pausa. Nenhum(a) participante fornece mais informações sobre isso. Acredito que não seja preciso detalhar esse quesito e nem a/o julgo por qualquer que seja a razão ou razões. Por isso fico, enquanto ex-graduando da UFPE/CAA, simbolicamente pausado neste trecho.

### **3.3.3 A pandemia (do ódio) de 2020**

Solano diz que a sensação foi de que “a pandemia transformou tudo numa coisa só”. A negociação operaria, então, nos termos e condições de uma liberdade limitada. Nas duas primeiras subseções a violência foi escrachada. Com a pausa e a pandemia, de dada maneira, parece que as cenas de violências se esfriaram um pouco, inclusive até pelos relatos de estudantes LGBTQIAPN+ do CAA, onde parecia haver um ambiente online de harmonia entre os colegas de curso, fato também percebido por Macena (2021) em relação a estes grupos no espaço da universidade.

Entretanto, isto nos desperta uma certa desconfiança. Seria de fato aquilo apontado por Wendy Brown, como se fosse uma “covardia” em não levar aos últimos limites os discursos neoconservadores e violentos em uma certa permissividade contraditória ou então a pandemia ocasionou uma mudança de foco para outras questões que se tornaram mais urgentes? E, se realmente a pandemia foi urgente para esses agentes, então, por que eles se aliaram discursivamente a elementos do negacionismo científico?

Siga o dinheiro. Talvez seja um caminho para entender este cenário.

Mas o “esfriamento” da violência lgbtqiapn+fóbica na universidade pode ter sido encorajado por diversos fatores. O isolamento social é um deles. No entanto, o lucro financeiro sobre a própria crise na saúde pública não pode ser jamais esquecido. Medicamentos inapropriados foram recomendados pelas instâncias governamentais e vendidos em abundância em todo país. Sem falar nas negociações em torno das vacinas, planos de saúde e produtos hospitalares.

Porém, já no primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro, parte das elites econômicas, políticas e midiáticas, começaram a construir um discurso de distanciamento, que possibilitou uma descontinuidade de determinados setores neoliberais com a radicalidade discursiva neoconservadora e militarista (autoritária) sendo bases importantes para uma tentativa de sustentação da “governabilidade” então vigente. Mas, continuaram em aproximação com ideias neoliberais através de interferências do interesse privado nas políticas econômicas, representadas pelas ações do então ministro Paulo Guedes e, inclusive, apoiando a reeleição, mesmo com plena consciência das consequências sociais e políticas implicadas nessa possibilidade. Com isso, há uma crescente preocupação acerca do avanço da crise democrática em variados territórios do globo. No Brasil, isso ficou evidente com as tentativas de impedimento dos eleitores em chegar nas urnas por parte de forças policiais e o financiamento do setor agrário para estimular ameaças golpistas em quartéis militares, uma evidente tentativa de eclodir uma ruptura constitucional (Oliveira; Oliveira, 2022).

Nesse sentido, Brown (2018) chama atenção para o paradoxo da democracia a partir de Rousseau onde a liberdade individual estabelece uma relação contratual de coexistência com a governabilidade coletiva em forma de uma legislação. No entanto, apenas na contemporaneidade que os regimes começaram a deixar a figura colonial, branca e masculina. Mas, essa ideia de liberdade que atravessa a democracia está ligada à forma como os poderes são gestados na relação entre os limites da liberdade individual

e coletiva. O sujeito é construído em meio aos poderes sociais e aos discursos e desta forma fica impossível coexistir uma democracia da autonomia legislativa nos termos liberais do voto e do consentimento geral. Isso torna a democracia um processo sem fim, no qual todas as partes precisam lutar pela repartição de poderes do Estado, econômicos e não-econômicos. No contexto atual, o desejo de liberdade inclusive vai ser deixado de lado em favor de interesses moralistas e do capital, onde os sujeitos estão inclinados a ser cada vez mais coagidos por forças extremistas no caminho da manipulação total pelos mais poderosos e alicerçados no status quo, assim como o incentivo a liberdades desenfreadas (Brown, 2018).

Falamos de uma liberdade de poder ser quem se é ou se está. O passarinho colorido com as cores da bandeira LGBTQIAPN+ se mostrou, de 2020 em diante, como uma fênix. Neste caso, nos referimos ao principal símbolo do Núcleo LGBT.

Em consonância com a nossa temática de estudo, um artigo publicado recentemente fala que a investida do governo Bolsonaro contra a independência e o financiamento das universidades federais no Brasil, se refletiu na falta de participação democrática na seleção de dirigentes e a crônica escassez de recursos financeiros que contribuíram para criar um ambiente de insegurança dentro dessas instituições. Como resultado, criou-se um movimento de desmantelamento e reestruturação das universidades federais, impulsionado pela intensificação do neoliberalismo/neoconservadorismo (Chaves; Araújo, 2022).

Sob um olhar crítico, de base marxista, Araújo et. al. (2023) se aproxima do que pesquisamos ao apontar que a orientação neoconservadora e de extrema-direita direcionou uma perseguição às instituições de ensino superior federais, justificada sob o pretexto de combater a suposta “balbúrdia”, restringir o pensamento crítico e menosprezar os conhecimentos gerados pelas ciências humanas (onde destacamos a Educação) e, paralelamente, busca-se reduzir os investimentos públicos nesses setores acadêmicos.

Finalmente, apesar dos pontos positivos com o projeto de interiorização das IFES que mencionamos no capítulo introdutório, este acontecimento se dá no contexto do avanço do neoliberalismo/neoconservadorismo. Daí a entender a precarização de determinadas políticas, como constatamos no caso das políticas LGBT da UFPE. Talvez isto explique a grande ausência dessas políticas no CAA, mas não justifica.

### 3.4 DOIS LADOS: A PRECARIIDADE DA UNIVERSIDADE E A SIGNIFICAÇÃO DO NÚCLEO LGBT SOB A ÓTICA DE ESTUDANTES LGBTQIAPN+

Antes de falar sobre as experiências de estudantes LGBTQIAPN+ do CAA, é preciso salientar que a palavra “precariedade” é um termo muito caro a própria história desse campus, desde sua inauguração em 2006. Não por acaso, seu símbolo ser o Mandacaru e o Sol, demonstrando sua resistência. Mesmo com os avanços do Projeto Expandir e sua importante contribuição para o processo de expansão e interiorização da UFPE, sabe-se que este foi acompanhado por um modelo de gestão com padrão de acumulação capitalista em “(...) uma unidade enxuta e precária, com números proporcionalmente baixos de técnicos-administrativos e de professores por alunos (...)” (SILVA, 2018). Isto se reflete na estruturação dos prédios, na falta de iluminação, nas dificuldades de acesso e localização muito longe das áreas urbanizadas do município de Caruaru, o que afeta diretamente a segurança, o bem viver e as condições de convivência das/os estudantes.

**Figura 17** – Logo do Centro Acadêmico do Agreste.



Fonte: <https://www.facebook.com/coordenacaodesigncaa/>

Percebe-se que o neoliberalismo atravessado nas Instituições Federais de Ensino Superior sempre esteve a favor da desqualificação da universidade e de 2016 em diante este cenário piorou muito, como discutido anteriormente, em vias de perseguição dos movimentos sociais, principalmente LGBTQIAPN+. Deste modo, a precariedade sob outro ponto de vista, funciona com certa equivalência tanto na história do CAA, quanto na do Núcleo LGBT. Logo, seria ingenuidade acreditar num ideal de Núcleo LGBT totalmente estruturado e em plenas condições de funcionamento no espaço do CAA, nas derradeiras conjunturas políticas e em meio ao avanço de discursos neoconservadores.

A atuação do Núcleo LGBT junto ao CAA tem sido quase inexistente e quando acontece alguma ação ou projeto, este se dá de maneira muito pontual e não segue uma regularidade, assim como não conta/ou com um braço de apoio/equipe em momento algum, apenas ocasionalmente, através de voluntariado, algum(a) professor(a) ou técnica/o fica fazendo essa conexão nas atividades e eventos realizados. Esta foi uma reflexão unânime entre todas/os as/os 17 participantes desta pesquisa, entre membros e ex-membros do Núcleo e entre estudantes LGBTQIAPN+ do CAA.

Essa precariedade no interior é uma problemática situada no neoliberalismo e vai muito além da falta de material ou de recursos humanos. Pegando na mão de Butler (2019a), entendemos que esta precariedade está associada a uma condição social, política e subjetiva. Assim, percebemos que existe uma vulnerabilidade social e fragilidade das relações que se reflete na instabilidade das condições de vida. A precariedade é uma condição compartilhada, especialmente por grupos marginalizados, como no caso de pessoas LGBTQIAPN+.

A falta de estrutura e suporte adequados dificulta a consistência e a continuidade das ações do Núcleo, limitando sua eficácia e sua capacidade de apoiar a comunidade LGBTQIAPN+ do CAA de forma significativa. Essa fragilidade das relações e no suporte insuficiente oferecido às comunidades marginalizadas, contribui para a manutenção das condições precárias e vulneráveis desses grupos no *campus*, portanto, a responsabilização é no âmbito institucional e não individual (Macedo; Ranniery, 2023).

Por outro lado, de acordo com Júpiter, há um diálogo promissor com um servidor do CAA que entrou em contato para tentar compor a equipe do Núcleo. Uma vez que, por questões próprias e burocráticas do modelo de gestão da UFPE, seria necessário esse procedimento. Então, há um planejamento para se estabelecer uma espécie de “filial do Núcleo” em Caruaru, utilizando esse servidor como ponto de contato local para receber e encaminhar demandas das/os estudantes, professoras/es e servidoras/es da região (Júpiter). Mas, sob nenhum ângulo, podemos deixar cair sob as nossas costas, unicamente, a responsabilidade pela ampliação e efetivação das políticas LGBT no Agreste.

Isso quer dizer que a continuação da precariedade das políticas LGBT decai sobre a governabilidade neoliberal. O sujeito sob o viés neoliberal está desconectado do aspecto ético, interagindo com os outros sem considerar uma noção de coletividade. A percepção das desigualdades e das diferenças tende a ser transferida do âmbito público para o

privado, dentro de uma ideia meritocrática que busca culpar os próprios excluídos por suas dificuldades e fracassos. Dessa maneira, por meio de um processo de luto diferenciado, observa-se o surgimento de diversos mecanismos necropolíticos, tais como segregação e eliminação de grupos considerados indesejáveis (Alves et. al., 2021).

Por outro lado, em uma democracia, para se fazer política pública, precisa-se de demandas sociais. Por isso que o Núcleo de Políticas LGBT é produtor de um currículo político-cultural para a UFPE. Ele é uma esperança de vida para as/os estudantes LGBTQIAPN+ entre os muros da instituição, seja em qualquer centro ou campus. Assim como também é um discurso simbólico, político e social para a sociedade de maneira geral, uma vez que agentes sociais externos a ele se sentiram incomodados pelo fato dele simplesmente existir. Exemplo marcante disso são as ameaças de deputados federais de outras unidades federativas que se sentiram no direito e numa espécie de missão de agir em uma suposta “defesa” dos valores morais, “cristãos” e “familiares”.

Podemos até arriscar em refletir que, talvez, essas novas configurações das relações e que motiva as narrativas sobre as experiências de estudantes LGBTQIAPN+ nas instituições federais de ensino superior, é na realidade, fruto de uma série de políticas públicas desenvolvidas no país, na primeira década do século XXI, onde, ao mesmo tempo, proporcionou a conquista de direitos para população LGBTQIAPN+, se alicerçou num projeto localizado em um espaço-tempo específico do pós-guerra, da globalização e dos ideais modernos e iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade. Constituindo para uma ideia falsa de igualdade, universalização e humanidade (Macedo; Ranniery; 2018).

Neste sentido, a ideia de público se transforma e interfere diretamente na educação. O movimento teórico proposto por Macedo e Ranniery (2018) se coaduna com o interesse de estudar as políticas públicas curriculares que para serem públicas e universais, precisam se dar com e nas relações sociais concretas. Essas relações são sempre complexas, contingentes, negociadas, flexíveis e intersubjetivas.

Indo além das questões identitárias de fim e início secular, os autores chamam atenção para a constituição da diferença em redes de sociabilidade. Onde além das marcações e pontos fixos ontológicos do ser material ao transcendente (do eu e do outro, sujeito e mundo). Esse entrelaçamento mútuo entre e intra seres vai construindo conhecimentos sobre si, para si e sobre o outro e para o outro. Vai reconfigurando as performatividades e a ideia de controle sobre corpos e/ou vidas. Isso em um campo

minado e discursivo atravessado por políticas públicas curriculares (Macedo; Ranniery; 2018).

O público nesse sentido não quer dizer todos, justamente por essa indeterminação relacional e intersubjetiva. O *todos* é a própria diferença diferenciante. Não se pode querer limitar este termo a algo ou alguéns, há um jogo de poder nesse sentido e Macedo e Ranniery (2018) refletem sobre essa incapacidade de encaixotar a ideia de todos, pois ela é aberta e indefinita. Aqui os autores complicam ainda mais a compreensão quando extrapolam as fronteiras paradigmáticas, epistemológicas e filosóficas com a recente perspectiva pós-humanista. Onde a relação entre sujeito ôntico e sujeito material se entrelaçam e põem em xeque a noção teleológica proposta na educação para ser largado ao ocaso da tessitura do ato de ser em relação com o mundo e as possibilidades e impossibilidades de ser-sendo da alteridade, esta que se refaz infinitamente e de maneira difusa nas interpelações das subjetividades.

Há entraves, falhas, espaços vazios e reticências. Limitando-nos nestas incertezas, conseguimos dizer que existem caminhos a serem perseguidos e muito mais relações e inter-relações a serem feitas e que foram inicialmente pontuadas nestas páginas finais. Neste sentido, há uma ideia de democracia que não tão somente envolve as questões políticas e universais, como também se entrelaçam com/na subjetividade dos/das sujeitos/as. Assim, no que nos compete ao campo de pesquisa de gênero e sexualidade, a democracia faz parte intrinsecamente de nossa luta pela permanência em poder existir nas universidades públicas diante os discursos neoconservadores e as tentativas ficcionais de narrar nossas próprias histórias enquanto sujeitos e sujeitas LGBTQIAPN+.

Dito isso, vamos aos processos de significação do Núcleo LGBT pelos estudantes do CAA: Como se produz significado sem interação social e política? É justamente aqui que entra novamente a nossa argumentação central: as políticas LGBT da UFPE promovem um currículo político-cultural *para* a UFPE. Então, de dada maneira, mesmo aquelas pessoas que não o conhecem (nunca ouviram falar ou pouco sabem sobre), pelo aspecto relacional do processo de significação, ainda assim elas conseguem estabelecer significados através de suas próprias experiências e de como elas constroem e interpelam o mundo ao seu redor.

Mesmo não sendo uma política institucionalizada, somente pelo fato dela existir enquanto órgão da UFPE, isso ganha um peso nas vivências LGBT dos estudantes, uma vez que elas/es podem ver aquele símbolo como possibilidade e “segurança” de suas

existências no espaço acadêmico. Assim, os significados que as/os estudantes atribuem ao Núcleo LGBT não são estáticos, variam dependendo das interpretações individuais e coletivas.

De acordo com Laclau (2013), o significado não é algo fixo, mas sim uma construção social e política que emerge das práticas discursivas. O significado é contingente e relacional, não sendo algo inerente a um objeto ou conceito, mas sim produzido nas interações sociais e políticas. Deste modo, eles são constituídos por meio das relações de equivalência e diferença estabelecidas nos discursos políticos. Isso implica que os significados não são dados naturalmente, mas são articulados e construídos através de estratégias discursivas que buscam criar conexões entre diferentes elementos para formar identidades coletivas (Laclau, 2013). O que nos leva a refletir que, mesmo com uma expressividade muito pequena de atividades do núcleo no interior, há esse processo de significação em torno da construção discursiva de um símbolo envolto e implicado em práticas políticas. Logo, o significante “Núcleo LGBT” funcionaria como um *significante vazio* porque o discurso sobre a existência de um “Núcleo LGBT” foi de tal maneira tão universalizado que se torna passível de produção de sentidos para uma ampla gama de identidades, a ponto de perder sua capacidade de ser precisamente interpretado (Mendonça, 2006).

Isto em relação aos relatos de seis das/os doze estudantes que participaram desta pesquisa. As/os outras/os seis responderam que conhecem o núcleo, seja por meio de participação de alguma ação ou projeto presencialmente, através de interações nas redes sociais ou quando precisaram de auxílio para os trâmites burocráticos do uso do nome social. Deste modo, classificamos essa visibilidade do Núcleo entre os estudantes LGBTQIAPN+ do CAA como “Nunca ouviram falar”; “Ouviram falar” e “Conhecem”.

João, formado em Lic. em Química e mestrando em Educação em Ciências e Matemática, conheceu o núcleo através das redes sociais e destaca a importância de promover a inclusão, o respeito e desmistificar estereótipos sociais. Observa, do seu lugar de homem gay e cis, uma ausência de pessoas trans na universidade, apesar de políticas de reserva de vagas para esse público. Ele percebe a falta de protagonismo dessas pessoas assumidamente trans no CAA, em contraste com pessoas cis, sejam gays ou lésbicas.

Miguel, formado em Pedagogia e doutorando em Educação Contemporânea, também conhece o Núcleo através da atuação nas redes sociais e reconhece seus próprios privilégios como uma pessoa gay e cis de pele clara em comparação com pessoas trans e

negras, que enfrentam mais dificuldades na universidade. Destaca a necessidade de um núcleo que não apenas facilite a entrada, mas também apoie a permanência e o acolhimento desses/as sujeitos/as na universidade, enfatizando que é mais difícil manter-se em uma universidade pública.

Sofia Fragoso, ex-estudante<sup>10</sup> e formada em Design, conheceu o Núcleo através de ações que ela participou presencialmente. Em resumo, ela destaca a relevância de um núcleo para representação e decisões. Refere-se à falta de representação LGBTQIAPN+ nas lideranças e tomadas de decisões, ressaltando que uma perspectiva cisgênera e heteronormativa pode excluir esses grupos. Ela observa a importância de espaços seguros, reconhecendo os riscos de discriminação em ambientes tradicionais e enfatiza que a universidade ainda não está preparada para incluir plenamente desses grupos, e o núcleo desempenha um papel crucial em assegurar que todas/os sejam consideradas/os e representadas/os nas decisões e políticas da instituição.

Pedro, formado em Lic. em Matemática e mestrando em Educação em Ciências e Matemática, participou da Semana do Orgulho LGBT no CAA e para ele o significado do núcleo é importante porque ele representa os interesses das/dos estudantes em uma esfera institucional, ao encontrar dificuldades e tentar subvertê-las através das atividades do próprio órgão e pelo trabalho de fiscalização da LGBTQIAPN+fobia e/ou apoio em relação a estes fatos.

Analú, estudante de Design, conheceu o núcleo através do processo de solicitação do uso do nome social e verbaliza que na universidade é fundamental ter representação institucional para lidar com questões LGBTQIAPN+. Segundo ela, é importante que pessoas do núcleo estejam sensibilizadas e atuando em prol da relevância do nome social e fornecendo apoio psicológico, pois o processo pode ser violento. Apesar de não perceber a academia como um ambiente suficientemente acolhedor para essas pessoas, a existência de núcleos como este permite imaginar um futuro com menos violência, gerenciando a academia com base nas perspectivas e experiências das comunidades LGBTQIAPN+.

César, estudante de Pedagogia, já enfrentou uma série de dificuldades de acesso à informação sobre como solicitar o uso do nome social nas diversas instâncias da UFPE e precisou correr atrás, por conta própria, dessas informações e acabou encontrando o

---

<sup>10</sup> Conseguimos contato com ela por meio de uma professora que a convidou para palestrar em um evento na universidade enquanto ainda era estudante, entre 2016 a 2018.

Instagram do Núcleo, onde teve esse acesso e assim entrou em contato para poder ver como deveria proceder. Ele fala que o significado do núcleo está atrelado a

(...) justamente todas essas demandas (*do nome social*). Primeiro para ter uma formação de professores para que essas coisas não continuem acontecendo (*transfobia de professores*). Mas, não só professores, como técnicos/as, como todo o corpo da universidade e até para que nossa voz seja ouvida, porque é muito fácil terceiros falarem pela gente sem conhecer nossas demandas. (César)

Deste modo, do ponto de vista das/os estudantes LGBTQIAPN+, o Núcleo atua para promover o respeito, valorizando e reconhecendo as identidades e vivências das pessoas LGBTQIAPN+ na universidade; oferece suporte e educação sobre diversidade sexual e de gênero, desconstruindo estereótipos e preconceitos associados às pessoas LGBTQIAPN+; cria um ambiente acolhedor e seguro, oferecendo apoio emocional e recursos para enfrentar desafios que possam surgir; representa e defende os interesses das pessoas LGBTQIAPN+ dentro da estrutura institucional da UFPE; trabalha para garantir que todas as identidades sejam incluídas e reconhecidas em todas as áreas da vida universitária; busca apoiar a permanência de pessoas LGBTQIAPN+ na universidade, através de ações que possibilitem enfrentar obstáculos que possam surgir e pode ser responsável por implementar políticas que permitam o uso do nome social por pessoas trans e de gênero diverso, garantindo seu direito à identidade e reconhecimento.

Em síntese, o núcleo está associado a um conjunto de objetivos e ações que visam criar um ambiente mais inclusivo, respeitoso e seguro para a comunidade LGBTQIAPN+ dentro da universidade. Evidentemente, ainda tem muito chão para caminhar tendo por norte os desejos aqui exemplificados e as necessidades de diálogo com o CAA. Mas sob a ótica da TD, podemos conceber que esses significados principais são articulados pelos estudantes LGBTQIAPN+ para descrever e dar sentido ao papel e às ações do núcleo na universidade, mesmo na sua precariedade de atuação no interior. Cada um desses significados é uma construção discursiva que reflete as demandas, necessidades e aspirações desse grupo dentro do ambiente acadêmico. Logo, os significados atribuídos ao núcleo não são fixos ou dados naturalmente, mas sim construídos socialmente pelos estudantes LGBTQIAPN+ como uma forma de articular suas demandas. Esses significados são resultado de práticas discursivas que buscam construir uma identidade coletiva, reivindicando espaços, reconhecimento e políticas específicas. A isto se alude a

importância do núcleo na criação de um ambiente inclusivo e respeitoso, além da luta por representatividade e apoio para a comunidade LGBTQIAPN+ do CAA.

### 3.5 A(PONTE)AMENTOS NO CONTEXTO DO BOLSONARISMO: EXPERIÊNCIAS E SUBJETIVIDADES DE ESTUDANTES LGBTQIAPN+

Por uma feliz coincidência, o ato da pesquisa nos fez concentrar nesta subseção nas experiências de estudantes LGBTQIAPN+ a partir de 2018, período em que se fortalece o discurso bolsonarista. Isto criou uma relação entre as discussões sobre o núcleo LGBT (que abrange o período de 2016 a 2023) e as experiências dessas/es estudantes (que abrange o período de 2018 a 2023). Olhando para trás, poderíamos até dizer que existe um olhar ficcionado pela subjetividade de quem escreve porque na verdade as minhas experiências neste campo se encerram em 2018. É como se fosse um grande guarda-chuva que combina os diferentes anos ao reforçar o período de recrudescimento do neoconservadorismo iniciado simbolicamente pelo golpe de 2016. Uma vez que, trabalhando com a TD, buscamos analisar problematizando as demandas e experiências e relacionando-os com as teorias não como uma confirmação destas ou como uma ação formadora de hipóteses, mas como um movimento criador pela necessidade de articulação do fazer da pesquisa (Oliveira; Oliveira; Mesquita, 2013).

Essas articulações se limitaram a produções sucintas e não tão aprofundadas como mereciam ser, devido ao grande quantitativo de material coletado nas entrevistas narrativas. Exatamente por isto, fizemos um esforço intelectual para pensar em três subcategorias de análise dessas experiências em diálogo com o conceito de experiência em Scott (1998) e interpelações subjetivas e currículo (Salih, 2015; Butler, 2019b; Macedo e Ranniery, 2022; Macedo e Miller, 2022; Ranniery, 2017). São elas: “Recortes de experiências de estudantes LGBTQIAPN+ durante o curso universitário”; “Bolsonarismo e a Universidade: subjetividades, currículos e medos” e “As (im)possibilidades das interpelações subjetivas LGBTQIAPN+ no currículo/universidade”.

### **3.5.1 Recortes de experiências de estudantes LGBTQIAPN+ durante o curso universitário**

Scott (1998) atribui grande importância a análise das relações de poder e das estruturas sociais na construção das experiências individuais e coletivas. Ela argumenta que a experiência não é apenas algo vivido de maneira objetiva e independente, mas sim construída social e culturalmente por meio de complexas interações entre sujeitos e estruturas de poder. Constrói-se então uma crítica a noção de que a esfera privada é menos significativa do que a esfera pública, o que faz com que as relações de poder operem em ambos os espaços e afetem a vida das pessoas de maneiras distintas (Scott, 1998).

Desse jeito, não podemos transpor ou colocar todas as experiências relatadas descritas uma a uma, mas em linhas gerais, compreendemos que existem maneiras diversificadas de como cada indivíduo viveu e interpretou sua experiência na universidade, considerando não apenas os eventos objetivos, mas também a percepção subjetiva e as construções de significado pessoal em relação às vivências. Ao considerar os variados elementos encontrados, percebemos como as experiências de cada indivíduo são moldadas pela interseção de sua identidade de gênero e orientação sexual com os contextos institucionais, estruturas de poder, políticas inclusivas e interações sociais na universidade.

Um primeiro elemento que encontramos está ligado a *percepção da identidade* das/os estudantes. A ideia de experiência está intrinsecamente ligada à percepção da identidade, principalmente quando se trata de como os indivíduos vivenciam, interpretam e constroem significados em relação a si dentro de contextos sociais e institucionais. Isso inclui o papel da identidade de gênero, orientação sexual e outras dimensões identitárias na formação da experiência individual. Participantes como Sofia Fragoso, Miguel, Analú, Pedro, André e César, por exemplo, compartilham suas jornadas de autodescoberta, transição de gênero e busca por reconhecimento de suas construções identitárias. Cada um/a delas/es vivenciou sua identidade de maneira singular, influenciada por fatores sociais, contextos institucionais, apoio (ou falta dele) e interações sociais. A experiência de identidade desses indivíduos está profundamente entrelaçada com as estruturas de poder, normas sociais, preconceitos e discriminações presentes na universidade e na sociedade em geral. Isso influencia não apenas como esses indivíduos se veem, mas também como são vistos e tratados por outros membros da comunidade acadêmica.

Portanto, ao considerar o conceito de experiência de Joan W. Scott em relação à percepção da identidade, é fundamental compreender como as experiências individuais são construídas e interpretadas de acordo com as interações complexas entre subjetividade, contexto social e estruturas de poder.

A essas estruturas de poder, segue outro aspecto observado, que são as *relações de poder*. Dentre várias instâncias podemos enxergar, principalmente pelos relatos de Miguel, Analú, Sofia Fragoso e César; que ainda existe dentro da universidade discriminação e exclusão em forma de racismo e transfobia. Isso faz com que os indivíduos enfrentem dificuldades acadêmicas e institucionais, evidenciando o impacto das estruturas de poder que perpetuam a marginalização de pessoas LGBTQIA+ e pretas. Por conseguinte, a presença de preconceitos e discriminação pode criar obstáculos significativos para o desenvolvimento pessoal e acadêmico. Isso é evidenciado nos relatos de Carlos, Amélia, Miguel e João, que enfrentaram dificuldades financeiras, falta de políticas inclusivas e hostilidade, afetando suas experiências na universidade. Por outro lado, alguns relatos também destacam o apoio encontrado em meio às adversidades. Júlia menciona experiências de acolhimento dentro do programa de doutorado e André relata seu envolvimento em movimentos estudantis, sugerindo a resistência contra normas discriminatórias. Além disso, existe a busca por reconhecimento e aceitação de identidades diversas, como no caso de Sofia Fragoso, onde ela expõe a luta contra estruturas de poder que categorizam, estigmatizam ou negam a legitimidade de determinadas identidades.

Um terceiro ponto diz respeito a como o *ambiente acadêmico* e a *inclusão* transpassam as experiências dessas/es estudantes em relação ao senso de pertencimento, acesso a recursos, oportunidades e bem-estar geral. Alguns relatos, como o de Amélia, destacam a falta de políticas inclusivas para a comunidade LGBTQIA+ no ambiente acadêmico e essa ausência pode contribuir para o apagamento dessas/es estudantes nos espaços de pesquisa e extensão. Mas, a partir de outras visões, André e Júlia mencionam experiências de acolhimento em determinados programas ou espaços dentro da universidade e de como eles proporcionam um ambiente mais inclusivo, permitindo que se sintam reconhecidos e aceitos. Por outro lado, relatos como o de João e Miguel destacam a hostilidade enfrentada pela comunidade LGBTQIA+ no ambiente acadêmico, especialmente em áreas onde não há incentivo para discutir questões de gênero e sexualidade, principalmente nas áreas de exatas. Isso cria uma necessidade de discussão

e sensibilização para discussões sobre orientação sexual e identidade de gênero, combate a discursos discriminatórios e implementação de políticas inclusivas. Amélia, Sofia Fragoso e até João evidenciam a necessidade de sensibilização e educação sobre diversidade para ampliar a compreensão e aceitação no ambiente acadêmico.

Um último aspecto que perpassa essas experiências, seria em relação ao *apoio institucional*. Primeiro em relação ao apoio financeiro, Carlos e Miguel enfrentaram dificuldades neste campo, mas receberam apoio institucional por meio de bolsas, auxílios e programas de residência e pesquisa. Isso destaca o papel do apoio financeiro como um facilitador para superar obstáculos acadêmicos. Mas, no que se refere ao apoio pelo reconhecimento e respeito a identidade de gênero, a instituição deixou a desejar. Sofia Fragoso, Analú e César lidaram com a falta de reconhecimento de suas identidades. O apoio institucional teria sido crucial nesse quesito, o que não foi fortalecido devido a precarização das políticas LGBT no Campus. Por essa ótica, estas experiências estão intimamente ligadas à influência do apoio institucional na forma como esses desafios são abordados e superados. Um apoio adequado poderia desempenhar um papel fundamental na redução das barreiras enfrentadas pelas/os estudantes, promovendo um ambiente mais inclusivo, acolhedor e igualitário para todos os membros LGBTQIAPN+ da comunidade acadêmica no CAA.

Como nem tudo é dialógico em realidades distintas, precisamos mergulhar nestas diferentes experiências a partir de um outro olhar. Percebemos que Joan W. Scott ocupa-se com uma perspectiva de construção social e na contestação das categorias predefinidas e estáticas. Todavia, nosso trabalho emerge no campo da discursividade e, por isso, mais uma vez recorreremos a Judith Butler na próxima subseção. Contudo, ambas questionam a noção de uma experiência ou identidade fixa e natural, destacando a influência dos contextos sociais, políticos e culturais na formação das experiências e subjetividades coletivas e isso contribui, sem sombra de dúvidas, para uma compreensão mais crítica.

### **3.5.2 O bolsonarismo e a universidade: subjetividades, currículos e medos**

Dentro dessas estruturas de poder da Universidade, o que as/os interlocutores da pesquisa chamam por “identidade”, nós chamamos por “subjetividade” ou “processo de subjetivação” e isto significa dizer que ela está continuamente numa abertura que

possibilita sua (re)construção. Assim como a Universidade, enquanto tal, ainda não está dada e nem um dia ela terá uma significação total/plena. Logo, num movimento analítico, podemos pensar que o discurso sobre a Universidade, enquanto local plural e de possibilidades decai na contingência dos processos de subjetivação, nos quais o que mais urge é o caráter do devir.

Esta noção está situada nos questionamentos de Judith Butler a respeito da constituição do sujeito dentro e através de estruturas de poder. Deste modo:

O sujeito de Butler não é um indivíduo, mas uma estrutura lingüística em formação. A “sujeitidade” [“subjecthood”] não é um dado, e, uma vez que o sujeito está sempre envolvido num processo de devir sem fim, é possível reassumir ou repetir a sujeitidade de diferentes maneiras (Salih, 2015, p. 11).

Assim como essa universidade constrói o sujeito, as diferentes subjetividades participam da construção da universidade. Trata-se de uma ligação entre o poder e a sujeição, onde ocorre uma volta, um retorno a si em uma performatividade de subjetividades não fixas pelo contexto de sociabilidade e cultura (Butler, 2019b). E, situada em um tempo extremamente violento e de incertezas sobre a própria vida acadêmica, não podemos dizer que todas/os estudantes perceberam as mudanças significativas e concretas nas suas experiências na universidade em relação ao período em que Jair Bolsonaro esteve na presidência do país. Mas, entendemos que elas e eles estão imersos em um campo discursivo conflituoso que os torna sujeitos (Butler, 2019b). Por este viés, a subjetivação:

[...] emerge sempre, portanto, de um movimento de regulação que opera através de uma dupla direcionalidade. Não há imposição unilateral a determinar o que seja sujeito, nem da parte de uma estrutura normativa e social que supostamente o produz de um determinado modo, nem do personalismo de uma autonomia ontológica por parte de um sujeito essencial e a-histórico que produz tudo por sua agência (Melo; Oliveira, 2020, p.7).

No entanto, pelos relatos de Pedro e Amélia, alguns professores começaram a se posicionar criticamente, assumindo essa posição de sujeito, em relação ao governo. Assim como surgiu espaços e resiliências, numa espécie de refúgio, onde as pessoas podiam experienciar e viver, incluindo aquelas pessoas LGBTQIAPN+. A ação desse sujeito ou

desse lugar, possibilitada pela subordinação do poder (discursos neoconservadores) se deslinda e se forma pela ação ambivalente na qual recupera-se e resiste-se ao próprio poder (Butler, 2019b). Dentro desse contexto, a subjetividade das pessoas LGBTQIAPN+ é constituída não apenas por sua própria expressão individual, mas também pela forma como são vistas e tratadas pela sociedade, pelas normas e expectativas que são impostas a elas. A possibilidade de encontrar espaços de resiliência e apoio crítico pode permitir que essas pessoas experienciem suas subjetividades de maneira mais autêntica, desafiando as formas de sujeição normativas e opressivas. Essas experiências de *percepção da identidade* reforçam como o currículo reflete e modifica as maneiras pelas quais o reconhecimento é distribuído. Este currículo ao refletir a diversidade e a ambiguidade das normas sociais, influencia as possibilidades de acesso e permanência de estudantes LGBTQIAPN+. Da mesma forma, as auto descobertas e as mudanças de gênero se aluem a construção desse currículo provocativo em relação aos discursos neoconservadores presentes na instituição. Embora os currículos possam ser vistos como ferramentas de controle, também atuam como redes de conexões que podem permitir essas/es estudantes se engajarem com o contexto histórico e encontrarem espaços mais inclusivos (Ranniery, 2017).

Por outro lado, André, Miguel, Jenny, Sofia Fragoso e Analú, apontam mudanças negativas nas experiências de *relações de poder* e em *ambientes acadêmicos* e de *inclusão*. Onde a questão do acesso à universidade pública e da permanência de estudantes LGBTQIAPN+ está atrelada a uma ideia de “não-pertencimento desse nicho social” em determinados grupos sociais e a precariedade das relações sociais a partir da construção dessas subjetividades. Este cenário é intensificado pelo avanço do neoconservadorismo na universidade o que acaba por deslocar os sentidos e as subjetividades, fazendo com que elas sejam paulatinamente isoladas socialmente e politicamente. Inclusive com o corte de bolsas e desistências de estudantes por essa falta de apoio financeiro. Isto é sintoma de um declínio do projeto educacional de universidade para todos, fazendo com que essa universidade seja para poucos.

No bojo do neoliberalismo, tem-se cada vez mais desempregadas/os ou em condições de trabalho precarizadas ou atuando em funções não designadas pelas suas formações, como destaca Sofia Fragoso. Esta é precisamente a ideia de um entre lugar. A ideia de pertencimento a visões tidas como “diferentes” de sociedade, entre vivências de grupos ou classes à margem e o espaço acadêmico, quando na verdade não são

mutuamente excludentes entre si, mas são capazes de juntos produzir novos sentidos de estudo, trabalho e vida. Estes sentidos por não pertencerem a um lugar específico e marcado no espaço-tempo (em relação a universidade), alinham-se na contingência ao mesmo passo em que se desalinham.

Trata-se aqui de um recuo, um retorno ao armário complexificado pelos relatos de que alguns técnicos administrativos e funcionários terceirizados se sentiram mais à vontade para expressarem seus preconceitos, no bolsonarismo, do que quando esses fatos ficavam “velados” e “escondidos” e, como em um espelho, eles é que saem do armário. Esse duplo pode estar associado a ideia de subjetividade em Butler (2019b) porque esse processo é constantemente influenciado por normas sociais, discursos e práticas culturais que restringem e regulam as possibilidades de expressão e de construção subjetiva das pessoas. Alguns professores também entraram nessa saída frustrante do armário, para decepção e desilusão de algumas/alguns alunas/os que antes cultivavam admiração e respeito. Embora não represente a totalidade do campus, os relatos demonstram que isso ocorreu e foi motivo inclusive para estigmatizar e discriminar trabalhos que relacionassem as temáticas de transgeneridade (Jesus, 2012) através de procedimentos antiéticos e transfóbicos na avaliação (Analú).

Este cenário é confirmado pelo fato de que em 2023, acontece a renovação expressiva das políticas de permanência estudantil, garantindo condições mínimas para sobrevivência e possibilidades de vivências LGBTQIAPN+ já nessa nova realidade política e que diminuiu muito durante o período do bolsonarismo de acordo com André. Assim como acontece um retroceder das posturas entre esses indivíduos que se tornaram mais contidas, menos intensas, embora ainda possam ser percebidas pela forma como eles se expressam. Isto demonstra como a formação curricular interfere na vida das pessoas e “gera possibilidades de existência, através de complexos processos de produção de sentidos. Ao mesmo tempo em que tenta controlar, nomear e legitimar algumas vidas em detrimento de outras” (Oliveira; Santos, 2018). Posso até acrescentar que este novo cenário me motivou a voltar a trabalhar na escola como professor e mesmo em meio a LGBTQIAPN+fobia eu tive vivências exitosas que me ajudaram financeira e psicologicamente. Mas, devido a liberação de auxílio permanência para a pós-graduação, optei por sair e poder escrever mais tranquilo. É uma luz representada pela simbologia do discurso do ministro dos direitos humanos, Silvio Almeida: “Vocês são importantes...” (Ranniery, Oliveira e Rocha, 2023).

Porém, entre tantas direções e (im)possibilidades, percebemos que em sua maioria as/os estudantes compartilham de um elemento interpretativo em comum que atravessa todas as experiências: o medo. Fora os casos de “piadinhas” e “comentários desagradáveis”, não constatamos qualquer exemplo direto de discriminação e/ou preconceito, nos limites do CAA, em relação a alguma pessoa lésbica, gay, bissexual, *queer*, intersexo, assexuais, agênero, aromânticos, pansexual, polisssexual, não-binários e outras identidades de gênero e orientações sexuais. Isto, sob nenhuma medida, significa dizer que estas ações não ocorreram em algum momento com outras/os/es estudantes LGBTQIAPN+. Apenas demonstra que, excetuando-se as pessoas trans e travestis, não houve casos alarmantes e violentos. Salientamos que abordaremos sobre essa realidade mais à frente.

Todas/os que se referiram a este medo dos discursos neoconservadores no espaço acadêmico, o associaram ao risco de vida e integridade física, à perda de bolsas e auxílios e ao sentimento de discriminação e preconceito nesses espaços acadêmicos. Os fortes discursos moralistas e seus efeitos geraram um fator emocional e psicológico, desencadeado nos processos de formação subjetiva das/dos estudantes e nas possíveis consequências sociais e políticas ao longo dos cursos e posteriormente a eles. Esse “apego à sujeição é gerado pelo poder, e parte dessa operação do poder se esclarece nesse efeito psíquico, uma de suas produções mais insidiosas (Butler, 2019b, p. 10).

Neste sentido, Butler (2019b) cita a visão de Foucault sobre a subordinação como algo que não apenas subjuga o sujeito, mas também que o forma. Ele sugere que a subordinação é um elemento fundamental na constituição do sujeito, sendo reprimida para dar espaço à ilusão de autonomia. Essa subordinação pode gerar uma ligação intensa com aqueles de quem o sujeito depende. Considerando a influência de um movimento político como o bolsonarismo na formação do sujeito e na sociedade em geral, esses temores acerca das consequências sociais, políticas e culturais no espaço acadêmico se refletem na formação das subjetividades. E o medo não é apenas da figura política em si, mas também dos valores, comportamentos e políticas que ele promove na vida das pessoas. E, nestas mesmas linhas, o sujeito ganha uma potencialidade do devir das formações subjetivas e, do mesmo modo, subverte o poder pela ação potencializadora de sujeito (Butler, 2019b).

Logo, a subjetividade fluída e performativa proposta por Butler (2019b) tem implicações na forma como o currículo é concebido e implementado. A compreensão da

subjetividade como algo em constante construção e influenciada por normas sociais e culturais pode levar a uma abordagem de currículo mais inclusiva e sensível às diferentes subjetividades e experiências de estudantes e, às vezes, ao inverso dessa afirmação. É precisamente nessa conexão que trabalharemos na próxima subseção.

### **3.5.3 As (im)possibilidades das interpelações subjetivas LGBTQIAPN+ no currículo/universidade**

Chegamos até aqui com uma ideia de que, nas circunstâncias colocadas, pode ocorrer a construção de um currículo enquanto produção política cultural a partir das ressignificações sobre experiências LGBTQIAPN+, dadas nas ausências do Núcleo, mas sobretudo na precariedade consecutiva de discursos neoconservadores. Os contextos sociais e políticos das e pelas pessoas LGBTQIAPN+, concretizados em espaços dentro da sala de aula e fora da sala de aula, foram produtores desse currículo político-cultural. Isso significa dizer que os próprios processos de subjetivação, em variados ambientes, foram mobilizados de tal maneira a produzir e sustentar esse currículo mesmo em meio ao movimento normatizador que tentava cerceá-lo.

Deste modo, a política LGBT enquanto tal, compreendida como *sistematizada* ou com algum sentido fixo, produz um currículo político-cultural porque em sua ausência técnica no CAA, as ressignificações sobre ela a partir de experiências e produções de subjetividades, produzem um currículo político-cultural. Ou seja, não é o seu inverso que o define ou sua vulnerabilidade, mas ambos os processos sociais, políticos e culturais se dão em uma construção discursiva de (im)possibilidades, tensionamentos e contingências. Obviamente, com isto não quero pôr panos frios sobre as necessidades e demandas que podem ser atendidas no patamar de políticas públicas e nem legitimar a precariedade (Macedo; Miller, 2022). A referência ao “político-cultural” está muito mais relacionada ao fazer da política e ao fazer da cultura, ambas noções interdependentes e complementares, imersas em um campo discursivo curricular e nas noções de interpelações das subjetividades que os permeiam.

Desta forma, a discussão curricular não se coloca como normatizadora de identidades (Macedo; Miller, 2022), o que estamos mobilizando é o caráter de ambiguidade e de incertezas desses currículos que, uma hora aparece como espaço de

possibilidades onde os sujeitos os interpelam através de seus processos de formação intersubjetiva e em outros momentos aparece como espaço de impossibilidades onde os sujeitos também os interpelam pelo processo de formação intersubjetiva. Com isso, podem ocorrer momentos de *positividade* e *negatividade* dessas experiências intersubjetivas interpeladas no currículo que não se dão de maneira predeterminada e nem seguem uma lógica inteligível ou fechada nesta dicotomia e nem indissociável em relação as formas, confluências entre polos e contingências de alguma maneira associativas a ele.

Deste modo, para que haja um movimento de objetividade e de análise, podemos estrategicamente angariar essa ambiguidade no/do currículo através dessa cisão em relação as experiências *negativas* e *positivas* enquanto atravessadas e formadoras de processos de interpelações subjetivas e, por meio delas, desconstruir internamente sua fixação em polos separados. Compreendemos que esse processo de interpelação subjetiva é “(...) mais do que agregar qualquer um, quem quer que seja, a qualquer outro” (Macedo; Ranniery, 2018). Pois “só existimos entrelaçados, fora de nós mesmos, o que implica que toda e qualquer constituição subjetiva está invariavelmente, e à revelia de qualquer vontade, enleada na interdependência e na diferenciação” (Macedo; Ranniery, 2018).

A maioria das/dos interlocutores experienciaram essa interpelação no currículo pelos processos de subjetividades e compartilham a busca por reconhecimento, representatividade e inclusão no ambiente universitário no contexto das questões de gênero, transgeneridade, sexualidade e diversidade. Carlos, em particular, explicita a motivação por trás de sua escolha em cursar disciplinas eletivas do curso de química relacionadas a temas de gênero, sexualidade e educação, embora tais disciplinas não estejam incluídas no currículo convencional de seu curso. Por ser LGBTQIAPN+, isto o impulsionou a buscar essas disciplinas e também o inspirou a dedicar sua pesquisa de TCC. Dessa maneira, seu interesse em explorar essas áreas de conhecimento não apenas influencia suas próprias percepções sobre o currículo, mas também o capacita a desenvolver formas de se integrar socialmente tanto dentro da universidade quanto fora dela. Até mesmo na escola, onde ele diz que tentava “tirar dúvidas” de suas colegas de trabalho sobre estas temáticas. Ou seja, através destes processos de interação social e política ele constrói uma noção de currículo fluída e ontologicamente relacional nessa interpelação subjetiva e de deslocamentos de estruturas (Macedo; Miller, 2022).

Em um outro lugar, André e Sofia Fragoso, partindo de um recorte de raça e classe respectivamente e diante de cortes de bolsas, falta de apoio da direção do campus e

ausência de políticas LGBT, encontraram nos movimentos sociais uma forma de resistir e de criar uma contra narrativa. Esta militância estudantil vai além pois demonstra a resistência diante das adversidades enfrentadas, mas também destaca a capacidade de influenciar agendas políticas e práticas educacionais dentro do ambiente acadêmico. Isso está alinhado com a perspectiva do currículo como uma arena de disputa de poder, onde indivíduos e grupos buscam moldar e redefinir as estruturas educacionais de acordo com suas visões e valores coletivos.

Sob outro ângulo, Miguel conta que em relação ao fato dele ser LGBTQIAPN+, ele se sentiu muito apoiado e bem recebido no curso de pedagogia, apesar de ter escutado piadinhas de um colega LGBTQIAPNfóbico específico. Mas, acredita que a universidade é, ainda assim, uma aliada no processo de aprendizado sobre gênero e sexualidade, pois quanto mais se estuda, mais se adquire ferramentas para lutar. Comparando com universidades privadas, ele destaca que as públicas possuem uma dimensão política, onde os movimentos sociais são vivenciados não apenas em palavras de ordem, mas também contribuindo para que as/os discentes se sintam incluídos. Deste modo evidencia-se como a contextualização política das universidades públicas e, principalmente perpassadas pelas interações sociais e políticas em variadas instâncias, seja no movimento social ou nas disciplinas, mobilizam a criação de um currículo outro mais amplo e inclusivo.

Da mesma forma como Jenny menciona que o contato com pessoas LGBTQIAPN+ na universidade é significativo em seu ciclo social, o que é benéfico para ela, pois compartilha vivências similares com essas pessoas. Essa proximidade possibilita conversas, debates e trocas de experiências, contribuindo para fortalecer e enriquecer a comunidade LGBTQIAPN+ dentro desse ambiente acadêmico. Inclusive, ela relata que algumas pessoas não se sentem seguras em casa devido a familiares preconceituosos evidenciando este currículo amigável e acolhedor formado nessas interações sociais. E isto eleva a ideia de sociabilidade enquanto currículo porque nesse caminho integram-se as experiências e perspectivas de diferentes grupos sociais no contexto educacional, o que se reflete na valorização da presença e contribuição da comunidade LGBTQIAPN+ para enriquecer a vida acadêmica.

Não poderíamos deixar de comentar os relatos de Analú, sobre como ela utiliza sua própria pessoa para intrinsecamente relacionar com a sua produção acadêmica, onde corre o risco de ser taxada de “ativista” ou como “arte ativista” e isso é desvalorizado no seu campo de estudo, o design. No entanto, ela destaca que suas roupas ajudaram a

expressar sua feminilidade, desafiando os padrões hegemônicos. E isso é bastante interessante porque atravessa diretamente questões caras ao seu curso, *a moda* e as suas próprias formações intersubjetivas. Deste modo, ela duplamente cria o currículo que vivencia com seus pares e dessemelhantes e, em simultâneo, tenciona a tradição pedagógica/curricular de seu curso em relação as questões dos movimentos sociais contemporâneos. Mas, isso também a leva a questionar se a academia foi um lugar para explorar essas questões ou se contribuiu positivamente nesse processo de construção performativa e subjetiva. A performatividade dessas práticas deslocam a fixidez de qualquer currículo (político) tomado como uno “ao substituir o conceito de política por um que passa a incluir improvisação, descontinuidade, opacidade e é processualmente constituído por [...] atos repetidos e estilizados (Ranniery, 2022).

Destarte, existe um diálogo muito forte desta subseção com os estudos de Santos (2022) e Silva (2017). Primeiro, Santos (2022) analisou narrativas de estudantes LGBTQIAPN+ da UFPE em geral, onde notou que existe um significado político e gerando impactos nos processos de cidadanização e de democratização através do ensino superior e eles estão imersos no currículo e na produção de subjetividades. Ambos os trabalhos se debruçam sobre este período do neoconservadorismo, mas o que nos diferencia é que estamos fazendo esse movimento de olhar para narrativas LGBTQIAPN+ sob dois focos distintos: estudantes do CAA e membros do Núcleo LGBT. Isso dá uma outra perspectiva, mais “institucional” e problematizada pelas especificidades e precariedades que envolvem a UFPE no interior. Fora que estamos agora nesse passo de marcar essa ambiguidade do currículo em (im)possibilidades através das interpelações da universidade na subjetividade dos/as estudantes e as interpelações intersubjetivas (dos/as estudantes) no currículo/universidade.

Em relação a Silva (2017), também há esse despertar sobre a universidade como caminho para a liberdade de expressão de identidades de gêneros e sexualidades e, ao mesmo tempo, põe em destaque o não-reconhecimento da academia sobre quem produz os conhecimentos, em especial as pessoas trans. Por este motivo, a partir das entrevistas, podemos notar que no CAA também percebemos estes não-reconhecimentos e diferente do que foi apontado por Silva (2017) numa visão curricular/pedagógica de conteúdo/conhecimento, o que destacamos são as (im)possibilidades de produção de interpelação subjetiva no/do currículo, mas com certa ênfase também de pessoas trans

pois foi o que apareceu de maneira mais urgente, porque “há um forte componente de fracasso acompanhando toda instância normativa” (Melo; Oliveira, 2020, p.8).

Prosseguindo e retomando a constatação de estruturas sociais sobre experiências de *apoio institucional* a partir do conceito de experiências em Scott (1998), reitera-se que existem experiências de *apoio institucional* através de bolsas, disciplinas sobre gênero e sexualidade, editais, etc. Mas, nem sempre. Neste caminho faz-se necessário um adendo no que diz respeito a importância da universidade para as pessoas trans e vice-versa. Sofia Fragoso fala do seu privilégio de ter uma família que a protegeu, mas esta não é a realidade de todas/os/es. Por isso que outro relato, extremamente relevante, feito por Júlia e na verdade vivenciado por pessoas trans que ela conhece, ampliam ainda mais esses sentidos de construção de um currículo acolhedor. Este é até um tema fundamental de pesquisa que pode e deve ser explorado em outro momento. Quem fala não é Júlia, são estas pessoas através dela: “eu conheço pessoas trans que se mostram assim dentro da universidade, mas não fora, porque tem medo de apanhar quando pega o ônibus. Lá elas se apresentam como elas efetivamente querem se apresentar” (Júlia).

Nós tentamos entrar em contato com estas pessoas, mas infelizmente elas não quiseram participar da pesquisa por motivos que não sabemos e/ou não responderam à tentativa de contato de Júlia. No entanto, frisamos que mesmo na precariedade e pelo vício acadêmico de olhar para estas demandas apenas no contexto de “heroísmo” ou “marginalização”, nos sentimos na obrigação de denunciar estas impossibilidades do/no currículo. Logo, em diálogo com as/os interlocutores Sofia Fragoso, Analú e César, elencamos algumas cenas envoltas em violências transfóbicas no CAA e relatos importantes que ajudam a pensar sobre a construção de um currículo transfóbico. Daí um viés estratégico, ao não aprofundarmos esta temática quando a mencionamos na segunda subseção. Vamos às cenas:

**Cena 1:** (...) Tipo assim, se a universidade por ser pública, isso não significa que ela seja acessível, porque tem pessoas como eu que saíram lá da capital e vieram para o interior. (...) Eu nunca consegui bolsa e como tantos outros colegas meus e no meu curso, por exemplo, passar trabalhos acadêmicos extraordinários, que a pessoa tenha que desembolsar uma grana para conseguir passar na disciplina, porque a sua avaliação dizia respeito àquele material que você tem que comprar para executar determinado trabalho, entender e questionar sobre isso e escutar de professores que diz assim se não tem dinheiro para cursar moda, não cursa, né? E aí você imagina sendo uma pessoa trans ouvindo isso. Porque não basta você estar dentro da universidade pública e escutar uma frase como essa, você entender que lá fora não há vagas para você. Que você não consegue emprego como tantas outras pessoas, entende? Então acredito que as situações mais assim... inquietantes que aconteceram comigo foi a respeito dessa não-compreensão da realidade

sócioeconômica de todo mundo que estava dentro daquela sala de aula. E aí, quando a gente puxa, obviamente para o tema que são pessoas LGBTQ+, a gente entende que o buraco fica mais embaixo (Sofia Fragoso, entrevista concedida em 18 de setembro de 2023).

**Cena 2:** (...) Esse não acesso, por exemplo, ao uso do nome social no e-mail institucional me trouxe inúmeras situações muito constrangedoras. (...) geralmente pra entrar no curso eu precisava, por exemplo, do e-mail institucional. E aí já aconteceram algumas vezes de eu estar em chamadas e as pessoas perguntarem tipo quem é essa pessoa que tá no colégio? E eu ter que explicar pra uma Call que esse era meu nome morto e que o meu nome agora é esse. E também tiveram casos de é... aonde as pessoas escolheram me tratar no masculino e me chamar pelo nome morto, por exemplo. Eu fui assistir uma aula (...) E aí um professor específico que se coloca politicamente como uma pessoa marxista, né? Ele perguntou qual era meu nome. E aí ele me escolheu. Ele falava que eu era otário, no masculino. E se referia a mim somente como ele. (...) E aí quando ele me seguiu no Instagram que ele viu meu nome de registro, ele escolheu masculinizar o meu nome social. (...) E isso numa sala lotada assim. (...) E aí isso me conectou com as pessoas... as pessoas masculinas do meu ensino médio, por exemplo, né, que é de construir esse cenário de bullying, “brincadeira” e de zoação pra tornar todo mundo confortável. E eu senti que a sala ficou bastante confortável assim. Porque uma coisa é você fazer isso com uma pessoa assim, sei lá, zoando a característica física dela, isso é uma micro violência, mas outra é uma pessoa trans desse jeito, assim todo mundo já sabia, né? Porque quando você é travesti na universidade, você provavelmente vai ser a única e aí já te isolam, né? Então todo mundo assistiu isso, todo mundo assistiu isso em silêncio. E aí ele ainda é visto como um ser de luz pela universidade (Análú, entrevista concedida em 6 de outubro de 2023).

**Cena 3:** A perseguição teve com uma das professoras, que era toda a aula. Ela... deixa eu explicar o contexto. Com essa professora... Um dia, logo no primeiro dia, a gente se apresentou e me apresentei como um homem trans. Daí tudo bem. E ela ficou repetidas vezes errando meu pronome. Aí, em dado momento, eu corriji: “ele, professora”. Pronto, foi só isso que eu fiz. A partir desse dia, ela começou a me perseguir em tudo o que eu fazia. Eu chegava na sala, ela já ficava assim vai ficar aí hoje, né? Teve um dia que ela falou “nade em águas mornas”, porque para ela tinha sido uma desavença, uma afronta eu ter comunicado a ela meus pronomes corretos. Não teve nenhuma consequência nas notas. Mas na saúde mental era muito complicado quando tinha aula dela, porque me dava uma ansiedade tremenda (...) eu procurava ajuda para falar do nome social, né? E os órgãos começavam a jogar um para o outro. (...) No total, falei com sete órgãos antes de conseguir mudar meu nome. Meu nome, o nome social em todos os aspectos da universidade, tem que falar com sete órgãos. (...) Foi falado com a Biblioteca do Agreste. Foi falado com a Central de Tecnologias porque uma das demandas foi no novo sistema do SIGAA e to procurando o outro aqui. O outro não tô achando, mas tinha mais um (César, entrevista concedida em 21 de outubro de 2023).

As narrativas se situam, de maneira peculiar, no âmbito de dois cursos: Pedagogia e Design. Eles, junto ao curso mais recente de Comunicação Social, criam uma narrativa simbólica bastante difundida entre a comunidade do CAA: a famosa *Nárnia*. Trata-se do espaço discursivo onde eles são localizados. É um dos cantos mais afastados dos prédios centrais e só foi construído anos depois da inauguração do campus, o que sinaliza o sucateamento destes cursos de “humanas”. A visibilidade de pessoas trans nesses espaços nos leva a crer que no vasto campo das Ciências Humanas, a diversidade é não apenas acolhida, mas celebrada e emerge como um refúgio para aquelas/es que se identificam como parte da comunidade LGBTQIAPN+ mas não no sentido de um primado do

*humano* na educação que nega a alteridade (Ranniery, 2019). Esta guinada discursiva dentro de uma materialização (infraestrutura e sucateamento de recursos), coloca em xeque a noção de que o neoliberalismo é oposto as discussões sobre a diferença, uma vez que estas se formam em conjunto e dentro de disputas ancoradas por processos de significação (Macedo; Ranniery, 2022).

No entanto, nossos resultados questionam a cristalização desse discurso sobre um espaço no CAA que está “salvo”. Mesmo “Nárnia” sendo um ambiente onde as paredes se tornam supostamente portais para a aceitação incondicional, a construção de um ambiente transfóbico e casos de violência transfóbica a partir de professoras/es e colegas de curso contra as/os interlocutoras/es mostram que “Nárnia”, em conluio de sua inspiração em uma estória fantasiosa e de base cristã criada por C. S. Lewis, não é totalmente acolhedora. Por outro lado, comparando com a falta de experiências negativas *expressivas* das demais letrinhas em outros espaços do campus, nota-se que as “espacialidades de exatas” também não possuem uma fixação discursiva totalmente alheia ao acolhimento das causas LGBTQIAPN+.

Inspirados pelo texto *Onde estão as bichas loucas?* de Ranniery (2022) nos perguntamos então *onde estão as pessoas trans nos cursos de exatas?* Esta também foi uma reflexão feita por um estudante cis de Química, vale dizer. Por isso, a centralidade na questão de gênero e transgeneridade no que diz respeito aos discursos neoconservadores que tencionam esses espaços curriculares de modo a surgirem estas impossibilidades do currículo em relação as subjetividades LGBTQIAPN+, em especial as experiências trans. Por outro lado, o simples fato de existir toda uma “grade curricular” ou uma política LGBT seja em qualquer área de conhecimento ou campus, não é garantia de que estes casos não possam ocorrer. Ou seja, a noção curricular que acionamos vai de encontro a estes discursos, uma vez que os processos intersubjetivos de formação de currículo estão imersos nas produções de sentido pelas esferas sociais, políticas e culturais. O que faz este currículo são as interpelações destes sujeitos, mesmo que isso signifique dizer que, a exemplo da narrativa de Analú e César, aconteçam casos de tensões e negociações. Onde para poder se incluir em determinados espaços acadêmicos, uma pessoa trans precise, violentamente, “aceitar” a transfobia de um “professor” como “brincadeira” entre as/os demais colegas ou enfrentar a transfobia de maneira mais diretiva e conviver com as perseguições e consequências psicológicas que isso causa,

principalmente numa relação de poder institucionalizada e inescapável entre docente/discente.

Ou que seus sonhos e projetos acadêmicos sejam postos como um lugar de impossibilidade por parte de professores que não se sensibilizam e muito menos procuram saber da importante inter-relação entre raça e/ou classe, que atravessa a vida de uma pessoa trans, como vê-se no caso de Sofia Fragoso ao expor seu receio de entrar no mercado de trabalho pois sabia das barreiras que existem para as pessoas trans. Existe então um ponto de inflexão em que a universidade falha no seu aspecto de “acolhimento”. Evidentemente, nas várias vezes em que nos referimos a esse termo estamos pensando na hospitalidade do anfitrião (a universidade) com o seu hóspede (o/a discente) e nas desconstruções de barreiras que possam ofertar verdadeiramente esse acolhimento (Derrida, 2008).

Estamos de acordo com a analogia proposta por Ranniery (2022) entre homens gays efeminados (bichas) e as manas e manos trans. Isso ressalta a questão urgente sobre gênero e levanta a recusa em considerar o sexo e o gênero como construções culturais fixas e universais, conforme argumentado por Butler (2003). Implica-se em não aceitar as normatividades sociais e imposições discursivas de naturalidade sobre o gênero ou como performance social única, assim como fiz na minha própria trajetória quando era graduando pelo motivo de não corresponder com o “tipo certo de ser gay”, aquele mais disfarçado ou que fala grosso.

Ao ouvir sobre o isolamento de César e de Analú, particularmente me coloco nesse lugar de corpo só e propenso aos (des)afetos mas, do mesmo modo, os impasses e impossibilidades fizeram e podem continuar provocando o apagamento das letras do teclado nestes atos trabalhosos de escrever dissertações/teses e de intromissão e atravessamento intersubjetivo no currículo. Neste sentido, Ranniery (2022) reforça que as

[...] performances das bichas loucas podem (re)desenhar o circuito dos afetos do “neoliberalismo” e reativar a poesia como resposta transfigurativa; uma resposta que faz do corpo, como potência indeterminada, uma medida que extravasa a noção de afetos associados ao gerenciamento dos riscos e da relação custo-benefício do empresariamento de si. (Ranniery, 2022, p. 14).

Em outro sentido dessa falta de *apoio institucional*, César e Analú, trazem experiências relevantes no que diz respeito a relação com órgãos administrativos e/ou

departamentos, alguns deles até citados na cena 3, que (re)produzem a criação desse currículo transfóbico ao não se atualizarem sobre o direito consolidado e arduamente garantido dentro da UFPE sobre o uso do nome social e as necessidades que ele implica para o próprio desenvolvimento acadêmico das/os discentes. Em razão dessa constatação, vemos que as políticas LGBT, não institucionalizadas, mas *sistematizadas*, garantem precariamente o respeito e reconhecimento do uso do nome social no CAA. Esse espaço se abre no campo do currículo, através das interpelações de estudantes trans, com destaque nas transferências de setores para tentar sanar a solicitação e os problemas que surgem no sistema de informações e gestão acadêmica (SIGA) que causam constrangimento na “hora da chamada”.

Ao assumirmos esse tom de *negatividade* e impossibilidade no currículo, estamos agindo pela *positividade* de denúncia e de articulação política no currículo. Com esta tomada de decisão, frisamos que Analú, César e Sofia Fragoso tencionaram de tal forma estas (im)possibilidades que criaram com suas interpelações subjetivas as condições necessárias, mesmo que precarizadas, para a constituição de um currículo outro. Desassociando então da lógica da racionalidade neoliberal que cria uma visão de mundo onde essas *negatividades* não irão aparecer e que é possível superá-las para sempre (Macedo; Ranniery, 2023). A isto se alia o nosso posicionamento crítico em relação aos processos intersubjetivos transpassados nestes fatos apontados por nossas/os interlocutoras/es. É um desejo minimamente *louco* de intromissão intersubjetiva das bichas e dos manos e manas trans e que talvez espante, se for ingenuidade ou não, numa transversalidade autobiográfica no currículo (Macedo; Miller, 2022).

Não estamos dizendo como se deve ser, como poderia ter sido, ou ainda como se poderá ser no que tange as experiências dessas/es discentes LGBTQIAPN+. Estamos em diálogo com Ranniery (2022) no esforço de uma “teorização curricular que evite o engolfamento das performances das bichas loucas (*e trans*), isto é, uma análise que, à guisa de uma denúncia, interdita, ao apelar para uma lógica da determinação” (p. 17).

Isto é motivo para não nos determos naquilo que estas pessoas fizeram ou se movimentaram substancialmente em outros espaços-tempos supra relatados. Ou para além daquelas experiências que se limitam ao campo da vida de *estudantes* ou de *técnicas/os administrativas/os e/ou professoras/es LGBTQIAPN+*. Assim como, elas/es não são objetos utilizadas/os para se debruçar sobre um marco teórico escolhido. É, assim podemos assumir, um interesse de bagunçar noções curriculares rígidas. Longe de

qualquer determinismo sobre as realidades emprestadas para este estudo, essa cisão é o que trabalhamos nesse processo de criação da pesquisa.

O contexto neoconservador na educação superior de alguma forma tem mobilizado a coragem de (re)construir quem se *é* ou *se está sendo* dentro da universidade e fora dela, seja através das/nas práticas curriculares políticas e culturais, seja através de experiências intersubjetivas. Sob esse ponto cabe apenas mais uma pequena observação. A liberdade limitada *laclauniana* exige uma coragem ontológica que não é extra-humana ou sobre-humana, como apontado por Analú. Ela nos diz que a academia foi sua *joia de escrava*. No fim, a política LGBT é a metamorfose das (im)possibilidades. Uma flor de mandacaru que só desabrocha na primavera e depois do crepúsculo, até que amanheça e se escrevam novas palavras.

**Desenho 2** – Flor LGBT de Mandacaru.



Fonte: Robson Brito, 2023

#### **4 NO LIMIAR DOS ATRAVESSAMENTOS: CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Começamos o atravessar dessa pesquisa com o argumento de que o Núcleo de Políticas LGBT da UFPE é produtor de um currículo político-cultural e, na medida em que mergulhamos em sua história, analisando discursivamente as várias lógicas sociais que suas ações e projetos mobilizam, percebemos que existem elementos significativos que escancaram como os discursos neoconservadores antagonizam estes espaços sistematizados, afetando diretamente as subjetividades coletivas. Ao longo do tempo, este argumento ganhou ainda mais força e corpo e transfigurou a discussão teórica curricular em um caleidoscópio onde as experiências de estudantes LGBTQIAPN+ do Campus do Agreste, em antagonismo aos mesmos discursos neoconservadores, tencionaram o discurso de uma universidade pública e como os processos intersubjetivos interpelam e produzem sentidos sobre currículo em percursos mútuos.

Neste estudo apontamos que o objetivo geral foi conhecer os espaços-tempos curriculares que o Núcleo LGBT da UFPE vem desenvolvendo e as experiências de estudantes LGBTQIAPN+ no agreste pernambucano frente à emergência de discursos neoconservadores. Contextualizamos que no período político-cultural transitório no Brasil, especialmente durante os anos de 2016 a 2022, ocorre o fortalecimento da extrema-direita, promovendo discursos neoconservadores que enfatizam a manutenção de hierarquias sociais e combatem uma suposta "ideologia de gênero" nas instituições educacionais. Por outro lado, entre os anos 2000 e 2015, foram estabelecidas políticas importantes na área educacional, como a expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a exemplo da UFPE que se expandiu para o interior. Além disso, na UFPE, a criação do Núcleo LGBT foi crucial para oferecer apoio, acolhimento e promover ações para a comunidade LGBTQIAPN+.

A nossa metodologia assumiu um caráter pós-estruturalista e errante (Oliveira, 2016) enfatizando a desconstrução de verdades social e culturalmente construídas e o reconhecimento da linguagem como constitutiva desses elementos. Assumindo então uma visão de que a pesquisa educacional não visa resolver problemas e, sim, problematizar e questionar as condições que os perfazem. A pesquisa, situada na Teoria do Discurso, constituiu dois conjuntos de materiais, incluindo elementos textuais, imagens e *sites* do Núcleo LGBT da UFPE e transcrições de conversas com estudantes LGBTQIAPN+ do

Centro Acadêmico do Agreste e membros e ex-membros do próprio Núcleo. Assim como, foi atravessada pontualmente por aspectos subjetivos de quem escreve, a partir de sua experiência como estudante, incorporada na pesquisa. As técnicas de entrevista se centralizaram no encontro e em entrevistas narrativas onde o pesquisador reconstrói discursos considerando o contexto político-cultural e os jogos de poder, sendo o envolvimento na pesquisa subjetivo e flexível ao longo do tempo-espaço.

O capítulo analítico se alongou de maneira a tentar mergulhar nos relatos de atuais e ex-membros do Núcleo LGBT da UFPE, examinando as demandas políticas que constituem a trajetória de (re)construção desse órgão, bem como suas ações e projetos à luz da Teoria do Discurso (Laclau, 2013; Laclau; Mouffe, 2015). Abordamos, também, as lógicas sociais (Glynos e Howarth; 2007; 2018) associadas a esses processos, categorizando-as como "educativas, culturais e de sensibilização". Em determinado ponto, estabelecemos uma conexão entre essas narrativas e a construção de significados, por parte dos estudantes LGBTQIAPN+ do CAA, em relação ao Núcleo LGBT. Tendo por certo que isso ocorre diante de discursos antagônicos e das tensões que emergem na problematização de uma universidade pública em meio ao contexto neoliberal, neoconservador e precarizado (Brown, 2019; 2021). A partir desse diálogo, analisamos as interpelações subjetivas que (re)constroem um currículo político-cultural para a universidade, delineando os discursos que se desenvolvem a partir de (im)possibilidades (Salih, 2015; Butler, 2019b; Macedo e Ranniery, 2022; Macedo e Miller, 2022; Ranniery, 2017).

Neste campo, destacamos a centralidade de demandas sociais em torno das categorias de gênero, transgeneridade e de sexualidade na construção do ponto nodal da Política LGBT. Com especial ênfase nas categorias de gênero e transgeneridade denunciadas pelos discursos moralistas/violentos e neoconservadores que se influem no espaço acadêmico ao longo dos anos, seja na capital ou no interior. A este antagonismo, se interpelam as subjetividades e as (im)possibilidades de (re)construção do currículo e das posições de sujeito no espaço universitário e/ou fora dele.

Cabe, então, uma reflexão mais que necessária. Em um movimento de autocrítica cis, elencamos a potência da alteridade radical (Macedo; Ranniery, 2023) desses espaços para as transfigurações sociais, culturais e políticas no entre lugar do discurso/currículo corporificado nas interpelações subjetivas. A insensibilidade (um oposto ao acolhimento *derridiano*) com a causa trans é um processo que se desenvolve no tempo/espaço, nos

corpos e corpas, nas mentes, demarcando as diferenças e colocando-as nesses não lugares. A impossibilidade de ser *sendo*, a banalidade e violência ontológica. O poder que se materializa em corpas/os em diferença, construídas/os somente como narrativas negativas na esfera social e política. Isso nos dá, no *cistema*, a falsa ilusão de que elas/es são seres extraordinários e obrigatórios lugares da coragem de existir. Assim, a lógica, a razão, a ciência acadêmica acaba por tentar silenciá-las/os. No entanto a experiência se dá justamente por meio dessa impossibilidade (Macedo; Ranniery, 2023).

Por outro lado, vivemos nesta lógica em um mundo acelerado demais. Que a tudo necessita (de)marcar, no sentido de fundar uma proposição que necessariamente atravessaria uma época e/ou as interpelações subjetivas. Esta noção é complexificada em uma cadeia neoliberal, globalizada e exacerbada presente em diversos espaços laborais, educativos, de entretenimento, de informação, de cultura etc. As (in)formações são (re)passadas sem o devido cuidado, sem a pausa, em um terreno arenoso. Os discursos são, desta forma, simplistas e baseados em *slogans* ou imagens frenéticas e múltiplas onde impera a primazia do ser sobre o sendo (Derrida, 2008). Por isso que Walter Benjamin (1993) foi muito feliz ao pensar a respeito da necessidade do tempo para elaboração da experiência em processos de significação. Com a falta deste, ficamos cada vez mais presos na vivência em si, na exterioridade e superficialidade racional/científica.

Claro que ambos pensadores se distinguem pelas suas abordagens, temas e contribuições filosóficas, mas, eles versam sobre a experiência e a linguagem. Por isso que o exercício de elaboração de significados e sentidos, o processo de subjetivação e de fortalecimento emocional são prejudicados nesse contexto de totalizações e autonomias no passo em que são também potencializados no tensionamento com eles. Pois, para nos construirmos precisamos do outro em sociabilidade e contingência, se fazer em relação a algo, alguém e a si. No entanto, devido à falta de tempo e de reflexão interior, podemos ficar desconectadas/os, presas/os às aparências faltosas de significados e, por isso mesmo, presas/os a ideias fundacionais através de tentativas uníssonas de formar “identidades” e “signos” por inscrições virtuais.

O problema, portanto, não está nas formações intersubjetivas que podem surgir nesses espaços, mas nas tentativas de fixação de modos de ser. Ou seja, não há saída para tentativas de tradução das subjetividades nesse campo totalizante e isolador de cotejamento entre textos originais e/ou comparação entre vidas autênticas. É aqui que soltamos um pouco as mãos de Walter Benjamin e tentamos adentrar nas reflexões de

Jacques Derrida já sabendo que não vamos conseguir por completo, pois concordamos que a tradução funciona como movimento eterno de *trans*-formação (Macedo; Ranniery, 2023).

Por outro lado, ao não tomarmos o valor inominável da alteridade (Macedo; Ranniery, 2023), pode acontecer do sujeito fixar a identidade ao mesmo tempo em que não se vê experienciado nela. Quase como no ato de se olhar no espelho e não se reconhecer. A modernidade chamou esse não-reconhecimento de depressão, um abismo ou buraco em que podemos cair. E ela é consequência das opressões ou talvez, simplesmente, pode andar lado a lado delas. O que interessa é que em meio ao grande buraco, através das transformações das interpelações subjetivas e/ou curriculares aliadas a ideia de produção de significações/experiências no devir, talvez possamos construir pontes e/ou desconstruí-las.

Por fim, tendo em vista a relevância das denúncias a(ponte)adas, caberia muito mais reflexões. Mas isto pode ser trabalho para outras pessoas e pesquisas. Por isso mesmo, me despeço em (des)continuidades e através da verborragia não oralizada das/os estudantes ao responder uma questão específica: pensando no futuro... como deveria ser a atuação do Núcleo no CAA? Na confusão da escrita não linear, caí na besteira de deixar o futuro por último, talvez porque não atribua tanto peso ao passado.

Fecho(abro) um ciclo caleidoscópico diante paredões e arcos da universidade que (re)formam pontes e, estas, mescladas com o esforço de (re)criar acaba tentando também des(construir). Por isso confesso que não consigo encerrar. Depois de escalar tantas barreiras, o tráfego que circula dentro das estruturas curriculares não coloca fixidez nessas linhas textuais e arquitetadas, desvendando a *univercidade* no fluxo da ação da política, a *polis*, as pessoas, estudantes, técnicas/os, docentes, LGBTQIAPN+, o próprio atravessar. É uma subversão minha, que se deu inconsciente e desobediente, vim descobrir depois, de um conselho acadêmico para “não colocar perguntas da entrevista no texto”. (In)felizmente esqueci desse detalhe. Se você leu as respostas, foi porque a essa ousadia também se seguiu a assinatura da orientadora.

Decidimos trazer aqui no final porque as respostas são descontinuidades e contingências (não tentativas de propor soluções) que registram os sonhos, desejos e demandas das(os) estudantes. Bem como, se elas serão lidas e/ou resolvidas, isso não podemos ter certeza, o nosso papel seria mais de uma singela intermediação que *não constitui e acontece* antes de ser escrita (Macedo; Ranniery, 2023).

CARLOS: Meu Deus! Calma... Olha, porque é tão difícil falar sobre esse núcleo! Mas assim, eu acho alguém, algum professor, alguém que eu não sei, **mostrar que existe esse núcleo**, dizer o que esse núcleo faz.

PEDRO: Eu acho que **deveria ter representantes do CAA**.

ARLINDO: É... há um certo ponto eu acho que só, sei lá, fazer palestras ou fazer cartazes de apoio não é tão efetivo. Mas entraria também na questão de até onde o núcleo pode ir, o que ele precisa fazer. Então eu acho que seria interessante **ouvir desses alunos o que eles esperam**.

ANDRÉ: Ok, a gente tava conversando sobre isso em reunião dos DAs e do DCE e afins. Uma coisa que eu acho que seria ótimo para o núcleo é conseguir **bater um calendário**, que é isso que a gente está pensando agora, um calendário fechado de ações que já estejam dentro da programação.

AMÉLIA: Eu só acho que deve **expandir mais as ações**, sair um pouco do... do centro do cerne, que é Recife e a atingir Caruaru, atingir Vitória de Santo Antão, que também precisam dessas ações.

JÚLIA: Eu acho que primeiro, como eu disse, esse núcleo, eu acho que ele tem que **pensar algumas estratégias de formação destinada aos cursos que não são das humanidades**, porque não é uma discussão que é facilmente acessada pelas pessoas que integram esses cursos.

JOÃO: Eu acho que **precisa ter algumas ações que integrem os cursos, que permitem que as pessoas atuem no núcleo**, em subdivisões delas, não sei como é que funciona o sistema como um todo.

MIGUEL: Então eu não sei assim, mas eu acho que o máximo que puder fazer no sentido de **promover ações de entrada e permanência desses sujeitos dentro da universidade, ne? De produção de formação, de produção educativa, de produção de campanhas dentro da universidade, de conscientização, de visibilização e de enfrentamento às violências LGBTfóbicas**.

SOFIA FRAGOSO: Esses dias eu fui questionada... é... por uma amiga minha que é produtora cultural. Que disse assim: "Sofia, tu que já estudou no CAA e tal, eu sei que lá tem disciplina de libras eletiva e tal, eu queria saber se tu tem como indicar alguma pessoa trans que seja tradutora de libras, porque eu estou para fazer um evento, aí eu vou precisar e precisaria ser uma pessoa trans" e eu não tive ninguém pra indicar. Porque nunca passou... uma pessoa trans pela disciplina de Libras. Entende? **Então eu sinto que a**

**universidade ainda é muito GLS. Eu sinto que a universidade ela, ela precisa ser mais colorida.**

JENNY: Olha, eu acho que **deveria ser investido alguma, algum projeto de formação continuada para os professores, técnicos e o pessoal do administrativo** para... Eu acho que eles sabem lidar com algumas situações, sabe?

ANALÚ: No futuro, eu penso que o cenário ideal acadêmico é um espaço onde a gente não seja vista desses dois jeitos que eu citei antes, né? Que a gente não seja vista como heroínas guerreiras e pessoas incríveis, quase não humanas, né, deuses? E que também não seja um lugar de extrema marginalização, onde a gente seja o corpo travesti violentado e que a gente sofra o tempo todo. Que essas são, por enquanto, as únicas duas narrativas que existem dentro da academia. Ou você é um lugar extra-humano ou você é um lugar sobre humano. Então, **acho que o cenário acadêmico ideal para o futuro é um espaço de extrema normalidade.**

CÉSAR: Eu acho que eles podiam justamente **trazer mais informações para o corpo da universidade e trazer também mais encontros para incluir os estudantes para que eles não se sintam tão sozinhos.**

ROBSON *José de Oliveira* BRITO: Não tenho uma 13ª sugestão. Apenas gostaria de destacar novamente que fui estudante de Pedagogia no CAA e as variadas violências LGBTQIAPN+fóbicas que eu passei, mesmo dentro dos privilégios cis e da branquitude, não foram impedimentos para minar a coragem de pesquisar nos últimos anos e continuar pesquisando sobre gênero e sexualidade pelo **estranhar** e o **desaprender** das interpelações subjetivas e de como o currículo político-cultural da universidade nos atravessa, indo e vindo.

## REFERÊNCIAS

- ARRUDA, B. D. L. V. **Quando o povo chegou ao ensino superior: as trajetórias escolares de estudantes de camadas populares no sertão cearense**. 2018. 193f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- ALMEIDA, R. **A onda quebrada — evangélicos e conservadorismo**. Cadernos Pagu [online], Campinas, n. 50, 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010483332017000200302&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332017000200302&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 15/11/2022.
- ALVES, M. A. S.; ALVES, I. R.; PATENTE, Z. M. O. Neoliberalismo como propulsor da precariedade. **Libertas: Revista de Pesquisa em Direito**, v. 7, n. 1, p. e-202101, 1 fev. 2021.
- ARAÚJO, M. L. da S.; NOVAES, M. A. B. de; GÓIS, G. B. de; GONÇALVES, R. M. de P. AS IMPLICAÇÕES DO NEOCONSERVADORISMO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS: UM ESTUDO A PARTIR DO GOVERNO BOLSONARO. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 47, n. 3, p. 1009–1025, 2023. DOI: 10.5216/ia.v47i3.72239. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/72239>. Acesso em: 5 dez. 2023.
- ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém. Um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BAUER, M. W.; AARTS, B. **A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos**. In.: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BENNINGTON, G.; DERRIDA, J. **Jaques Derrida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- BENJAMIN, W. **O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**. In.: BENJAMIN, W. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Ed. UFMG: Belo Horizonte, 2005.
- BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball Sampling: Problems and Techniques of Chain Referral Sampling. **Sociological Methods & Research**, London, n. 2; v. 10, p. 141–163, nov. 1981.
- BIROLI, F.; MACHADO, M. das D. C.; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BRAH, A. Diferença, Diversidade, Diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, janeiro–junho. 2006.
- BRITO, R. J. de O. **Experiências de estudantes gays e pobres da UFPE/CAA diante a emergência de discursos neoconservadores no contexto educacional brasileiro**.

2019. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2019.

BROTTO, C. V. de P. **O processo de expansão do IFES: democracia, participação e função social**. 2013. 221f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

BROWN, W. Hoje em dia, somos todos democratas. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 9, n. 17, p. 291–302, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/20158>. Acesso em: 05/12/2023.

\_\_\_\_\_. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.

\_\_\_\_\_. **O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas “democracias” do século XXI**. In.: C. Albino; J. Oliveira; M. Melo (org.). *Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios*. Recife, PE: Editora Seriguela, 2021.

BRUZZONE, A. **Ciberpopulismo: política e democracia no mundo digital**. São Paulo: Contexto, 2021.

BURITY, J. **Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau**. In: ALMEIRA, D. de; PEIXOTO, L. P. (org.). *Pós-estruturalismo e teoria do discurso em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

\_\_\_\_\_. **Teoria do Discurso e Educação: reconstruindo o vínculo entre cultura e política**. *Revista Teias*. v. 11, n. 22, p. 07–29, 2010. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24113/17091>. Acesso em: 30/11/2023.

\_\_\_\_\_. **A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder?** In: R. Almeida; R. Toniol (org.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

\_\_\_\_\_. **¿Ola conservadora y surgimiento de una nueva derecha cristiana brasileña? La coyuntura posimpeachment en Brasil**. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, v. 22, e020015, 2020. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/csr/article/view/13754/9030>. Acesso em: 13/11/2022.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

\_\_\_\_\_. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019a.

\_\_\_\_\_. **A Vida Psíquica do Poder: Teorias em Sujeição**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019b.

Calvino, Í. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARDOSO, L. R.; PARAÍSO, M. A. Possibilidades de uma metodologia alquimista para pesquisar em educação e em currículo. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 11, p. 270–290, abr. 2013.

CASTRO, S. O. C. de. **Os impactos das diferentes modalidades de políticas direcionadas à ampliação do acesso ao ensino superior na qualidade da educação**. 2018. 93f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

CAVALCANTI, C. S. **Sobre nós (des)organizados: pesquisa-intervenção em psicologia e o processo de implementação de políticas para pessoas trans na UFPE**. 119f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

CHAVES, V. L. J.; ARAÚJO, R. S. de. A Ofensiva Neoconservadora Contra as Universidades Federais no Brasil. **Rev. Inter. de Educação Superior**, v. 8, n. 17, p. 1–17 jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8669158>. Acesso em: 05/12/2023.

CORAZZA, S. M. **Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos**. In: Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação, v.1. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DERRIDA, J. **Torres de Babel**. Tradução de Júnia Barreto. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

\_\_\_\_\_. **Adeus a Emmanuel Lévinas**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

**Diretoria LGBT da UFPE**. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/diretoria-lgbt>>. Acesso em: 21/06/2021.

EVARISTO, C. **Olhos D'água**. 1 ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FISCHER, R. M. B. **Escrita acadêmica: arte de assinar o que se lê**. In: COSTA, M. V.; BUJES, M. I. E. (orgs.) *Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

GALVÃO, C. **Narrativas em Educação**. *Ciência & Educação*, v. 11, n. 2, mar/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v11n2/12.pdf>. Acesso em: 11/07/2021.

GARCIA, R. L. **Para quem investigamos – para quem escrevemos: reflexões sobre a responsabilidade social do pesquisador**. In.: GARCIA, R. L. (Org.) *Para quem*

*pesquisamos para quem escrevemos: o impasse dos intelectuais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GLYNOS, J.; HOWARTH, D. **Logics of Critical Explanation in Social and Political Theory**. London/New York: Routledge. 2007.

GLYNOS, J.; HOWARTH, D. Explicação crítica em ciências sociais: a abordagem das lógicas. A teoria do discurso na pesquisa em Educação. LOPES, A. C.; OLIVEIRA, A. L. M.; OLIVEIRA, G. G. S. **A teoria do discurso na pesquisa em educação**. Recife: UFPE, 2018.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 05/12/2023.

JUNQUEIRA, R. D. **A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero**. Rev. psicol. polít. [online]. 2018, vol.18, n.43, pp. 449–502. ISSN 1519-549X.

LACLAU, E. **Entre a equivalência e a diferença: notas sobre a trajetória teórico-política de Ernesto Laclau**. In: LOPES, A. C.; MENDONÇA, D. de (Orgs). *A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau: ensaios críticos e entrevistas*. São Paulo: Annablume, 2015. p. 15–34.

LACLAU, E. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

\_\_\_\_\_. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tempo**. 2.<sup>a</sup> ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

LACLAU, E.; MOUFFE; C. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. Brasília: CNPq, 2015.

LARROSA, J. **Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas**. 6. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

\_\_\_\_\_. **Escritos sobre experiência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

\_\_\_\_\_. Elogio à conversa (em forma de convite de leitura). In: RIBEIRO, T.; SOUZA, R.; SAMPAIO, C. **Conversa como metodologia de pesquisa: por que não?** Rio de Janeiro: Ayvu, 2018.

\_\_\_\_\_. **Tecnologias do Eu e Educação**. In.: SILVA, T. T. *O Sujeito da Educação: Estudos Foucaultianos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

LIMA, I. G. de ., HYPOLITO, Á. M. **A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira**. Educação E Pesquisa. 2019, v. 45. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-463420194519091>. Acesso em: 14/05/2023.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, W. A. B. **Análise do crescimento de grupos neonazistas no Brasil**. Monografia. (Graduação em Direito). Curso de Direito, Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2016.

LÖWY, M.. (2015). **Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil\***. *Serviço Social & Sociedade*. 2015, v. 124. 652–664. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.044>. Acesso em: 14/05/2023.

MACEDO, E. Currículo: Política, Cultura e Poder. **Currículo sem Fronteiras**. v.6, n.2, p.98–113, Jul/Dez, 2006a.

\_\_\_\_\_. Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11 n. 32 maio/ago. 2006b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a07v11n32.pdf>. Acesso em: 01/05/2021.

\_\_\_\_\_. Por uma política da diferença. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 128, maio/ago. 2006c. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n128/v36n128a04.pdf> Acesso em: 02/05/2021.

\_\_\_\_\_. A noção de crise e a legitimação de discursos curriculares. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 4, p. 436–450, setembro-dezembro, 2013.

MACEDO, E.; MILER, J. L. Por um currículo “outro”: autonomia e relacionalidade. **Currículo sem Fronteiras**, v. 22: e1153, 2022.

MACEDO, E.; RANNIERY, T. Políticas públicas de currículo: diferença e a ideia de público. **Currículo sem fronteiras**. V.18, n.3, p. 739–759, et./dez. 2018.

\_\_\_\_\_. Neoliberalismo, Subjetividade e Educação: interpelações da diferença. **Currículo sem fronteiras**. V.2: e1150, 2022.

\_\_\_\_\_. Derrida e a diferença: currículo como zona de tradução. **Revista Imagens da Educação**, v. 13, n. 3, p. 26–46, jul./set. 2023.

MACENA, M. S. de. **Interpretações de si nas experiências de graduandos LGBTs em contexto pandêmico**. 98f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

MARCHART, O. **Post-Foundational Political Thought: Political Difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

MARQUES, M. de S. Status ontológico da teoria do Discurso (TD) em Laclau e Mouffe: Diálogos, perspectivas teóricas e conceitos básicos. **Rev. Dados**. Rio de Janeiro, vol.63(2): e20180242, 2020.

MELO, G. S. de; OLIVEIRA, A. L. A. R. M. de. Quando o currículo se torna passarela para a diferença. **Educar em revista**. v. 36, e75681, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/XhyMcCGnYMQ7CDs6wqndfdC/?lang=pt#>. Acesso em: 12/12/22.

MENDONÇA, D. de. **Democracia sem Democratas: uma análise da crise política no governo João Goulart (1961–1964)**. Porto Alegre: tese de doutorado defendida em 2006 no Programa de Pós-Graduação strictu sensu em Ciência Política da UFRGS.

\_\_\_\_\_. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.º 1. Brasília, janeiro–junho de 2009, pp. 153–169. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1533>. Acesso em: 03/12/2023.

\_\_\_\_\_. Rancière e Laclau: democracia além do consenso e da ordem. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.º 13. Brasília, janeiro–abril de 2014, pp. 107–136. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/tZJvsLYfdNvBk78bpcG9h6w/#ModalDownloads>. Acesso em: 05/12/2023.

MEYER, D.; SOARES, R. **Modos de ver e de se movimentar p.elos “caminhos” da pesquisa pós-estruturalista em educação: o que podemos aprender com – e a partir de – um filme**. In: COSTA, Marisa V.; BUJES, Maria Isabel E. (orgs.). *Caminhos investigativos III: Riscos e Possibilidades de pesquisar nas fronteiras*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, set./dez., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07/05/2021.

MIGUEL, L. F. Da 'doutrinação marxista' à 'ideologia de gênero': Escola Sem Partido e as leis da mordça no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis** [Recurso Eletrônico]. Rio de Janeiro, v.7, n.3, 2016. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/40078>. Acesso em: 07/11/2022.

MOUFFE, C. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MUYLAERT, C. J.; Et. Al. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista Esc Enferm USP**. vol.48 no.spe2, set/2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe2/pt\\_0080-6234-reeusp-48-nspe2-00184.pdf](http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe2/pt_0080-6234-reeusp-48-nspe2-00184.pdf). Acesso em: 07/05/2021.

NASCIMENTO, K. **Ernesto Laclau para iniciantes**. Fortaleza: Kamila Nascimento, 2020. E-book.

OLIVEIRA, A. L. A. R. M. de; OLIVEIRA, G. G. S. de. Políticas de gênero e sexualidade na educação brasileira: crise hegemônica e novos eixos de disputa. In.: LOPES, A. C.; OLIVEIRA, A. L. A. R. M. de; OLIVEIRA, G. G. S. de. **Os gêneros da escola e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo**. Recife: Ed. UFPE, 2018.

OLIVEIRA, G. G. S. de; OLIVEIRA, A. L. A. R. M. de; MESQUITA, R. G. A teoria do discurso de Laclau e Mouffe e a pesquisa em educação. **Educação e Realidade**. v.

38, n. 4, p. 1327–49, out. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/tt3RpF8zjvRZDNwtcQS4Snk/>. Acesso em: 30/11/2023.

OLIVEIRA, A. L. A. R. M. de; SANTOS, J. C. de O. Hegemonia e interseccionalidade na análise de estratégias discursivas e dinâmicas de subjetivação entre estudantes gays de periferia. In.: LOPES, A. C.; OLIVEIRA, A. L. A. R. M. de; OLIVEIRA, G. G. S. de. **A teoria do discurso na pesquisa em Educação**. Recife: Ed. UFPE, 2018.

OLIVEIRA, T. R. M. de. No meio do mundo, aquendar a metodologia: notas para queerizar a pesquisa em currículo. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 11, n. 2, p. 332–356, maio/ago. 2016. DOI: <https://url.gratis/jIEHMT>. Acesso em: 18/11/22.

OLIVEIRA, M. R. de. **Angústia e colonialidade do ser: percepção sobre LGBTfobia em estudantes de licenciatura em pedagogia e em física do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco**. 229f. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2018.

OLIVEIRA, J. **Poesia construída no limiar da ponte desconstruída**. In.: OLIVEIRA, J. Entre as aparências de sombra e os restos de pó. E-book Amazon Kindle Direct Publishing. [s.l.]. [s.n.]. 2023.

PARAÍSO, M. A.; CALDEIRA, M. C. da S. (Org.). **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza, 2018.

PERISSÉ, G. **Ler, pensar e escrever**. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**; tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PUCHNER, M. **O mundo da escrita**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RANNIERY, T. Currículo, normatividade e políticas de reconhecimento a partir de trajetórias escolares de “meninos gays”. **Education Policy Analysis Archives**, v. 25, p. 1–32, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2750/275050047051.pdf>. Acesso em: 14/12/22.

\_\_\_\_\_. Onde andarão as bichas loucas? **Currículo sem fronteiras**. v. 22: e1158, 2022.

\_\_\_\_\_. Educação após a intrusão de gaia: o que o queer tem a ver com isso? **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.17, n.4, p. 1436–1457 out./dez. 2019

RANNIERY, T.; OLIVEIRA, A. L.; ROCHA, D. “VOCÊS SÃO IMPORTANTES...”: questões de alteridade e diferença nas políticas curriculares. **Revista Teias**. v. 24, n. 75, out./dez. 2023.

RIBEIRO, T.; SOUZA, R. de; SAMPAIO, C. S. (Org.). **Conversa como metodologia de pesquisa: por que não?** Rio de Janeiro: Ayvu, 2018.

RICARDO, K. de S. **Resistente como flor: avanços, resistências e impasses da política de saúde LGBT e do processo transexualizador no espaço trans- Hospital das Clínicas/UFPE**. 216f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

RODRIGUES, J.; FACCHINI, R. **“Ideologia de Gênero”, atores e direitos em disputa: uma análise sobre o processo de aprovação do Plano Nacional de Educação (2013–2015)**. In.: LOPES, A. C.; OLIVEIRA, A. L. A. R. M. de; OLIVEIRA, G. G. S. de. *Os Gêneros da escola e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo*. Recife: Ed. UFPE, 2018.

SALIH, S. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2015.

SANTOS, J. B. dos. **Os desafios da permanência de estudantes LGBT na Universidade: uma perspectiva da diversidade sexual no curso de Pedagogia – Educação do Campo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

SANTOS, J. C. de O. **Educação, juventude e homossexualidade experiências escolares de jovens gays pobres**. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SANTOS, J. C. de O. **A universidade é para caber quem?: Democratização, cidadanização e subjetivação nas trajetórias de estudantes LGBTI+ na Educação Superior**. 321f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

SCOTT, J. **A Invisibilidade da Experiência**. Projeto História, n.º 16, São Paulo, 1998, pp.303–304.

SILVA, E. L. dos S. **Trajetória, permanência e afiliação de estudantes LGBTs na UFRB: a transformação do estigma em orgulho**. 138f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SILVA, T. A. B. da. **Interiorização da Universidade Federal de Pernambuco e suas implicações para as condições de trabalho docente: um estudo do Centro Acadêmico do Agreste (CAA)**. 210f. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2018.

SILVA, H. da C. **“Cata o recado, mona”:** condicionantes políticos, econômicos e culturais no processo transexualizador no SUS – a experiência do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco. 162f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

SILVA, K. M. da. **O cuidado em rede no Espaço Trans da UFPE : sentidos negociados pelas profissionais de saúde**. 118f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

SILVEIRA, R. M. H. **A entrevista na pesquisa em educação – uma arena de significados**. In: COSTA, M. V. Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p.119–142.

SOUZA, M. H. de. **A militância LGBT na universidade: um estudo de caso do Coletivo KIU**. 2015. 91f. Dissertação (Mestrado em estudos interdisciplinares sobre a universidade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

STAVRAKAKIS, Y. **Lacan y lo Político**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

TEITELBAUM, B. R. **Guerra pela eternidade: O retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

TIBURI, M. **Como derrotar o turbotecnocracismo ou seja lá o nome que se queira dar ao mal que devemos superar**. São Paulo: Record, 2020.

TORFING, J. **New Theories of Discourse. Laclau, Mouffe and Zizek**. Oxford: Blackwell, 1999.

VIANA, A. F. **A produção científica acerca da temática LGBT: um estudo propedêutico nas teses e dissertações na UFMG**. 145f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.